

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**JOHN STUART MILL**  
**UTILITARISMO DO SÉCULO XIX**

**CURITIBA**

**2000**

**CLEIDE MEIRELLES ESTEVES PIRAGIS**

**JOHN STUART MILL**

**UTILITARISMO DO SÉCULO XIX**

Tese apresentada para obtenção do título de  
Doutor no Curso de Pós-Graduação em  
História, Setor de Ciências Humanas, Letras e  
Artes, Universidade Federal do Paraná.  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Maria Burmaster

**CURITIBA**

**2000**

**CLEIDE MEIRELLES ESTEVES PIRAGIS**

**JOHN STUART MILL**

**UTILITARISMO DO SÉCULO XIX**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, pela Comissão formada pelos professores:

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Maria Burmaster \_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Carlos Magno Esteves Vasconcellos \_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Euclides Marchi \_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helena Mueller \_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Paulo Mello Garcias \_\_\_\_\_

Curitiba,

Dedico este trabalho:

Ao meu irmão Francisco, que sempre esteve próximo, dando-me apoio.

Aos meus pais, porque acreditaram na realização do meu sonho.

Ao meu marido e meus filhos, porque me ajudaram a tornar esse sonho uma realidade.

## AGRADECIMENTOS

Aos MESTRES do curso, em especial, ao Prof. Francisco Moraes Paz, (*in memoriam*), Prof<sup>ª</sup>. Ana Maria Burmaster, que se empenharam para que uma idéia inicial, e controvertida, gestada em um clima tão inconstante, pudesse ser realizada.

Ao José, André e Giselle que com muita paciência e incentivo, estimularam-me a terminar este trabalho.

Aos muitos que, como: Prof. Carlos, Prof. Euclides pelas sugestões e interessantes discussões sobre o trabalho, ao Prof. Gerson, Prof<sup>ª</sup>. Altamira e Prof<sup>ª</sup>. Graziela, cujo apoio foi imprescindível e ao Prof. Waldemiro, cujo senso de justiça, ajudou-me a acreditar que valia a pena continuar.

Ao amigo Mario que me acompanhou por toda a trajetória deste esforço, colaborando e acreditando. A Prof<sup>ª</sup>. Carmen que facilitou, liberando-me alguns horários.

## SUMÁRIO

|   |             |
|---|-------------|
| <b>DEDICATÓRIA</b> .....  | <b>iii</b>  |
| <b>AGRADECIMENTOS</b> .....   | <b>iv</b>   |
| <b>LISTA DE FIGURAS</b> .....   | <b>vii</b>  |
| <b>LISTA DE TABELAS</b> .....   | <b>vii</b>  |
| <b>LISTA DE GRÁFICOS</b> .....  | <b>vii</b>  |
| <b>RESUMO</b> .....   | <b>viii</b> |
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | <b>1</b>    |
| <b>INDÍCIOS DE REFLEXÃO SOBRE O UTILITARISMO</b> .....  | <b>5</b>    |
| <b>I - A SISTEMATIZAÇÃO E A FUNDAMENTAÇÃO DA IDÉIA DO VALOR COMO PREMISSA DO UTILITARISMO</b> |             |
| 1.1 - REFLEXÃO FILOSÓFICA.....  | 15          |
| 1.2 - TÁBUA DE VALORES DE PLATÃO .....  | 18          |
| 1.3 - O DUALISMO ANTROPOLÓGICO DO VALOR .....   | 21          |
| 1.4 - O PENSAMENTO EUROPEU DO SÉCULO XIX .....  | 25          |
| 1.5 - AS IDÉIAS LIBERAIS E O PROGRESSO DA ECONOMIA POLÍTICA .....                             | 28          |
| 1.5.1 - O Choque de Idéias e as duas Utopias em Debate .....                                  | 28          |
| <b>II - A ÉTICA COMO PREMISSA NA CONSTRUÇÃO DO UTILITARISMO</b>                               |             |
| 2.1 - INTRODUÇÃO .....  | 34          |
| 2.2 - TEORIA DOS PRINCÍPIOS .....   | 35          |
| <b>III - O UTILITARISMO DE JOHN STUART MILL</b>   |             |
| 3.1 - A LIBERDADE DO INDIVÍDUO E A FUNÇÃO DO GOVERNO .....                                    | 58          |
| 3.2 - A ECONOMIA POLÍTICA NUMA COMPOSIÇÃO MILLIANA .....                                      | 63          |
| 3.3 - O UTILITARISMO EM JOHN STUART MILL .....  | 65          |
| 3.4 - O ENSAIO DO UTILITARISMO .....  | 66          |
| 3.5 - MAXIMIZAÇÃO DA FELICIDADE .....   | 70          |
| 3.6 - O PENSAMENTO UTILITARISTA EM TRANSFORMAÇÃO .....  | 75          |
| <b>IV - A ERA DOURADA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO DO SÉCULO XIX</b>                              |             |
| 4.1 - TEOREMA DA UTILIDADE MÁXIMA DAS MERCADORIAS – MARIE-ESPRIT LÉON WALRAS. 86              |             |
| 4.2 - RARIDADE – UTILIDADES MARGINAIS – CARL MENGER .....                                     | 93          |
| 4.3 - FUNDAMENTOS DE ECONOMIA E METODOLOGIA – ALFRED MARSHALL.....                            | 96          |
| 4.4 - VALOR E UTILIDADE: TEORIA ORDINAL EM MARSHALL.....                                      | 100         |
| 4.5 - UTILITARISMO E O NOVO SÉCULO .....  | 106         |
| 4.6 - CRÍTICAS ÀS TEORIAS E A CONDIÇÃO CETIRIS PARIBUS .....                                  | 118         |
| 4.6.1 - Críticas Específicas a Abordagem Cardinal.....  | 119         |
| 4.6.2 - Críticas à Abordagem Ordinal .....  | 121         |
| <b>V - UTILITARISMO: PREMISSA OCULTA</b>  |             |
| 5.1 - A IMPORTÂNCIA DO UTILITARISMO NA CONSTRUÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA .....                  | 123         |
| 5.2 - A LÓGICA DO EQUILÍBRIO ATRAVÉS DO TEMPO .....   | 127         |
| 5.3 - UTILITARISMO: PRINCÍPIOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO E O BEM-ESTAR SOCIAL.....                  | 129         |
| 5.4 - O PAPEL DO ESTADO: DA LIBERDADE AO VIÉS UTILITARISTA.....                               | 137         |

|  |            |
|--|------------|
| <b>CONCLUSÕES PRELIMINARES SOBRE O UTILITARISMO.....</b> | <b>144</b> |
| <b>CONCLUSÃO .....</b>                                   | <b>152</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>                  | <b>154</b> |

## LISTA DE FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| FIGURA 1 - AÇÃO .....   | 39 |
| FIGURA 2 - COMPOSIÇÃO DA MATRIZ. ....   | 50 |
| FIGURA 3 - CONEXÃO MATRICIAL - JOHN STUART MILL COM OUTROS<br>PENSADORES NA INVESTIGAÇÃO DO OBJETO..... | 55 |

## LISTA DE TABELAS

|   |     |
|---|-----|
| TABELA 1 - CRITÉRIOS ESTABELECIDOS .....                | 73  |
| TABELA 2 - CAVALOS/ALIMENTO E UTILIDADE TOTAL. ....     | 79  |
| TABELA 3 - DEMANDA DO CONSUMIDOR PELOS BENS X E Y ..... | 109 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|  |     |
|--|-----|
| GRÁFICO 1 - CARNE DE CAVALO E PONTO DE SATURAÇÃO .....     | 79  |
| GRÁFICO 2 - PONTO DE INTERSEÇÃO. ....                      | 84  |
| GRÁFICO 3 - OSCILAÇÕES NA DEMANDA DE DUAS MERCADORIAS..... | 90  |
| GRÁFICO 4 - TAXA MARGINAL DE SUBSTITUIÇÃO. ....            | 90  |
| GRÁFICO 5 - CURVA DE PROCURA DE UM BEM. ....               | 102 |
| GRÁFICO 6 - CURVAS DE INDIFERENÇA PELOS BENS X E Y. ....   | 109 |
| GRÁFICO 7 - NÍVEL DE SATISFAÇÃO DO CONSUMIDOR. ....        | 112 |
| GRÁFICO 8 - ÓTIMO DE PARETO. ....                          | 135 |

## **RESUMO**

Descreve os principais aspectos da Teoria Utilitarista do Século XIX, tendo como mentor o pensador J. S. MILL. Estabelece-se uma relação de idéias com outros pensadores contemporâneos, elegendo, para tanto, alguns conceitos-chaves. O principal objeto atrela-se à necessidade de revisão da teoria econômica ante os novos paradigmas. Para tanto, busca através da história, em especial das idéias germinadas na doutrina liberal do século passado a composição de uma metodologia, cuja razão maior é demonstrar a importância da teoria revisada em vista das notáveis tendências mundiais.

## INTRODUÇÃO

O principal objetivo desta tese centrou-se na drástica alteração de conceitos e idéias que estão ocorrendo na ciência econômica, no tratamento dos assuntos econômicos atuais, tanto em nível nacional quanto internacional, manifestando-se nas mudanças de paradigmas.

Ao dispor do “Utilitarismo do Século XIX, estabeleceu-se um modelo de exploração a partir da realidade histórica da economia inglesa, nesse século.

A proposta básica se reforça na construção de uma “matriz de idéias”, tendo como mentor intelectual, John Stuart MILL, isto porque sempre assumiu a função de reformador econômico clássico, e devido à crítica social ao observar a maior parte das obras dos filósofos e economistas de seu tempo.

Na composição dessa matriz reaparece uma abordagem bem-intencionada dos grandes pensadores intelectuais, que os levou a uma longa série de formulações inexequíveis, conhecidas mais tarde como economia do bem-estar. Esses representantes da Escola Clássica deixaram de lado a anterior concepção de bem-estar como produção material, para se aterem aos critérios subjetivos de prazer e dor individuais construindo elaborados mapas e curvas baseados em “unidades de prazer” e “unidades de dor”.

Dessa forma, depois de MILL, a economia ficou dividida entre a abordagem neoclássica, científica e matemática, por um lado, e a arte da filosofia social mais ampla, por outro. Dessa divisão surgem duas abordagens, dando origem a instrumentos políticos derivados de modelos matemáticos abstratos, porém, explicativos.

Hoje, no contexto da economia global, com sofisticadas tecnologias de alto risco e seus elevados custos sociais e ecológicos, imprimem ao tratamento dos assuntos econômicos

uma necessária retomada de consciência pela reavaliação da teoria e modelos provenientes de várias épocas da história econômica.

No trato do assunto, estabeleceram-se três hipóteses como metas a serem atingidas neste estudo, passando da análise dos conceitos à avaliação histórica das idéias e, depois, para a retomada de consciência da necessidade da reavaliação sistêmica conceitual da economia.

No interesse da comprovação dessas hipóteses dividiu-se este estudo nos seguintes assuntos:

Entendimento terminológico do “Utilitarismo”, primeiro, por ser um assunto extremamente controvertido e, segundo, por estar vinculado à ciência econômica.

Através de um grande exercício pelos caminhos da História, foram selecionadas algumas teses de pensadores contemporâneos sobre o assunto.

Com esse propósito, a experiência passou a ser desenvolvida, reforçando a composição do método da investigação literária, cuja seleção se ajusta ao método dedutivo direto. Entretanto, foi em F. L. BAUMER que apareceu a maior inspiração desta empreitada, pois, emprestou-se dele o arranjo e a ordem convincente de entender aos fatos.

Outros historiadores foram na seqüência consultados, favorecendo, também, na formulação da metodologia desta investigação científica.

O projeto maior desta tese manteve-se atrelado à idéia de revisão dos conceitos da ciência econômica pelo viés do utilitarismo. Assim sendo, buscou-se, num primeiro ensaio, indícios de reflexão sobre o assunto, construindo-se um seminário fictício com o propósito de dialogar com a história, através da seleção de alguns intelectuais, tais como: SMITH e RICARDO.

O primeiro capítulo trata da sistematização e fundamentação da idéia de “valor” como premissa do Utilitarismo e a maneira como foi formulada a ideologia liberal.

O segundo capítulo trata da “ética” como premissa básica do Utilitarismo. Neste exercício, os esforços se concentraram na trilogia que norteia a teoria dos princípios. Para constatar tal propósito, outros intelectuais foram consultados, tais como: Immanuel KANT, Jeremy BENTHAM, Augusto COMTE, Frederic HEGEL, todos interessados em demonstrar as características do individualismo nas possibilidades das realizações sociais.

O terceiro capítulo concentrou-se no Utilitarismo de John Stuart MILL, através de sua produção científica no trato das questões pertinentes ao assunto. Sendo este o objeto expressivo da tese, correlacionaram-se suas idéias às idéias dos outros pensadores contemporâneos, que, passando pelo conceito de liberdade e moral, constituem na tese a plêiade de idéias que fortificam a doutrina do positivismo jurídico.

No quarto capítulo, traçam-se orientações, alimentadas pelo exame abrangente de uma gama muito ampla de idéias e fenômenos, próprios do crescimento econômico do século XIX, que, nesse sentido, revelam as conquistas em vários campos do conhecimento, influenciadas pelas tendências revolucionárias do período, na incessante busca de alcançar o tal estado de equilíbrio econômico dinâmico. O objetivo aqui é apresentar algumas críticas que se projetaram em referências explícitas às atitudes, valores e estilos de vida econômica e que poderão servir, ainda, de referência ao futuro pensamento econômico.

O quinto capítulo trata do assunto em questão, atribuindo-lhe a importância devida ao longo da história, desenvolvendo a técnica sutil para mudar em seus adeptos a percepção consciente da existência do dinamismo do equilíbrio econômico, relacionando-a à Filosofia, ao Estado e a Sociedade.

No cumprimento da principal tarefa, verificação das hipóteses, cabem nesta estrutura, as conclusões preliminares, na intenção de revelar uma consciência sobre o destino da ciência.

A nova visão da realidade é muito ampla, num sentido que vai muito além das preocupações imediatas.

A reorganização de modelos econômicos aprofundados e apoiados pelas ciências modernas e, em especial, pela nova abordagem sistêmica, tem suas raízes apoiadas numa percepção da realidade que transcende a estrutura científica e atinge a consciência de interdependência de suas manifestações e transformação de paradigmas.

Cumprindo o objetivo desta pesquisa, espero ter ajudado a compreender que, através da revisão conceitual da ciência econômica, poderemos firmar um estado de consciência de inter-relação e interdependência, capaz de transcender as atuais fronteiras disciplinares e conceituais ao âmbito de novas instituições.

## INDÍCIOS DE REFLEXÃO SOBRE O UTILITARISMO

Considerando-se a amplitude do sentido oculto do termo utilitarismo, o objetivo desta pesquisa foi demarcar alguns aspectos específicos da teoria econômica que permeiam o utilitarismo do século XIX, e, para tanto, valeu-se da seleção de teses, cujo propósito assemelha-se a este.

No início do século XIX, o utilitarismo é analisado como um ensaio do pensamento econômico, sugerindo discussões pertinentes aos assuntos de economia política. Por essa natureza, apresenta semelhanças entre as abordagens de John Stuart MILL e alguns outros pensadores da época, viabilizando, assim, a construção de uma matriz de idéias.

A incompreensão sobre o utilitarismo, e especialmente na área do Direito, concentra-se na forma como a justiça dá a entender as teorias ético-políticas que foram, ao longo do tempo, pouco explicadas e que, na contemporaneidade, reflete-se na forma injusta de interpretar o utilitarismo, acusando-o de imoral, contribuindo para o benefício da felicidade dos desejos ou preferências de alguns indivíduos em prejuízo de outros.

A discussão sobre utilitarismo realça a confusão a respeito do assunto, que nem é próprio do direito e nem da economia, mas que persiste na complexidade desconhecida das informações sobre a sua importância, submetendo este objeto ao esforço e ao desafio de se construir este estudo a partir de indícios da reflexão.

Tornou-se estimulante extrair do contexto histórico do início do século XIX, elementos que identificam a prática do capitalismo com o do consumo, sustentando as opiniões polêmicas e divergentes sobre este tema no período. Nesse propósito, a idéia saiu do anonimato, assumiu características próprias e transformou o conceito de utilitarismo, dando-

lhe identidade através da compreensão. Outras questões que também contribuíram e alimentaram esse contexto histórico, essa idéia, assim como o debate acerca do paradoxo do valor, da ética e da moral, serviram-lhe de atalho na sua construção.

A tese de Franklin BAUMER, **O Pensamento Europeu Moderno**, serviu de bússola na orientação deste esforço, visto que a estrutura metodológica do seu pensar sobre esse período da história – início do século XIX – abre para a integração das idéias fundamentando o pensamento econômico da sociedade inglesa.

Restabelecido o momento histórico, praticamos o exercício da investigação através das contribuições de alguns pensadores economistas, que produziram o seu saber científico em meio às circunstâncias do momento.

Ao examinarmos tais contribuições, empregamos a crítica e a reflexão, relacionando as idéias econômicas pela importância epistemológica, que, de certa maneira, contribuíram na construção da economia política, inseridas no capitalismo praticado no período e cuja projeção veio ao encontro do nosso propósito.

BAUMER, cientista cauteloso, na sua pesquisa considera que a variável tempo é extremamente importante à historicidade do momento. As idéias econômicas são o principal instrumento do pesquisador e, para melhor identificação de seu trabalho, torna-se importante ressaltar a contribuição de Frederich MEINEKE, quando, em sua obra: **El Historicismo y su Génesis**, cita VOLTAIRE: *Mi objeto es siempre observar el espíritu de una época es el quien lherra los grandes acontecimientos del mundo* (BAUMER, p. 96).

Salientando a importância do período a este objeto foram propostas três hipóteses:

- a) O conhecimento do pensamento político-econômico do século XIX é condição *sine qua non*, fortemente significativa na construção da economia política, constitui a base teórica da Ciência Econômica.

- b) As concepções sobre valor e sobre ética nutriram as visões dicotômicas pertinentes à época, configurando-se em paradoxos e axiomas alicerçados em contradições que, de um lado apontavam para o progresso tecnológico e, de outro, para as idéias em confusão, procurando entender as transformações que estavam ocorrendo na sociedade, em especial inglesa, refletindo os conflitos do período.
- c) O utilitarismo de John Stuart MILL pode ser empregado para melhor entendimento das propostas do pensamento liberal da época, servindo de inserção metodológica na construção de uma cadeia de informações, que certamente envolvia o mundo dos negócios públicos e privados da sociedade mercantil e industrial da qual participava.

## O OBJETO EM CONSTRUÇÃO

A gênese do utilitarismo viabiliza o entendimento da essência daquele momento, quando a sociedade passou a contemplar o consumo, a produção e a distribuição. A sensibilidade para com as condições do meio estabelece uma abordagem sincrônica e outra diacrônica, criando condições propícias a este estudo, cujo objetivo desta tese se estabelece na fundamentação teórica e histórica.

Tal propriedade é encontrada em Franklin BAUMER, isto porque ele constrói a ligação dos fenômenos envolvendo-os no propósito do pesquisador. A pesquisa em construção toma-lhe emprestada essa estrutura do saber, estabelecendo, a partir dela, a própria estrutura.

Ao assim proceder, e como proposta básica, realça a espetacular forma de pensar sobre o utilitarismo de John Stuart MILL, inserindo-o ao contexto da época, resgatando o debate articulado entre este e outros pensadores contemporâneos e idealizando a matriz de idéias.

Esse tratamento exige, como fonte, as obras de MILL a partir do **Utilitarismo, O Sistema de Lógica, On liberty**, o qual se interligará às contribuições dos demais pensadores, selecionados nesta composição, para a adequada estruturação da rede de idéias.

A partir daí e em forma e graus diferentes acerca do valor, da ética e da moral, transparece algo em comum que conduz à pretendida matriz que tem em John Stuart MILL o centro da fundamentação teórica entendida a outros pensadores.

A preocupação com esses assuntos que muito se identificam possibilita a construção do objeto, dimensiona-o e, ao mesmo tempo, submete-o à disciplina intelectual da investigação científica.

Esta intenção, em certo sentido, valeu-se do entender de VAINFAS, quanto à abrangência do campo documental e do método a ser aplicado, limitando-se o campo conceitual a partir da contribuição de um “indivíduo histórico, sendo este um grande homem, e, o que ele tem de comum com outros homens de seu tempo” (VAINFAS, 1999, p.139).

Na fertilidade do campo conceitual, abre-se o leque de informações que esclarecem e norteiam o que antes era imaginário e que agora se busca entender, dando-lhe maior clareza. Nesse sentido, BAUMER contribui com a análise sobre o que é utilidade: “utilidade significava, simplesmente preocupação com o bem-estar geral, ou seja, a felicidade dos indivíduos e das comunidades, que, obviamente só se poderia atingir experimentalmente com base nos fatos selecionados pela experiência” (BAUMER).

Essa idéia, muito mais conclusiva do que conceitual, sintetizada por BAUMER, reflete a visão de TURGOT que, por volta do século XVIII, havia feito a “distinção precisa entre as

ciências físicas e morais, atribuindo às primeiras, leis periódicas e, aos últimos, modelos que mudavam consoante o progresso do conhecimento, ao falar da dependência política da ciência do homem”. Faz-se necessário, a partir de então, entender o conceito de utilidade de forma mais científica para aplicá-lo neste estudo.

Importantes empréstimos extraídos do passado marcaram novos pontos de partida na formação do pensamento político, quer fosse liberal ou conservador, e é através do utilitarismo e de outras questões pertinentes que se forma um novo consenso, cujo ponto dinâmico situa-se no mercado de bens e serviços.

Encontramos em Jeremy BENTHAM a fundamentação básica para entender os desafios gerados com base nas questões sobre o progresso e a ética maior e que se manifestaram no pensar e agir dessa sociedade. Em verdade, o sentido do utilitarismo é derivativo da ética, mesmo que ironicamente esta nos surpreenda.

Nessa vertente encontra-se Wilhelm DILTHEY que, ao produzir “Sistema da Ética”, retoma vários axiomas, os quais partem da metafísica e que só puderam ser compreendidos a partir da própria experiência e, nesse particular o utilitarismo pôde criar um segmento, mesmo que arbitrário, para o entendimento da ética.

Em sua obra, estabelece correlação entre ética e utilitarismo, ressaltando a primeira como ponto básico para o entendimento do segundo. Partindo deste axioma, buscamos em Jeremy BENTHAM explicação, quando este estabelece critérios que resultam da configuração de uma “tábua de comparação” entre as ações que causam prazer ou dor (desagrado).

DILTHEY considera, em sua análise, que o padrão de medida da felicidade não é arbitrário, mas oriundo da natureza e da experiência, sendo possível protestar contra qualquer teoria da felicidade cujo conceito seja identificado com a ética.

Ao expor sobre o princípio de felicidade de MILL, o autor toma-lhe a seguinte citação: “esse princípio é o fim último de todo agir humano, ou seja, o máximo bem no sentido da filosofia antiga, é - tanto para o indivíduo como para a espécie – uma existência, na medida do possível, livre de dor e repleta de alegria” (DILTHEY, p.45). Ausência de dor e repleta de alegria são os sentimentos que explicam a felicidade, de ambas as formas, isto é, tanto sob o ponto de vista da quantidade como da qualidade e de onde naturalmente se processa o juízo daqueles que já vivenciaram a experiência e a retiveram na consciência. Essa capacidade de discernimento é necessariamente entendida como ermitério da eticidade. MILL define eticidade como: “O compêndio das normas da conduta humana, mercê de cujo cumprimento se teria logrado tal estado de felicidade de um alcance o mais amplo possível” (DILTHEY, p.47).

DILTHEY interpreta que a intensidade da felicidade não é arbitrária, mas oriunda da experiência, não se identificando com a ética ou com qualquer teoria sobre a felicidade. Justifica que quanto mais elevado for o desenvolvimento espiritual e, sobretudo, quanto mais complexas forem as necessidades, tanto mais difícil será encontrar a felicidade.

Retomando o objeto básico desta análise, o autor busca em BENTHAM a reflexão sobre “a ética utilitarista”, e edifica o seu pensamento através da estrutura da história ao expor que “a ética utilitarista sabe da história da humanidade, quão dura e constante é a luta de cada povo em cada época para extrair e impor aos instintos naturais de cada indivíduo aquilo que o povo considera valioso” (DILTHEY, p.51). Portanto, considera que as qualidades da humanidade não são produto dos instintos naturais individuais, mas, sim, de “uma vitória da reflexão e da volição consciente sobre os instintos. O valor, a verdade e a limpeza são produtos da educação do homem” (DILTHEY, p. 51).

Dessa análise crítica, ele conclui que o utilitarismo apresentou-se como “uma teoria muito agradável para a burguesia só enquanto foi utilizada para tirar de seu caminho os restos da ordem social eclesiástico-feudal” (DILTHEY, p. 54).

De maneira muito especial, a contribuição de DILTHEY está na profundidade de seu empenho apologístico ao buscar a essência do sentido da palavra.

Diante da complexidade das idéias e multiplicidade de entendimentos em torno do utilitarismo, cumpriu a este ensaio conhecer mais de perto o pensamento econômico da sociedade européia do início do século XIX, aproximar-se das convicções de John Stuart MILL, a fim de projetar talvez uma nova idéia, mas, especialmente, recorrer ao auxílio do método por ele aplicado com o objetivo de disciplinar o próprio pensamento.

## O MÉTODO EM QUESTÃO

O conjunto de fatores, conexos entre si, estabelece uma visão panorâmica do sentido atribuído ao desenvolvimento do raciocínio, formando uma combinação de proposições gerais, possível de verificação específica.

Esse raciocínio, que se desenvolve e envolve a ciência política, parte do método dedutivo direto, proveniente de bons resultados providos na física e na matemática.

Para diversos autores, o desenvolvimento deste método envolve a prática do exercício da competência, e neste sentido, MILL pode ser a referência.

Dessa forma, o método da economia política e sua relação com as demais ciências sociais explica a necessidade de partir da investigação para verificar a validade de se estudar de forma dedutiva a sociedade européia do início do século XIX.

O que se expõe aqui levanta uma questão bastante interessante sobre a consistência entre o método que MILL defendeu para a economia política e a visão histórica que ele passa a ter de homem e de sociedade. Com isso em vista, e para manter coerência na aplicação do método, MILL “deveria ter restringido o campo válido de aplicação do método dedutivo, e, portanto, de existência semi-autônoma da economia, as situações nas quais a busca auto-interessadas de riqueza é a motivação principal e dominante nas atividades de produção e distribuição de riqueza” (MATTOS, 1996, p. 157).

Não censurando, mas com objetivo de entender as afirmações metodológicas de MILL, veremos que algumas situações sociais, nas quais os homens desempenham suas funções de forma multidimensionada, tendo por base motivações diferenciadas, não podem ser, nesses casos, investigadas dedutivamente.

Na constatação dessas observações, recorreremos à produção intelectual desse autor – **Princípios de Economia Política** – nas discussões sobre formas alternativas de apropriação da terra e sobre o socialismo, pois que buscava aplicar o método dedutivo em casos nos quais o auto-interesse econômico não preponderava, adotando outra abordagem metodológica.

Dessa noção é importante perceber que a troca do dedutivo direto à economia política significou isolar uma das inúmeras motivações do homem e, a partir dela, deduzir os resultados sociais que decorreriam, caso ela fosse a única motivação em ação. Assim a ciência da economia política tomaria por base o homem, “sua suposição de que as suas motivações são restritas ao desejo de riqueza” (MILL, 1967, p. 323).

Constata-se que cada ação é um elemento e este é importante para a compreensão de todos os demais. Pois bem, como podemos defender a validade de um estudo fragmentado dos fenômenos sociais a partir de um fenômeno isolado?

O estudo fragmentado, mesmo que provisoriamente, do organismo social, era a grande diferença que COMTE criticava em MILL, e este resistiu a todas as investidas nesse sentido, pois que MILL via na ciência política um instrumento valioso demais para seu projeto social.

Na defesa da proposta metodológica, MILL explica:

Apesar do *consensus* universal do fenômeno social, através do qual nada que ocorre em qualquer parte da operação da sociedade está isento de sua parcela de influência sobre todas as outras partes, e apesar da ascendência suprema que o estado geral da civilização e do progresso social em qualquer sociedade tem portanto que exercer sobre todos os fenômenos parciais e subordinados, não é menos verdadeiro que diferentes, imediatamente e em primeira instância de diferentes tipos de causas, e, portanto, não somente podem com vantagem, e mais, têm que ser estudados à parte. (MILL, 1987, p. 88).

Assim sendo e dependendo das características do caso em questão, MILL apela para uma abordagem diferente. A simplificação da escolha do método deve respeitar a natureza do objeto a ser tratado, revelando, assim, que o aspecto mais importante é existir coerência metodológica na busca dos resultados a partir do fenômeno isolado.

Ao tratar desse fenômeno, convém acentuar que todas as informações aqui apresentadas sobre o método direto de MILL se aproximam muito mais de HUSSERL<sup>1</sup> do que de CHARDIN; este vê como uma realidade dotada de espiritualidade e materialidade, sem com isso dicotomizá-lo em dois planos distintos, e aquele, pela análise, dá ênfase ao fenômeno, isto é, dá importância à análise das idéias que a consciência tem do objeto de análise.

Para deixar mais nítida a influência de MILL sobre o emprego do método na produção científica, cabe-nos destacar que o utilitarismo, como objeto, é inevitavelmente um exemplo, visto que faz parte de um contexto maior, mas que tem também características próprias que merecem ser estudadas.

---

<sup>1</sup> Do ponto de vista do método no prólogo de "O fenômeno humano", CHARDIN resume no "ver" (perceber e compreender a realidade num todo coerente englobando todos os seus aspectos, ou seja, mais do que explicar a realidade, o autor quer ver a realidade tal como ela é). O "ver" engloba dois aspectos de âmbito gnosiológico, que são fundamentais na obra de CHARDIN: o método fenomenológico e a visão de todo da realidade.

O primeiro aspecto, o ponto de vista fenomenológico, deve ser bem entendido, pois que CHARDIN utiliza o termo "fenomenologia" de modo diferente do empregado por HUSSERL. Para CHARDIN, o fenômeno é um dado objetivo ao conhecimento e à experiência humana, tratando-se, pois, daquilo que evidencia. O segundo aspecto, a visão de todo, deriva do primeiro, pois quando voltamos os olhos para os fenômenos, não devemos apenas olhar para a exterioridade do real, como também para a sua interioridade. Essa proposta de CHARDIN conduz a uma conjugação do conhecimento, na qual a realidade não pode ser explicada apenas pela ciência empírica. Aliás, para o autor, a ciência limitara-se a olhar apenas para fora (exterior) da realidade, esquecendo-se do dentro (interior). Torna-se importante não confundir a fenomenologia de CHARDIN com o método fenomenológico de Edmund HUSSERL (1859-1939) que consiste na análise que dá ênfase ao fenômeno, isto é, ao dado imediato, à coisa que aparece diante da consciência. O papel da fenomenologia (de HUSSERL) é unicamente o de conhecer e descrever o mundo eidético (o mundo das puras essências universais contidas nos dados = fenômenos) prescindindo de todos os elementos referentes ao sujeito psicológico, à existência individual, à subjetividade empírica. Como se percebe, HUSSERL dá importância à análise da idéia que a consciência tem do objeto de análise. (*Estudo sobre HUSSERL em PADOVANI, 1995, p.479*).

## **I - A SISTEMATIZAÇÃO E A FUNDAMENTAÇÃO DA IDÉIA DO VALOR COMO PREMISSA DO UTILITARISMO**

### **1.1 - REFLEXÃO FILOSÓFICA**

O valor tem uma longa e antiga história de análise. O sentido do valor depende muito dos motivos que o objeto de estudo tenha por intenção e que, submetido ao rigor das críticas inerentes a sua aplicação, pode identificar a classificação desse valor presente no objeto.

Sucessivas gerações de historiadores penetraram no domínio do imaginário, do inconsciente, do simbólico, na busca do entendimento do sentido do valor e suas projeções sobre os homens.

O controle sobre o mito, por exemplo, cultivado no mundo da filosofia da Grécia Clássica, levou os homens a produzirem um gênero original, nada equivalente na época ao discurso contemplando os sentimentos contidos no valor do emocional, da lógica ou da razão.

Nesse sentido, PLATÃO nos assinala que o discurso universal deve ter também uma correspondência na realidade. Essa constatação fundamenta-se na doutrina do “ser”, que está implícita na ontologia da palavra: o que é que se entende por “ser”? Tal temática é de muita importância para a filosofia e sempre despertou interesse. Assim, por mais que o homem busque as razões de todas as coisas, se não questionar sobre as razões de sua existência e seus porquês, se não indagar sobre seu fim último e sobre seu lugar no mundo, o conhecimento a que ele chegar não poderá ser entendido no real significado das idéias.

“Essas idéias de que falamos estão, a título de modelos, de paradigmas, na eternidade da natureza: quanto aos objetos, estes se lhes assemelham e são reproduções delas, e essa participação que os outros objetos têm nas idéias não consiste em nada mais do que serem feitos à imagem delas” (PLATÃO; PARMÊNIDES, p.132).

Assim, as idéias sobre os atos e realidades são consideradas prolongamentos da natureza e transformam-se em modelos. Estes, por sua vez, representam a reflexão e a soberania, que não são limitados por fronteiras, dependendo ambos da razão.

Abro aqui um parêntese para incluir Pierre Teilhard de CHARDIN na teoria da evolução, quando chega a afirmar “não haver diferenças entre o natural e o artificial, o físico e o jurídico, o orgânico e o inorgânico”. Para ele, por exemplo, “não há diferenças entre o aviador e a ave – ambos seguem seu vôo seguindo as mesmas leis da física” (CHARDIN, 1995, p.61).

Felizmente, a profundidade do conhecimento filosófico não é patrimônio dos gregos, isto porque os egípcios já faziam uso deles, mesmo não tendo elaborado uma concepção aprofundada de mundo.

O mesmo aconteceu com a China e a Índia. Contudo, o privilégio da filosofia tem sido retratado ao mundo como tendo a Europa por berço. A constatação de que a Europa pode ser identificada como o berço da humanidade projeta-se muito mais pelo fato de que dominava a língua grega na qual o conceito de “ser” apareceu, e que vai se tornar central no pensamento europeu, que, através do colonialismo, de certa forma, vai-se estender sobre o mundo inteiro. Sem ocidentalismo excessivo, voltemos à filosofia, isto é, à concepção da sabedoria, nascida da filosofia *stricto sensu*, que influenciou de modo decisivo “a concepção da ciência, e posteriormente teve efeitos consideráveis na transformação da humanidade” (CHATELET, 1994, p.31).

Esclarecendo melhor, retornemos a PLATÃO para quem a concepção do pensamento filosófico, na construção da alegoria da caverna, de certa forma, vai-se elaborar, a partir da hipótese de que existe outro mundo que não ocorre na esfera da sensibilidade, isto é, com a concorrência da percepção visual, auditiva ou olfativa. “Triângulos que possuem uma realidade” (CHATELET, p.36).

Explicaremos melhor com a citação.

Enquanto temos um corpo, estamos mortos porque somos, fundamentalmente, a nossa alma, e a alma, enquanto está no corpo, está como um túmulo, como morta; nosso morrer (com o corpo) é viver porque com a morte do corpo a alma liberta-se do cárcere. O corpo é a raiz de todo mal, fonte de amores insanos, de paixões, inimizades, discórdia, ignorância e loucura. E é tudo isso o que traz a alma como morta (PLATÃO; FÉDON, p.66).

No centro da idéia encontra-se a hipótese de que existe um outro mundo e, se não a concebermos, então deveremos aceitar a infelicidade, justifica o pensamento filosófico que se elabora nesse sentido a partir dessa idéia em hipótese.

O homem, pelo que se percebe, está profundamente ligado ao cosmo e adquire a profundidade e a amplidão do seu conhecimento, aperfeiçoando-se. Busca o maior saber para melhor agir e ser, colocando a matéria a serviço do espírito.

O mito, a sabedoria, a reflexão materializados no discurso, permitem o envolvimento com outros pensamentos que se atrelam ao mesmo objetivo, formando uma única força reflexiva, convergindo para a maior unidade da afinidade reflexiva.

Depois dessa necessária digressão, reencontramo-nos com a idéia do valor de que a ontologia do utilitarismo é derivativa. O valor apresenta dois desvios: um no mundo das aparências, onde diversas seqüências do pensamento se sobrepõem de tal forma que nunca se sabe o ponto em que se está, tornando-as confusas, e outro, o mundo das idéias, que é

transparente, e constituído de essências que mantêm umas com as outras relações claras: o paradoxo que se estabelece sobre o valor é constituído, portanto, do significado atribuído à competência da idéia através do sentido do discurso.

## 1.2 - TÁBUA DE VALORES DE PLATÃO

PLATÃO polarizou quase toda sua atenção sobre os valores da alma como se fossem os únicos valores, sendo estas solicitadas sobretudo pelos próprios interesses políticos. Assim, chegou à dedução de uma verdadeira e própria tábua de valores, a primeira organização e completa sistemática que nos foi transmitida pela Antigüidade. Considerou o primeiro e mais elevado lugar pertencente aos deuses e, portanto, aos valores que podemos denominar religiosos. Logo após os deuses, vem a alma que é, no homem, a parte superior e melhor, com valores que lhe são peculiares, da virtude e do conhecimento, ou seja, com valores espirituais. Em terceiro lugar, vem o corpo com seus valores vitais e, por fim, em quarto lugar, vêm os bens da fortuna, as riquezas e os bens exteriores em geral. Nessa tábua de valores, o sensível é inteiramente dependente do supra-sensível, isto é, a posse do dinheiro e de outros bens (que ocupa o último lugar) deve ser avaliado, segundo o estabelecido, que o excesso de dinheiro e de bens materiais é causa, tanto para o Estado como para os cidadãos, de sedução e inimizades, ao passo que a falta deles é, na maioria dos casos, causa de servidão.

Fundamentando-se na distinção das várias funções ou partes da alma, o prazer é entendido, embora com algumas oscilações, como prerrogativa mais da alma do que do corpo.

Segundo PLATÃO, o prazer também se projeta em uma divisão de três espécies que são: os prazeres ligados às coisas materiais e às riquezas, os prazeres ligados à honra e à

vitória e os prazeres do conhecimento. Pela ordem: parte concupiscível; parte irascível e parte racional, produção racional (PLATÃO; FÉDON, p.68).

Sintetizando essa visão, ao homem convém uma vida mista de inteligência e de prazer, porém PLATÃO aceita na vida mista tão-somente os prazeres das atividades espirituais e das percepções. Nesse sentido é fácil entender que o objetivo de PLATÃO está em formar homens de poder, homens que, conhecendo o que provoca o assentimento, devem ser capazes de construir uma política que receba a concordância de todos para cessar as contradições sobre o entendimento das coisas. A principal intenção está em legitimar uma espécie de discurso propício, de plena aceitação e que explique o significado contido no próprio conceito da palavra.

O conceito é a estrutura mental que acompanha o desenvolvimento do discurso. Deve representar determinado enunciado correspondente ao objeto de estudo. A palavra no sentido da sua ausência deve identificar-se com o núcleo a partir do qual se podem desenvolver múltiplas variações. No sentido da aparência, a palavra a ser conceituada pode anunciar verdades parciais dando fluência a leis científicas. Para PLATÃO, conceito é uma estrutura de inteligibilidade que é criada para pensar uma coisa, porém não é a coisa.

Para melhor entendimento deste conceito, apoiamo-nos em uma afirmação de Paul VALÉRY (1992, p.115-121), nos pressupostos da ciência, sobre ser encarada a história como a ciência das coisas que não se repetem, ao contrário da física ou da biologia. Assim, a história não comporta previsões muito precisas. Na verdade, sugere ao homem que esteja atento para o imprevisto, isto porque as lições aprendidas na cronologia e no fato apresentam-se como inevitáveis convenções. Ao estabelecer pontes com o passado, a história se amplia ante os desejos políticos de equacionar os mitos às seqüências cronológicas da modernidade.

Utilizando o pensamento iluminista<sup>2</sup>, as conveniências políticas refugiam-se nas disputas pelo poder. Mas de que forma a modernidade atua nessa projeção? A modernidade lança as bases da eficiência econômica e política, a fim de responder à promessa de liberdade, que é tratada pelos românticos como conquista individual, tornando-se valor subjetivo.

O desenvolvimento da história, segundo o autor Francisco Moraes PAZ, revela-se em meio a tal subjetividade, na disputa entre razão e emoção.

“Em sobre um (possível) sistema de olhares, percorremos três questões, particularmente caras ao pensamento oitocentista – nação, população e narração. Através delas, investigamos os elementos formadores da reflexão intelectual do século passado, observando elementos de natureza política, social e cultural que refletem a experiência humana na modernidade” (PAZ, p.16).

Agnes HELLER considera que modernidade consiste em dar sentido a alguma coisa e, portanto, “significa mover fenômenos, experiências e similares, para dentro de nosso mundo, significa transformar o desconhecido em conhecido, o inexplicável em explicável, bem como reforçar ou alterar o mundo por ações significativas de diferentes providências” (1993, p.85).

Ao sair da Grécia e, portanto, de PLATÃO, levamos conosco a idéia de como esse filósofo concebia o valor e a visão explanatória sobre a antologia do conceito. Nesse aspecto e separando alguns pontos de inflexão, limitamo-nos aos objetivos fundamentais, utilizando a racionalidade técnica de nosso tempo para saltar vários séculos. Usar essa estratégia já é um tanto comum, pois o começo da produção intelectual se designa em função do que sempre foi retomado na continuidade do passado, acrescentando-lhe reanimações sucessivas: do valor ao utilitarismo no início do século XIX.

---

<sup>2</sup> Iluminismo: conjunto de opiniões, preconizadas no século XVIII, sobre a existência de uma inspiração sobrenatural.

### 1.3 - O DUALISMO ANTROPOLÓGICO DO VALOR

Finalizando o século XVIII, uma nova maneira estava estabelecida na Europa com relação às abordagens sobre o valor e as expectativas econômicas. Desde o início do século XVII e com base na evolução dos aspectos cotidianos, termos econômicos como: juros, preços e câmbio vinham sendo objetos de atenção crescente dos homens de negócio, do governo e até mesmo de filósofos, através de debates e discursos.

Adam SMITH, através de sua obra, **A Riqueza das Nações**, destaca-se como grande pensador que, ao longo de quase todo o século XIX, influenciou marcadamente os estudos sobre Economia. Suas teorias mercantilistas alimentavam, grandes debates e se faziam por isso, ponto de partida obrigatório e inquestionável quando se discutiam as forças do mercado. Assim, o efeito de sua influência marca o início do enfoque científico dos fenômenos econômicos do século XIX e sustentam a teoria do crescimento econômico.

Vejamos: para SMITH, “a riqueza ou bem-estar das nações é identificada com o seu produto anual *per capita* que, dada sua constatação de recursos naturais, é determinada pela produtividade do trabalho “útil” ou “produtivo”, entendido como aquele que produz um excedente, valor sobre o seu custo de reprodução e pela relação entre o número de trabalhadores empregados produtivamente e população total” (SMITH, p.9).

Mesmo considerando a importância que SMITH atribuía, como fator causal, ao primeiro desses determinantes, a dinâmica de seu modelo de crescimento dependeria não somente de fatores institucionais capazes de afastar investimentos como também da existência de elementos restritivos ao comércio, e mais, sob sistemas ideais de governo, deveria sustentar-se indefinidamente no processo. Evidencia-se, assim que, para ele, o governo só comprometia a livre iniciativa das forças de mercado.

Na verdade, de acordo com a ordem dos acontecimentos, a teoria do crescimento econômico é fundamentada na teoria do valor, embora seja denotado um caráter acessório em tal teoria.

A palavra valor tem dois significados diferentes, expressando, algumas vezes, a utilidade de algum objeto particular, e, outras vezes, o poder de compra de outros bens conferidos pela posse daquele objeto. O primeiro pode ser chamado valor de uso; o outro, valor de troca, as coisas que têm maior valor de uso, têm freqüentemente pequeno ou nenhum valor de troca, e, ao contrário, as que têm maior valor de troca têm pequeno ou nenhum valor de uso (SMITH, p.65).

Interpretando melhor esse sentido, cabe o exemplo da água e do diamante. A água, abundante na natureza, tem o seu valor de uso incomensurável, extremamente importante para a vida, porém, o seu valor de troca é quase nulo, ao passo que o diamante, escasso na natureza, tem o seu valor de uso limitado mas como instrumento de troca, isto é, seu valor comercial é infinitamente mais elevado na proporção leva em consideração o fator escassez.

Na construção de seu raciocínio, abandona a análise então tradicional sobre valor, aprovada condicionalmente sobre demanda: o valor de uso e a escassez, cuja utilidade é confinada por SMITH ao estudo dos preços de mercado. Forma-se, assim, o alicerce do enfoque clássico, valor baseado em custos de produção, que revela a ligação direta existente entre o sistema de preços e os fenômenos da produção e distribuição.

A continuidade da reflexão abre espaço para novos pensadores, provocando o surgimento de novas contribuições, porém empenhados em dar coerência aos discursos produzidos pelos debates. O próprio David RICARDO não distingue a dualidade do processo da valorização econômica imposta pela dupla finalidade da produção capitalista: o uso e a troca. Karl MARX o fará algumas décadas depois. Ricardo elude completamente a existência implícita de um valor de uso historicamente atribuído aos bens consumidos. Abordará a

questão de forma natural e aparente, na mesma perspectiva estabelecida pelo seu predecessor, Adam SMITH: o valor de troca das mercadorias e as questões ligadas aos seus determinantes e a sua mensuração.

O valor de troca de uma mercadoria era definido por Adam SMITH como um poder de compra do trabalho incorporado à produção daquela mercadoria. Assim sendo, o elemento constitutivo por excelência do valor mercante dos bens será o trabalho humano. RICARDO adotará esta definição retomando, porém, de maneira crítica o quadro analítico dos seus determinantes.

RICARDO conduz sua análise do valor de troca em nível do preço efetivo das mercadorias: esse enfoque lhe permite negligenciar historicamente os fundamentos do valor-trabalho, e assim, investe seus esforços na etapa de desenvolvimento dos meios e das forças produtivas. Para ele, empirista do valor econômico e não metafísico, a dinâmica do valor de troca é aplicada através do valor do trabalho, entendido como uma produtividade média monetária do trabalho incorporada na produção de uma mercadoria.

Conceitualmente, o valor do trabalho de RICARDO pode ser aproximado equivalentemente ao “valor de uso do trabalho” de MARX. Entretanto, a despeito de possuírem ambos os mesmos determinantes aparentes – o estado tecnológico da produção e a quantidade das ferramentas utilizadas – a ergonomia teórica do valor trabalho ricardiano é totalmente distinta, isto é, ele não faz derivar o valor trabalho às questões da mais-valia e a origem do lucro capitalista, como MARX.

Neste consenso, o valor do trabalho em RICARDO constitui-se, antes de tudo, no crivo da relação técnica e produtiva do trabalho humano com a máquina, do trabalhador com a sua ferramenta.

Assim pensando, elege os condicionantes do valor do trabalho pelas técnicas da produção e qualidade dos equipamentos utilizados, portanto, e segundo ele, e em definitivo, o estado tecnológico da produção concreta é que condicionará a produtividade do trabalho.

RICARDO reconhece que o valor do trabalho também será sensível às variações qualitativas no estoque de capital humano produtivo, variações determinadas em grande parte pela educação e a menor ou maior qualificação profissional dos trabalhadores. Entretanto, não trabalha sistematicamente esta idéia e tampouco a integra teoricamente na sua análise da dinâmica do valor.

Nota-se na teoria ricardiana o esforço sistemático em alinhar as idéias de forma racional, com o livre propósito de classificar o entendimento dos fenômenos produtivos.

A Grã-Bretanha sofreu, naquela época, profundas transformações na sua estrutura econômica. O elemento dinâmico e inovador que a caracterizou foi o surgimento de uma base produtiva atrelada à produção industrial, que os historiadores passaram a chamar Primeira Revolução Industrial.

Foi nesse contexto econômico e social, vulnerável às transformações, que surgiu a primeira escola da ciência econômica, a Escola Clássica, a qual RICARDO integrava.

Coube a alguns economistas propor a teoria explicativa do valor como função básica do desenvolvimento econômico.

O discurso sobre o valor pode assumir, realmente, como já foi colocado, dois desvios: um no mundo da aparência e outro no da essência: o valor de uso e o valor de troca. Fica claro que o utilitarismo está muito mais filiado ao valor de uso, tendo em vista que ele se prende mais à complexidade dos fenômenos que o caracterizam do que ao valor de troca de RICARDO.

A questão extraída desse consenso é de que forma o utilitarismo se manifesta na análise desse fenômeno e de que maneira ele responde aos objetivos da economia política formulada nesse período.

#### 1.4 - O PENSAMENTO EUROPEU DO SÉCULO XIX

O cenário configurado pela história em fins do século XVIII e início do século XIX para a Inglaterra proporciona um combinação de circunstâncias favoráveis para o florescimento de uma sociedade capitalista, com base nas transformações técnicas capazes de aumentar a produtividade, simultaneamente aos investimentos e ao mercado de bens de consumo, cujas “características centrais do capitalismo garantiam a estabilidade e a felicidade” (MACFARLANE, 1990, p.327).

O pensamento europeu que se desenvolve na Inglaterra no século XIX acerca-se dos principais contornos assumidos pelos acontecimentos econômicos, atrelados ao ritmo das modificações no que diz respeito à estrutura da indústria, e das relações sociais ao volume de produção correlacionado à extensão e variedade do comércio, se comparados aos padrões dos séculos anteriores. Constata-se que tais diferenças não são oriundas apenas das formas de negócio, mas das transformações radicais das idéias do homem sobre a sociedade, que sai de uma concepção de mundo no qual gerações se sucediam mantendo a posição dos ancestrais, preservando o aspecto econômico, numa época em que um rompimento com a tradição era questão impensável, já que o respeito a essa concepção se confundia com a concepção de progresso.

Como consequência, as relações de dependência econômica entre os produtores individuais e consumidores congregam-se à necessidade de capital para financiar todo o complexo processo produtivo, criando novas interdependências, novas cadeias de invenções e inovações, viabilizando novas estruturas industriais e relações econômicas e sociais. A essas transformações determinadamente evolutivas e dinâmicas convencionou-se chamar Revolução Industrial .

A Revolução Industrial projeta o triunfo do capitalismo e este foi, na verdade, o triunfo de uma sociedade que acreditou que o crescimento econômico dependia da competição da livre iniciativa privada, cujos valores ajustavam-se aos interesses do mercado.

A fundamentação de uma economia com esse embasamento repousava naturalmente na solidez de uma burguesia composta de elementos cuja energia, mérito e inteligência os elevava a tal posição e deveria, não somente criar um mundo de plena distribuição material, mas também de crescente esclarecimento, razão, de avanço das ciências e das artes, sintetizando um mundo de contínuo progresso material e moral. Isto posto, cabe explicar que:

Os poucos obstáculos ainda remanescentes no caminho do livre desenvolvimento da economia privada seriam modificados. As instituições do mundo, ou mais precisamente daquelas partes do mundo ainda não excluídas pela tirania das tradições e superstições, ou pelo infortúnio de não possuírem pele branca (preferivelmente originária da Europa Central ou do Norte), gradualmente se aproximariam do modelo internacional de um 'Estado-Nação' definido territorialmente, com uma Constituição garantindo a propriedade e os direitos civis, assembleias representativas e governos eleitos responsáveis por elas e, quando possível, uma participação do povo comum na política dentro de limites tais que garantissem a ordem burguesa e evitassem o risco de ela ser derrubada. (HOBSBAWM, 1996, p.19).

Acompanhando de perto a retratação do momento por HOBSBAWM, percebe-se que o traçado do desenvolvimento inicial dessa sociedade está identificado com o aparecimento tanto de uma frente econômica como uma frente político-ideológica de 1789 a 1848. "Essa

dupla denominação que fertiliza de idéias esse período arquitetado pela transformação industrial, iniciada e largamente confinada à Inglaterra, e a transformação política, associada e largamente confinada à França” (HOBSBAWM, p.20).

Os resultados dessa ideologia está no triunfo de uma nova sociedade, a sociedade do capitalismo liberal, cuja determinante principal é a burguesia. “Atrás dos ideólogos políticos burgueses estavam as massas, prontas para transformar revolução moderadamente liberais em revoluções sociais” (HOBSBAWM, p.20).

As crises que ocorriam nesse período, demarcadas cronologicamente, parecem tão precisamente definidas tanto quanto possível no que diz respeito a assuntos humanos, isto porque os trabalhadores pobres e descontentes agitavam-se contra a classe de empresários capitalistas.

Mas em meio a todos esses conflitos é lícito entender que, com a Revolução de 1848, “a antiga simetria quebrou-se, a forma modificou-se. A revolução política recuou, a revolução industrial avançou” (HOBSBAWM, p.20).

Percebe-se, assim, que toda essa trajetória reflete a progressão das idéias liberais e tomada de consciência da nova realidade econômica. Estes dois aspectos estão intimamente relacionados, conforme a explicação de David HUME:

“A lógica liberal segundo a qual não é pela regulamentação e pelo controle – é pelo interesse – que se deve governar os homens: é preciso deixar sua avareza insaciável, sua ambição incomensurável, e todos os seus vícios aproveitáveis ao bem público” (L’Indépendance du parlement, 1741) (Citado por H. DENIS, p.142).

Essa arquitetura do pensar de David HUME situando-se na perspectiva newtoniana da atração universal, está forjando a idéia de que da atração de múltiplos interesses, de múltiplos egoísmos individuais pode surgir uma nova harmonia social.

## 1.5 - AS IDÉIAS LIBERAIS E O PROGRESSO DA ECONOMIA POLÍTICA

### 1.5.1 - O Choque de Idéias e as duas Utopias em Debate

Em princípios do século XIX, o desenvolvimento capitalista da indústria, iniciado na Inglaterra, está longe de ser reconhecido como dominante. Uma nova geração de manufatureiros, fabricantes, industriais surge na Europa, ao mesmo tempo em que J. B. SAY, na França, e David RICARDO, na Inglaterra, aparecem como porta-vozes dessa burguesia industrial ainda não preparada para ser uma camada social coerente com a dinâmica que se desenvolvia nesta nação. Os trabalhadores das fábricas, entre os quais mulheres e crianças, submetem-se à disciplina da produção mecânica e à terrível ameaça da miséria.

Movidos por um grande esforço intelectual, em nome dos valores do passado, alguns representantes da antiga classe social se manifestam, em busca de uma nova sociedade capaz de ser concebida de acordo com as normas da razão e da equidade: SAINT-SIMON<sup>3</sup> e FOURIER<sup>4</sup>.

Admirador de Newton e fascinado pela harmonia nascida da atração universal, Fourier extrai a lei única, constante e igual da atração aproximada, as falanges, sociedades completas e autônomas de mil e oitocentos pessoas, devem ser seus falanstérios, células básicas de uma nova “harmonia universal”. Lá está a utopia, poderosa certeza viva de um outro mundo, de uma outra sociedade ao alcance da mão. Saint-Simon estará mais atento à “indústria”, isto é, às diversas formas da atividade produtiva, ele

---

<sup>3</sup> SAINT-SIMON (1760-1825) em sua doutrina argumenta que a propriedade é uma instituição social sujeita a evolução. A condenação da propriedade privada e da exploração dos trabalhadores coincide nos saint-simonistas com a defesa do empresário capitalista, do industrial empreendedor, a quem consideram que é legitimamente devido o prêmio das suas iniciativas, apaga correspondente ao seu trabalho de direção.

<sup>4</sup> FOURIER (1772-1837) argumenta que a concorrência livre é um estado anárquico, em que todos os abusos são possíveis, é mais grave ainda que os vícios da repartição, considerava ainda que a produção era insuficiente. Idealizou um Hotel Cooperativo, que o denominou de falanstério.

valorizará o papel dos industriais, dirigir-se-á aos operários e se preocupará com a melhora das condições de vida “da classe mais numerosa e mais pobre (BEAUD, 1987).

Os debates travados sempre com a maior amplitude tratam das principais idéias firmadas e que serão retomadas em toda a primeira metade do século. Deles são formuladas “duas visões utópicas de um mundo vindouro; ambos garantem a felicidade de todos: a visão liberal e a visão fundamentada na organização da sociedade é que será, no segundo terço do século, qualificada de “socialista”.

“Para Say, propriedade, liberdade, prosperidade são indissociáveis do fundo produtivo e das rendas que dele se pode tirar, liberdade de usar esse fundo: toda restrição que não é necessária para proteger os direitos do outro é um atentado à propriedade, prosperidade para todos.” (Cours complet... In: J. B. SAY, textos Choris, DALLOZ, 1953, p. 195).

Fundamentalmente, perante a utopia liberal, a felicidade humana é assegurada pelo livre jogo das forças de mercado, isto é, pela lei da oferta e da procura; perante as utopias socialistas, a felicidade humana é assegurada por uma organização adequada da sociedade. A primeira reflete as aparências da ciência – lei da oferta e da procura e a lei implacável dos salários; enquanto as segundas, tendências místicas. MARX dará uma versão científica à utopia socialista ao fundamentar-se na análise histórico-econômica do capitalismo, a que o comunismo deverá suceder, para estabelecer na concretização do projeto socialista.

A "agulha imantada" do raciocínio aponta firmemente para a pergunta: de onde vem a riqueza? Para Jean Baptista SAY, ela provém da criação do valor ou aumento do valor que já se encontra nas coisas que possuímos. Para atribuir um valor a um objeto, devemos emprestar-lhe uma utilidade que antes ele não possuía e, dessa forma, aumentar o valor que ele já tem, aumentando, em consequência, o grau de utilidade quando o adquirimos. Essa

estrutura tornou-se a base ideológica do pensamento econômico do século XIX, uma vez que produzir, envolve, antes, o adquirir e, dessa forma aumentar a utilidade dos três fatores de produção: trabalho, capital e terra, remunerando-os adequadamente.

RICARDO invade esse campo das idéias de SAY e entra em desacordo ao considerar que a utilidade não pode ser a medida determinante do valor. Para Ricardo, uma mercadoria difícil de ser produzida terá sempre mais valor que aquela produzida facilmente “uma mercadoria deve ser útil para ter valor, mas a dificuldade de sua produção é a verdadeira medida de seu valor. Por esta razão, o ferro, muito mais útil, tem menor valor que o ouro” (LANTZ, p.197).

Com base nesse raciocínio, podemos entender que o conceito de valor em RICARDO é o seguinte: “O valor de uma mercadoria, ou a quantidade de toda a mercadoria com a qual ela é trocada depende da quantidade relativa de trabalho necessário para produzi-la e não da remuneração maior ou menor concedida ao operário” (RICARDO, p.23).

Assim, definido o valor, cujo preço é a expressão monetária, a distribuição das riquezas produzidas atuará sobre o salário, o que explica a idéia de que “o valor das mercadorias se acha modificado, não somente pelo trabalho imediatamente aplicado à produção delas, mas também pelo trabalho consagrado às ferramentas, às máquinas, aos prédios que servem para criá-las” (ibidem, p.23).

Se por um lado há opiniões discordantes, por outro, as opiniões se encontram a respeito do emprego das máquinas, visto que a utilização das máquinas na produção conduzem ao emprego de mais operários no processo produtivo. Essa convergência de opiniões dura até 1821, quando RICARDO acrescenta um capítulo à terceira edição de seu **Principes de L'economie Politique et de L'impot** (ibidem, p.29).

Em meio aos debates e ao longo de todo o período (fim do século XVIII e início do século XIX), o capitalismo é sacudido por crises, durante as quais se agrava mais o domínio da miséria e é nesse clima que as principais teses alimentam a doutrina liberal, ao mesmo tempo em que se desenvolvem as análises produzidas por Karl MARX sobre o socialismo científico.

### 1.5.2 - Ideologia Liberal

A ideologia liberal<sup>5</sup>, refletindo-se nas idéias, nelas encontrava campo fértil, ao mesmo tempo em que tais idéias se orientavam pelas hipóteses que sustentavam a teoria de longo prazo. Entendia-se que jamais ocorreria o desemprego dos recursos produtivos em larga escala e por um longo período, se o sistema que rege a produção dos bens fosse governado ao sabor do livre jogo das forças de mercado, isto é, a oferta criaria a sua própria demanda. Assim, o ajuste às novas condições deveria ocorrer naturalmente. Neste sentido, o comércio deveria agir livremente tendendo a eliminar as antinomias e fazendo do mundo uma sociedade única, harmoniosa e próspera. Como resposta, o livre câmbio tiraria todo partido possível das vantagens comparativas; isto se explica pelas práticas das trocas, dando-se menor valor aos produtos *in natura* e, dessa forma, conseguir-se-ia melhor distribuição e mais economia no trabalho; assim, ao mesmo tempo que espalharia por toda a parte o bem-estar, o acréscimo e

---

<sup>5</sup> Substrato ideológico às revoluções anti-absolutistas da Europa. Correspondendo aos anseios de poder da burguesia, que consolidava sua força econômica ante a aristocracia em decadência. O liberalismo defendia: 1) a mais ampla liberdade individual; 2) a democracia representativa com separação e independência entre os três poderes; 3) o direito inalienável à propriedade; e 4) livre iniciativa e a concorrência como princípios básicos capazes de harmonizar os interesses individuais e coletivos e gerar o progresso social Laissez-faire – sem a interferência do Estado e da pressão de grupos sociais o homo economicus realizaria a sua tendência natural de alcançar o máximo de lucro com o mínimo de esforço.

troca dos produtos, as áreas de interesses seriam reforçadas por relações de amizade para constituir uma única e grande sociedade.

Mas essa ideologia liberal, aqui sintetizada, não deixa de receber críticas, opondo-se ao otimismo naturalista (SMITH) e à idéia da possibilidade de um progresso indefinido (CONDORCET). Pela afirmação de que os males dos homens resultam de uma má organização da sociedade (GADWIN) projeta-se, em contraposição à anterior, a posição pessimista de que a população é necessariamente limitada pelos meios de subsistência (MALTHUS) e, assim, haveria desigualdade entre as forças de mercado: a oferta não responderia à procura.

As reações contra o liberalismo se manifestam a partir de 1848. Nesse ano é publicada a obra **Os Princípios de Economia Política** de John Stuart MILL, em meio à multiplicidade de escolas que se influenciaram reciprocamente, confundiam-se ou divergiam em todos os sentidos fosse protecionismo, ou intervencionismo, isto é, havia os que proclamavam as vantagens de as economias nacionais se protegerem da concorrência estrangeira: a concepção de uma economia nacional.

Essas polêmicas acabariam reformulando a célebre lei dos mercados, condicionando o empresário a pagar pela produção e, dessa forma, criar valores capazes de alimentar outros valores; em linhas gerais, da formação dos custos da produção à renda disponível, que a sociedade aplicaria na aquisição dos bens e, como consequência, retornaria às mãos dos empresários através da sistemática da compra e venda dos bens no mercado. Segundo SAY, a mesma renda se transformaria “noutros valores, noutros produtos; donde resulta, embora à primeira vista isto pareça um tanto paradoxal, que é a produção que abre mercados para os produtos” (SAY, p.59).

Todas essas teses, alimentadas pelo paradoxo do valor e pelas circunstâncias contraditórias inspiradas nos conflitos de uma sociedade desencontrada, realçam duas afirmações: a primeira refere-se à teoria política acadêmica que se reflete nos debates procurando entender os conflitos dessa nova sociedade; a segunda refere-se às correntes contraditórias provocadas pelos debates políticos na praça, ou seja, à política ideológica partidária.

O início do século XIX é, portanto, o cenário perfeito para a discussão sobre os primeiros princípios, incluindo a ética da decisão e da ação política, com questões sobre as finalidades do governo, se o governo deve existir para servir aos indivíduos, interferir ou não no mercado. Esses novos modos de pensamento conspiraram para tornar esse tipo de discurso difícil, mas, sem dúvida, as questões sobre valor e, por extensão, o utilitarismo serviram-lhes de fonte de inspiração, para delinearem o pensamento da economia política a partir dessa época.

## II - A ÉTICA COMO PREMISSA NA CONSTRUÇÃO DO UTILITARISMO

### 2.1 - INTRODUÇÃO

A multiplicidade de idéias que proliferava no início do século XIX privilegiou, de certa forma, aquelas sobre organização social e política. Essa afirmação resulta das convicções codificadas nas teorias do nacionalismo cultural e político que, ligados cronologicamente ao mundo romântico, se manifestavam até meados desse século.

Justificando melhor a relevância da idéia acima, faz-se necessária uma reflexão sobre os aspectos interiores e exteriores da afirmação. Poder-se-ia dizer que ela é a interpretação de um certo momento histórico motivado pelas forças produtivas.

Para explicar, desenvolveremos o enunciado em três momentos assim distribuídos: seguindo o caminho da teoria, objetiva-se apresentar o conceito dos princípios do que é ética permeando a evolução da moral e do utilitarismo; através das deduções dos pensadores mais envolvidos buscar-se-á o sentido próprio desses assuntos; a segunda intenção limita-se em analisar as condicionantes que interligam a ética ao utilitarismo; e a terceira intenção, o positivismo<sup>6</sup> como paradigma da idéia de bem-estar e organização social.

---

<sup>6</sup> Auguste COMTE: ...mais do que uma escola, foi basicamente uma tendência do pensamento econômico, em reação ao socialismo abstrato da escola clássica, baseou-se no ideário e método e na utilização de informações e estatísticas para enunciar as leis que regem as relações do processo econômico e fazer da economia uma ciência experimental.

## 2.2 - TEORIA DOS PRINCÍPIOS

Os princípios de eticidade parecem compor um jogo de sedução, envolvendo o indivíduo, a família e o Estado. Nessa trilogia, cada elemento tem sua própria distinção, porém a vontade imediata de qualquer elemento exige a mediação social, isto é, objetivação e desdobramento. Esclarecendo melhor, podemos dizer que a vontade livre de uma pessoa tem de ser mediada pela vontade livre do outro, a fim de se universalizar. Nesse sentido “o imediato tem de ser mediado para que se possa estabelecer um princípio ético universal. Para que um princípio ético possa ser universalizado, tem de passar pelo processo de mediação social. A eticidade trata das determinações objetivas da liberdade e não pode ser confundida com as vontades particulares imediatas” (WEBER, p.14).

As caracterizações do individualismo manifestam-se na preocupação fundamentada na situação dos interesses pessoais. O indivíduo, por sua vez, deve conciliar a possibilidade da livre realização enquadrando-se socialmente. Dessa maneira, o relacionamento social assume o interesse da coletividade sobrepondo-se ao interesse do benefício pessoal. E esses dois princípios requerem mediação na sociedade civil: “o primeiro, a pessoa concreta enquanto particularidade de interesses; o segundo, o contexto social, isto é, cada pessoa particular somente se satisfaz por meio da outra, sendo obrigada a passar pela forma da universalidade” (WEBER, p.18).

Logo, dentro das determinações da idéia da liberdade, o Estado aparece como verdadeiro fundamento, isto é, como lugar supremo, capaz de garantir toda organização do poder que persegue fins universais. Para HEGEL “o Estado é a realidade efetiva da idéia ética, ele se constitui na autoconsciência particular elevada à sua universalidade” (BOBBIO, 1986, p.152).

Posto isso, é ainda perseguido o primeiro momento da nossa intenção sobre a ética, vale antes de prosseguir, fazer uma breve incursão sobre o campo da moral, a fim de conferir maior segurança e sentido ao propósito em tese.

A moral pode ser entendida como sinônimo de *ethos*, ou seja, a peculiaridade do modo de pensar ético de um povo ou classe social, determinada pelo predomínio de um valor. A moral pode ser entendida por “um determinado comportamento como sendo conveniente de uma vez por todas” (HORKHEIMER, 1990, p.61). Neste sentido, as questões da ética e da moral sintetizam a perfeição da natureza humana.

A questão da ética, sem dúvida, esbarra em um juízo moral, e reconhecer um juízo moral como tal não significa compreendê-lo, para isso se faz necessário estabelecer critérios que possam identificar a sua essência. O sentido da palavra moral conflita-se entre o que é falso e o que é verdadeiro, uma espécie de mão dupla. ARISTÓTELES, em suas investigações teórico-morais, denominou “éticas” a investigação “sobre o *ethos*”, sobre as propriedades do caráter, boas e más (virtudes ou vícios) era uma parte essencial de suas investigações. Contudo é de inegável importância compreender o sentido do termo ética, visto que, nas análises de ARISTÓTELES, muito se distancia daquilo que entendemos por “ética”.

No termo grego *éthicos* foi então traduzido por Morales. Mores significa usos e costumes. Isto novamente não corresponde, nem a nossa compreensão de ética, nem de moral. Além disso, ocorre aqui um erro de tradução. Pois na ética não apenas ocorre o termo *ethos* (com e longo), que significa propriedade do caráter, mas também o termo *ethos* (com e curto) que significa costume, e é para este segundo termo que serve a tradução Colinas (TUGENDHAT, 1996, p.36).

Para ARISTÓTELES, a ética não seria ética ou teoria moral, mas sim, uma teoria da felicidade.

Para PLATÃO, a moral concentrou-se na questão pelos bons motivos que temos para sermos morais, procurando mostrar especialmente em suas obras no **Górgias** e na **República** que a vida moral é a única vida feliz.

PLATÃO consegue deixar clara a relação de dependência entre a ética e moral, já que uma é condição para atingirmos a outra; enquanto ARISTÓTELES segue o método que questiona a opinião das pessoas sobre a felicidade, conseguindo compor as seguintes observações de forma simplificada: alguns buscam a felicidade claramente no gozo; outras, na vida contemplativa, e outros, ainda, na vida política, visando à honra desta: a virtude.

Na verdade, poderíamos interpretar a tese da felicidade de tal forma que cada moral, independentemente de seu conteúdo, apresentasse uma determinada concepção de vida, e, nesta medida, algo constante que proporcionasse equilíbrio entre as causalidades da vida e dos sentimentos de forma conveniente.

Mesmo não inscrevendo SMITH no projeto da tese para falar sobre a questão, chegamos ao ponto em que devemos considerar a ética smithiana da conveniência. SMITH explica que nenhum dos sistemas éticos existentes até o momento (na Inglaterra) e que viam como conveniência os afetos pôde oferecer uma medida precisa ou determinada para esta conveniência.

O esforço natural de cada indivíduo no sentido de melhorar sua própria condição, quando sofrido para exercer-se com liberdade e segurança, é um princípio tão poderoso, que ele é capaz, sozinho e sem qualquer ajuda, não somente de levar a sociedade à riqueza e à propriedade, mas de superar centenas de obstáculos impertinentes com os quais a insensatez das leis humanas muitas vezes obstaculou seus atos (SMITH, **Nova Cultural**, p.54).

Assim, a lógica da moral em SMITH se insere nas obrigações positivas e negativas da benevolência da justiça e da conveniência e distingue claramente entre uma sociedade

contratualista de subsistência e uma boa sociedade que é uma sociedade moral e apenas considerou conveniência das virtudes fundamentais como conceito da “perfeição da natureza humana” (SMITH, 1976, p.85).

“Assim, o vício alimentava a inventividade a qual se associava à folga e ao trabalho, tivessem as conveniências da vida alçado seus prazeres reais, confortos e vagares a alturas tais que os muito pobres viveriam melhor que os ricos outrora” (SMITH, p.54).

Para melhor entender a conveniência das virtudes, faz-se necessário relembrar a opinião de SMITH sobre o escritor D. MANDEVILLE, que, segundo SMITH, incorreu na grande falácia de apresentar com humor toda paixão como totalmente viciada sobre a imperfeição da virtude humana ao considerar como luxúria tudo o que vai além daquilo que é absolutamente necessário para a subsistência da natureza humana. Como, por exemplo: há sempre o vício mesmo no uso de uma camisa limpa.

Assim SMITH comenta sobre MANDEVILLE: “trata como vaidade tudo o que tenha qualquer referência àquilo que são ou devem ser os sentimentos dos outros; e é através desse sofisma que afirma sua conclusão favorita, de que os vícios privados são benefícios públicos” (SMITH, p.51). Entretanto, ele nunca teria conseguido impor-se a tantas pessoas, que gostam de princípios melhores, se, sob algum aspecto, não tivesse algo de verdadeiro.

A obra à qual SMITH se refere acerca da conveniência das virtudes descritas na obra do referido autor é **A Colmeia Resmunguenta**, ou: **Os Velhacos Virando Honestos** – poesia estanca, publicada pela primeira vez em 1705 em um poema de 400 linhas, parte dele apresentada a seguir:

Os piores de toda a multidão fizeram algo para o bem comum. Esse era o ofício do Estado, o qual mantinha o todo, do qual dada parte se queixava: Isso, como harmonia musical, fazia com que todos os que brigavam entre si concordassem no essencial;

Partidos frontalmente opostos ajudam-se mutuamente, como se fosse por despeito. E a temperança com sobriedade estão a serviço da embriaguez e da glotoneria. A raiz do mal, a avareza, esse vício condenável, mau e pernicioso, servia como escravo à prodigalidade, esse pecado nobre; ao passo que a luxúria proporcionava emprego a um milhão de pobres, e o orgulho odioso dava emprego a outro milhão; A própria inveja e a vaidade estavam a serviço da lobariedade; sua insensatez encantadora, sua leviandade no comer, nas mobílias e no vestir, esse vício estranho e ridículo, era a verdadeira roda que movimentava o comércio. Suas leis e roupas eram igualmente objetos mutáveis, pois o que um dia considerou-se bom, em meio ano tornou-se um crime; Entretanto, embora alterando assim suas leis, ainda encontrando e corrigindo falhas pela inconstância corrigiram faltas que nenhuma prudência podia prever. Assim, o vício nutria a inventividade, que se juntava ao tempo e ao trabalho, tivessem as conveniências da vida alcançado seus prazeres reais, confortos e vagares a alturas que tais, os muito pobres melhor viveriam que os ricos outrora e nada mais a acrescentar! (SMITH, 1976, p.52).

#### ASSIMETRIA DA ÉTICA

“A unidade da intensidade é a maior sensação que pode ser distinguida como prazer ou dor, a unidade de duração é um momento do tempo. Os graus de intensidade e duração deveriam ser contados em números inteiros, como múltiplos dessas unidades. A certeza e proximidade são... resultados” (SMITH, 1976, p.86).

FIGURA 1 – AÇÃO HUMANA



Fonte: Autora.

Assim, conforme a assimetria, a Ética é a ciência do objeto, da causa, do motivo ou força que induz o ser humano a agir. A Ética procura disciplinar ou dirigir a conduta humana descrevendo a forma de comportamento que pode ser identificada como aquela que, racionalmente, expressa os melhores motivos ou forças mais fortes presentes numa determinada situação.

Para o utilitarismo clássico, a ética é a representação da ciência dos fatos envolvidos na ação humana. Há um fato que se impõe, de pronto, a toda consideração racional sobre a ação humana. Isto é, existe uma única força que compele o ser humano a agir: o prazer e/ou dor.

Exemplo: O indivíduo está com fome; logo, precisa se alimentar. Aproximação do alimento causa-lhe prazer, satisfação, felicidade.

Contudo, não deve agir infringindo a lei e os bons costumes.

Dentre todos os pensadores sobre as questões da ética, moral e utilitarismo, BENTHAM parece ter sido o que melhor posicionou o assunto.

## JEREMY BENTHAM: DA ÉTICA AO UTILITARISMO

Preocupado com as questões que envolviam a miséria, ele chega a imaginar políticas que, colocadas em prática, criariam instituições sociais cuja tarefa seria organizar a pobreza no sentido de transformar os pobres em agentes produtivos para a sociedade. Para tal procedimento, seria necessário transformar a miséria no motivo da ação de todos os indivíduos bem-sucedidos na sociedade.

Nesse sentido, ele defende a idéia de que o princípio que rege tanto as ações individuais quanto as sociais é: “a busca da maior felicidade para o maior número de pessoas. Esse princípio de utilidade daria consistência a uma Ética capaz de produzir o melhor dos indivíduos e a melhor das coletividades” (PELUSO, 1998, p.14).

BENTHAM<sup>7</sup> acredita que a instrumentalização apropriada dos indivíduos responsáveis pela elaboração de políticas públicas faz deles agentes moralmente empenhados na erradicação da miséria social. Isto porque, em seu projeto, se o princípio da ação humana é a procura do prazer e a eliminação da dor, ele estabelece um vínculo causal entre o prazer do agente individual e o sofrimento que passa, de alguma forma, a associar-se à sua ação.

Dessa forma, o agente moral é responsável pela eliminação de todas as formas do sofrimento identificadas na convivência social. A eliminação do sofrimento alheio se torna motivo da ação moral de cada um.

PELUSO, em sua obra **Utilitarismo e Ação Social**, consegue simplificar de forma clara o que de fato o utilitarismo representou no desenvolvimento do mundo capitalista. Na verdade, o utilitarismo foi reduzido àquilo que parece ser o seu conteúdo positivo, expresso no princípio da *maximização da felicidade*. Entretanto, ele tem também um conteúdo negativo. A visão utilitarista de mundo implica o princípio de que se deve *minimizar o sofrimento*. Nesse sentido, a luta contra o sofrimento tem um significado moral.

O projeto ético de BENTHAM é originário de seus estudos realizados sob reflexão filosófica na Grã-Bretanha do século XVIII, e esta tem uma característica específica, pois

---

<sup>7</sup> BENTHAM, J. (1748-1832): Filósofo, jurista e economista inglês – criador do utilitarismo – 1787 escreveu **Proibição da Usura** – liberdade de iniciativa econômica do indivíduo – 1789 – **Princípios da Moral e da Legislação** expôs que a doutrina utilitarista considerando que apenas o egoísmo e a busca da felicidade motivaram a conduta humana, defendia um sistema de governo que harmonizasse os interesses, garantindo a maior satisfação possível ao maior número de pessoas onde o utilitarismo se identifica com o útil. Para BENTHAM toda a felicidade está na obtenção do útil, ou seja, no afastar-se da dor e aproximar-se o máximo possível do prazer. Em BENTHAM esse objetivo é defendido não em termos de satisfação individual, mas em função da felicidade de todos.

expressa o aparecimento da primeira escola de pensamento filosófico do mundo anglo-americano. Dela surge o utilitarismo, extraído da idéia de um conjunto de teses de um autor que deveriam ser defendidas e divulgadas. Alguns pensadores importantes da época não transmitiram as suas idéias e teorias a grupos específicos de seguidores, tais como: Francis BACON (1561 – 1626), Thomas HOBBS (1588 – 1679), John LOCKE (1632 – 1704) e George BERKELEY (1685 – 1753).

O que se pretende aqui é reforçar a tese de que a reflexão sobre uma determinada idéia gera novos pensadores. Assim sendo, a mentalidade anglo-americana, no desenvolvimento de seu pensamento, contribui para o surgimento do utilitarismo clássico, o que, na realidade, não representa a tese de um só pensador, mas, sim, de vários que, de certa forma, se identificaram, somando experiências e correlacionando as idéias entre a teoria e a prática, proporcionando, abertura para novos campos da investigação intelectual.

Nessa trilha, toda uma geração de cientistas filósofos, partindo dessas idéias concebidas pela escola anglo-americana, fizeram crítica do modelo de sociedade que a incipiente industrialização produzira na Grã-Bretanha. Entre eles, Adam SMITH (1723-1790), Jeremy BENTHAM (1748-1822), Thomas Robert MALTHUS (1766-1834), David RICARDO (1772-1823) e John Stuart MILL (1806-1873).

Esses intelectuais, preocupados com questões abstratas, mantinham-se, sobretudo, empenhados em propor reformas de ordem prática que facilitassem e sistematizassem a solução de problemas sociais, correlacionando a identificação da utilidade e do prazer com o bem moral. Pode-se dizer que o movimento utilitarista foi uma tentativa de transformar a ética na "ciência positiva da conduta humana". Essa é a razão pela qual se tem entendido que o utilitarismo corresponde ao mesmo tempo, esforço filosófico que teria resultado no positivismo.

O maior legado dos utilitaristas foi o de substituir, de uma forma geral, a consideração de fim, derivada de uma suposta natureza metafísica do ser humano, pela consideração dos meios (motivos, causas) que, de fato, determinaram a ação desse mesmo ser humano presente numa determinada situação.

Portanto, o sentido da ética utilitarista é fundamentado no seguinte princípio: o motivo da ação humana é a busca do prazer e a eliminação da dor. Nessa formulação, esse princípio deixa acentuado o caráter individual e subjetivo dos motivos ou forças, que compõem os seres humanos à ação.

Com base nesse princípio, pode-se ainda considerar a tese de que a comunidade constitui um corpo fictício composto de pessoas individuais para quem o interesse coletivo, ou a utilidade pública, é apenas a soma dos interesses dos diversos membros que integram a comunidade.

BENTHAM considera, numa formulação mais apropriada para captar essa identificação entre o interesse individual e o coletivo, o princípio da utilidade haveria de ser expresso na idéia de que o motivo que desencadeia uma ação humana é a maior quantidade de felicidade possível para o maior número de pessoas.

Por princípio de utilidade entende-se aquele princípio que aprova ou desaprova qualquer ação, segundo a tendência que tem de aumentar ou diminuir a felicidade da pessoa cujo interesse está em jogo, ou, o que é a mesma coisa em outros termos, segundo a tendência de promover ou comprometer a referida felicidade. Eu digo qualquer ação, com o que tenciono dizer que isto vale não somente para qualquer ação de um indivíduo particular, mas também de qualquer ato ou medida de governo (BENTHAM, n.º. 1).

Os utilitaristas clássicos argumentam que o princípio de utilidade expressa a idéia de que existe de fato uma simpatia de interesses entre os indivíduos; isto é, o prazer da mesma forma que a dor é o mesmo para todos os indivíduos.

Fica evidente que, na formulação de BENTHAM, a interpretação do princípio da utilidade implica a coincidência entre o prazer particular e o bem público.

Esse traçado de idéias produz um novo perfil para o utilitarismo, isto é, a interpretação de que os indivíduos somente possuem direitos na medida em que conduzem suas ações para o bem da sociedade, mesmo que para isso seja necessário proceder reformas sociais.

O projeto ético de BENTHAM é supostamente construído de forma a obedecer a exigência de objetividade e exatidão. Sua preocupação mais relevante parece ter sido a de instrumentalizar o moralista e o legislador com ferramentas capazes de fazer deles instrumentos da racionalidade humana a serviço do bem-estar... Isto é, avaliar o custo-benefício, em termos de prazer ou dor, das regras morais e dos políticos público (PELUSO, p.22).

Há, portanto, uma sincronização lógica em todo esse pensamento utilitarista, um mecanismo invisível (ética) controlado por princípios e pela razão, que é a lei, atua sobre a ação humana. Ação associada ao sofrimento é uma ação má. Ação humana somente é uma ação plenamente ética na medida em que resulta na maior felicidade possível para o maior número possível de indivíduos. A sociedade é bem organizada para o bem quando sua estruturação permite aos indivíduos maximizarem a sua felicidade. A realização dessa economia de forma harmoniosa resultará na implantação e continuidade dos valores morais sobre a vida social expressando-se no bem-estar de todos, proporcionando o prazer no seu fim último: a conquista da felicidade.

O projeto ético de BENTHAM pode também ser sintetizado no desdobramento de seis princípios:

- I. Princípio de Utilidade (o mais comentado aqui), cujo teor é o de que todo ser humano busca sempre o maior prazer. A regra moral implícita é de que o indivíduo busque sempre o prazer e a fuga da dor.

- II. Princípio da Identidade de Interesses: o fim da ação humana é a maior felicidade de todos aqueles cujos interesses estão em jogo. Obrigação e interesse estão ligados por princípio. A regra moral é de que aja de forma que sua ação possa ser modelo para os outros.
- III. Princípio da Economia dos Prazeres: a utilidade das coisas é mensurável e a descoberta da ação apropriada para cada situação é uma questão de aritmética moral. Cálculo dos prazeres e das dores definindo os bens em termos numéricos.
- IV. Princípio das Variáveis Concorrentes: O cálculo moral depende da identificação do valor aritmético de sete variáveis:

$$M = f(a, b, c, d, e, f, g)$$

|                 |                 |              |
|-----------------|-----------------|--------------|
| a = intensidade | d = proximidade | g = extensão |
| b = duração     | e = fecundidade |              |
| c = certeza     | f = pureza      |              |

M = Moral. Maximizar a objetividade e a exatidão de suas avaliações morais.

- V. Princípio da Comiseração: o sofrimento é sempre um mal. Ele só é admissível para evitar um sofrimento alheio.
- VI. Princípio da Assimetria: prazer e dor possuem valores assimétricos, pois a eliminação da dor sempre agrega prazer moral. Escolha sempre a ação que resulta na maior quantidade de prazer da eliminação de sofrimento.

Pode-se perceber nessa apresentação que a ética é a premissa maior do utilitarismo no início do século XIX e que é, de certa forma, a razão do agente moral que introduz a ética na ação social das pessoas.

Segundo a terceira intenção, conforme proposto neste capítulo, tendo o positivismo como paradigma da idéia de bem-estar e organização social, encontramos com Augusto COMTE. Contudo, para entender como o positivismo se alojou no início do século XIX, faremos algumas alusões relativas ao século XVIII, mais propriamente sobre as idéias de Immanuel KANT.

Immanuel KANT foi o pensador mais significativo da época moderna: realizou uma revolução que ele próprio equiparou, em virtude de sua radicalidade, à revolução realizada por COPÉRNICO na astronomia (1724 – 1804).

O que interessava a KANT era o saber e a pesquisa. O momento decisivo da formação do sistema kantiano ocorre efetivamente no período de 1770 a 1781. De sua longa meditação nasceu a **Crítica da Razão Pura**. Nessa mesma linha de pesquisa, outras grandes obras surgem, tais como: **Crítica da Razão Prática**, em 1788 e a **Crítica do Juízo**, em 1790.

Na produção intelectual de KANT, percebe-se nitidamente a forte influência de HÜME servindo-lhe de apoio. Como uma semente, essa influência, com o passar do tempo, se desprende e se projeta de forma multidimensional fortificando-se por inteiro no positivismo. Com referência ao próprio KANT, este influencia sobremaneira a HEGEL, mas de modo especial a Augusto COMTE.

Dessa bordagem sobre KANT, vale a pena mencionar a “estética transcendental” doutrina do conhecimento sensível e de suas formas *a priori*, a fim de buscar explicações que fundamentem o utilitarismo, para tanto seguiremos a evolução das idéias que constituem o positivismo.

A doutrina do sentido e da sensibilidade é chamada por KANT de “estética”, não no sentido usual do termo, mas no seu significado etimológico, isto porque em grego, *aisthesis* significa “sensação” e “percepção sensorial”. O sentido “transcendental” é todo conhecimento

que não se relaciona com objetos, mas com o nosso modo de conhecer os objetos, enquanto for possível fundamentar. A “estética transcendental, portanto, é a doutrina que estuda as estruturas da sensibilidade, o modo como o homem recebe as sensações e como se forma o conhecimento sensível”.

KANT a descreve como “ciência de todos os princípios *a priori* da sensibilidade”. Por princípio *a priori*, ele entende precisamente as estruturas ou o modo de funcionamento da sensibilidade (ANTISERI, 1990, p.878).

Faz-se necessário esclarecer algumas palavras-chaves com sentido terminológico que, de uma forma mais completa, vitalizam a proposta kantiana.

Apresentamos a seguir os termos de KANT:

- a) A “sensação” é uma pura modificação ou impressão que o sujeito recebe (passivamente) pela ação do objeto (como, por exemplo, quando sentimos calor ou frio, ...) ou, se assim se preferir, é uma ação que o objeto produz sobre o sujeito, modificando-o.
- b) A “sensibilidade” é a faculdade que temos de receber as sensações, ou seja, a faculdade através da qual nos tornamos suscetíveis de ser modificados pelos objetos.
- c) A “intuição” é o conhecimento imediato dos objetos. Segundo KANT, o homem é dotado de um só tipo de intuição: a intuição própria da sensibilidade. O intelecto humano não instrui mas, quando pensa, refere-se sempre aos dados que lhes são fornecidos pela sensibilidade.
- d) O objeto da intuição sensível chama-se “fenômeno” que significa (do grego *phainómenon*) “aparência” ou “manifestação”.

Correlacionando os significados, chegamos ao raciocínio kantiano de que, “sem a sensibilidade, nenhum objeto nos seria dado; sem intelecto, nenhum objeto seria pensado, os pensadores são vazios e sem conceitos, as intuições tornam-se cegas” (ANTISERI, 1990, p.878)

Dessa conexão, chegamos ao sentido da lógica que é a ciência do intelecto, dividida em lógica geral e lógica transcendental. A primeira prescinde dos conteúdos, limitando-se a estudar as leis e os princípios gerais do pensamento, sem as quais não existiria uso do intelecto (lógica formal), e a segunda, o conteúdo da lógica transcendental, pode ter por objeto, além das formas do pensamento, o sentido exposto dos conceitos empíricos que são aqueles que contêm elementos sensíveis, puros, ao contrário, são aqueles aos quais não está vinculada a sensação.

KANT faz uma série de observações muito interessantes, e com tal coerência que, se não nos acautelarmos, corremos o risco de nos desviar do objeto deste estudo. É preciso ainda abrir o leque de todos os elementos que compõem este pensamento para correlacioná-lo aos nossos propósitos, a ética sob consideração.

Para KANT, todo tipo de ética que se baseia na “busca de felicidade” é heterônoma<sup>8</sup>, porque envolve motivos materiais, que determinam a vontade cuja consequência pode ser negativa. A lógica no raciocínio kantiano entende que a busca da felicidade por motivos materiais polui a pureza da intenção e da vontade, posto que aponta para determinados fins. Justificando, a busca da felicidade significa que o homem deve agir pelo puro dever para alcançá-la e, assim agindo, torna-se digno de felicidade. A lei moral ordena que ele seja virtuoso para atingir a felicidade.

---

<sup>8</sup> Heterônoma: um elemento que lhe é exterior, ou de um princípio estranho à razão, a lei que se deve submeter.

E assim, para KANT, "o homem que, na razão pura revelou-se fenomênico, finito, mas do todo (como razão) de estrutural abertura para o infinito (as idéias) e de uma necessidade irrefreável de infinito, agora, na razão prática... revela-se também efetivamente destinado ao infinito" (REALE, p.932).

A influência de KANT sobre o positivismo dar-se-á muito em função da interpretação mentalista com que a obra kantiana é tomada por HEGEL, este vai atribuir àquele o crédito de estabelecer um sujeito fixo, morto, imóvel, no qual encontramos formas estáticas com base nas quais toda a diversidade das experiências vai ser rotulada em representação. Através dele nos preparamos para sair do iluminismo e chegar ao romantismo.

HEGEL apresenta, no decorrer de toda a sua produção filosófica, um desprezo pela ciência enquanto forma de conhecimento. Na sua obra, **Fenomenologia do Espírito**, acentua esse desprezo, ficando bem mais claro quando considera que somente à Filosofia cabe o termo de ciência, o qual foi indevidamente utilizado por conhecimentos baseados somente na experiência e nas questões particulares.

A concepção hegeliana, após enfrentar um desgaste em sua linha de pesquisa acerca da fenomenologia e sobre a idéia de liberdade, passa a ter influência decisiva na estruturação do ideário positivista.

O positivismo, a partir daí, vai incorporar a noção de movimento necessário e universal, isto é, assume a forma dinâmica, aplicando-se à natureza e à sociedade, decorrendo desse propósito o conceito de causalidade, postado sobre a noção de regularidade dos fenômenos. Assim, o positivismo encontra legitimidade social na idéia de progresso e de desenvolvimento.

A idéia que prevalece a partir dessa constatação é saber de que forma o conceito de desenvolvimento vai ser compreendido e efetivado, histórica e socialmente, pela ciência positiva.

Para melhor analisar esse aspecto, e com objetivo de elaborarmos a estrutura material das idéias do século XIX, com o positivismo em marcha, apelamos para a colaboração do pensamento marxista.

Karl Marx, “na tentativa que faz de expor e explicar as estruturas inerentes ao sistema capitalista, prioriza o aspecto econômico e os conceitos a ele pertinentes” (HANSEN, 1996, p.131).

Em seu trabalho: **O Capital**, discute várias questões como, por exemplo: trabalho, produção, mais-valia, propriedade, maquinaria, e outros, e através delas, dá consistência lógica para todo um conjunto de relações sociais pelo viés das relações de produção.

No alinhamento de suas idéias, pratica o reducionismo quanto ao “conceito de interesse, posto que toda iniciativa individual passa a ser vista como estratégia, objetivando atingir interesses de classe” (ibidem, 130), vinculados à posse ou ao controle de elementos contidos na produção. Justifica-se aqui que o processo de conscientização se dá em função da libertação econômica e social, uma vez que é por meio desta que o homem vai se realizar.

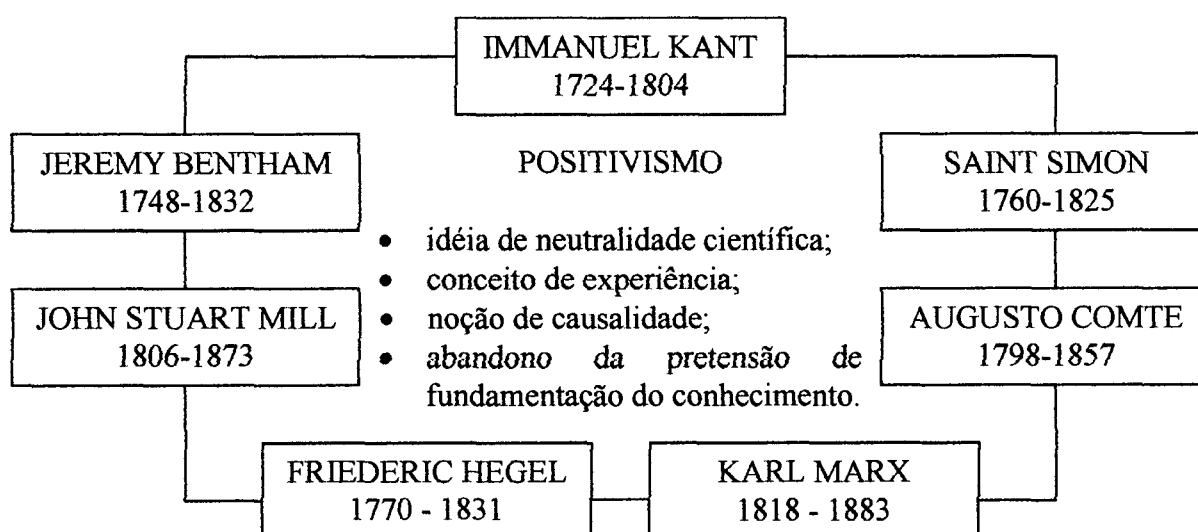
De certa forma, MARX em muito se assemelha às tendências e concepções da época, acreditando que o desenvolvimento das técnicas e dos meios de produção, desde que socializados no seu controle, podem conduzir a humanidade para uma sociedade melhor, sem injustiças e classes sociais a se explorarem umas às outras.

Seguindo o perfil desse pensamento, vemos que na proposta marxista sobre o positivismo encontrava apoio e expansão na compreensão do desenvolvimento e do progresso

enquanto avanço técnico-instrumental, no qual a produção de bens de consumo mais adequados às necessidades dos consumidores configurava-se como meta.

Nessa seqüência, encontramos Augusto COMTE, responsável direto pela sistematização das primeiras discussões sobre a filosofia positiva, ou positivismo no início do século XIX.

FIGURA 2 - COMPOSIÇÃO DA MATRIZ



Fonte: Autora.

AUGUSTO COMTE (1798–1837) – o positivismo como paradigma da idéia de bem-estar e organização social.

COMTE conseguiu desenvolver seus estudos sob forte influência de SAINT-SIMON (1760–1825), enquanto desempenhava atividades de secretário. Essa íntima ligação intelectual compeliu-o a conclusões próprias, o que o levou a declarar que a cooperação e amizade entre os intelectuais conduzem a certezas que jamais conseguiriam encontrar nos livros. Em sua

concepção, pouco tempo juntos trocando idéias, conduziria a progressos do espírito, que, certamente, sozinhos levariam muitos anos para entender.

Esse filósofo sofreu problemas de depressão e de profunda melancolia após ter sido demitido da Escola Politécnica de Paris, pelas críticas dirigidas aos matemáticos, feitas no prefácio do último volume do **Curso de Filosofia Positiva**, editado em 1842. Atacando os especialistas em matemática, COMTE afirmava ter chegado o tempo de os biólogos e sociólogos ocuparem o primeiro posto no mundo intelectual. A perda do meio de sobrevivência levou-o a ser sustentado por amigos e admiradores, como John Stuart MILL.

A essência da filosofia de COMTE radica a idéia de que a sociedade só pode ser convenientemente reorganizada através de uma completa reforma intelectual do homem. Enquanto outros filósofos da época, como SAINT-SIMON e FOURIER, estavam mais preocupados com a reforma das instituições e a maneira como efetivá-las, o grande diferencial de COMTE é que, enquanto os demais pregavam a ação prática e imediata, ele preconizava que, antes disso, seria necessário dotar os homens de novos hábitos de pensar, de acordo com o estado das ciências de seu tempo.

Nesse pensar, o sistema comtiano estruturou-se em torno de três temas básicos. Em primeiro lugar, uma filosofia da história, com o objetivo de mostrar as razões pelas quais uma certa maneira de pensar (chamada por ele filosofia positiva ou pensamento positivo) deveria ser fundamental para os homens; e em segundo lugar, estabelecer uma fundamentação e classificação das ciências, baseados na filosofia positiva; finalmente, uma sociologia que, determinando a estrutura e os processo de modificação da sociedade, permitisse a reforma prática das instituições.

A simplicidade do pensamento esbarrava na complexidade das ciências. Assim sendo, a classificação das ciências, segundo a proposta básica comtiana vincula a filosofia à história.

Por essa razão, ao traçar o mapa do desenvolvimento histórico do espírito, COMTE mostrou que a evolução de cada ciência obedecia à periodização dos três estados, sendo eles: a) teológico, dividido em três períodos sucessivos, o fetichismo (uma vida espiritual, semelhante à do homem, é atribuída aos seres naturais; b) politeísmo (esvazia os seres naturais de suas vidas anímicas, tal como concebidos no estágio anterior e atribui a animação desses seres, não a si mesmos, mas a outros seres, invisíveis e habitantes de um mundo superior); c) monoteísmo (a distância entre os seres e seus princípios explicativos aumenta ainda mais: o homem, nesse estágio, reúne todas as divindades em uma só).

A concepção da idéia do valor em COMTE encontra-se implícita no desenvolvimento do espírito humano, inserida numa etapa de transição para o estado metafísico. Este, inicialmente, concebe “forças” para explicar os diferentes grupos de fenômenos, em substituição às divindades da fase teológica, compondo-se, assim, o exato “valor” da conexão das forças: física, química e vital, simplificando em monoteísmo, equivalente à chamada “natureza”. Em síntese, a argumentação, penetrando nos domínios das idéias teológicas, traria à luz suas contradições inerentes e substituiria a vontade divina por idéias ou forças, redundando no pensamento positivo.

O estado positivo caracteriza-se, segundo COMTE, pela subordinação da imaginação e da argumentação à observação.

A filosofia positiva, ao contrário dos estados teológico e metafísico, considera impossível a redução dos fenômenos materiais a um só princípio. Segundo COMTE, a experiência nunca mostra mais do que uma limitada interconexão entre determinados fenômenos. A unidade que o conhecimento pode alcançar seria inteiramente subjetiva, radicando no fato de empregar-se um mesmo método, qualquer que fosse o campo em questão: uma idêntica metodologia produz convergência e homogeneidade de teorias.

Na Inglaterra, o positivismo de COMTE teve grande difusão, em especial o próprio John Stuart MILL, que se transformou num propagador dessas idéias, especialmente pelo notório anseio de desenvolvimento que caracterizou a Europa no século XIX, conforme a citação a seguir:

O positivismo se compõe essencialmente duma filosofia e duma política, necessariamente inseparáveis, uma constituindo a base, a outra a meta dum mesmo sistema universal, no qual inteligência e sociabilidade se encontram intimamente combinados. Duma parte, a ciência social não é somente a mais importante de todas, mas fornece sobretudo o único elo, ao mesmo tempo lógico e científico, que de agora em diante comporta o conjunto de nossas contemplanções reais. Ora, a ciência final, ainda mais do que cada uma das ciências preliminares, não pode desenvolver seu verdadeiro caráter sem uma exata harmonia geral com a arte correspondente. Mas, por uma coincidência de nenhum modo fortuito, sua fundamentação teórica encontra logo imenso destino prático, a fim de presidir hoje toda a regeneração da Europa Ocidental (COMTE, p.97).

Nessa contextualização acerca da coordenação positiva de todo o domínio intelectual, encontra-se, assim, tanto melhor assegurado o propósito de afirmar o princípio de toda a existência, expectativa de regularizar a vida ativa, dando-lhe um caráter sistemático e equilibrando-o entre o teórico e o prático. Mas, de que forma o utilitarismo pode estar presente em COMTE?

À medida que a doutrina procura caracterizar a natureza humana na unidade resultante de uma justa preponderância do sentimento sobre a razão e até mesmo sobre a atividade, abre espaço para se instalar a suscetibilização utilitarista, uma vez que tal influência se caracteriza pela inteligência e pela sociabilidade sistematizada pelas diversas tendências de viver em harmonia contínua somente por causa da preponderância universal do sentimento, que nos inspira a vontade sincera e habitual de fazer o bem. Essa tendência, como todas as outras é, sem dúvida, essencialmente cega e precisa do socorro da razão para conhecer os verdadeiros meios que ocasionariam tal impulso.

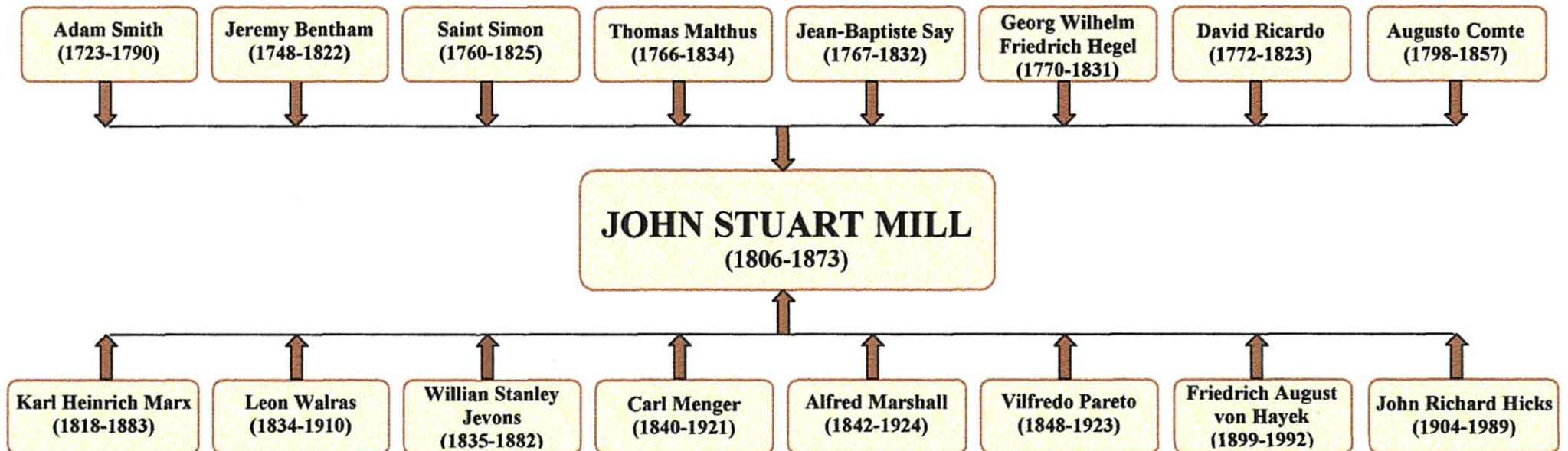
A ousadia e a persistência de certas aspirações de ordem individual e/ou pública propicia afeições benevolentes que privilegiam energias egoístas delas emanadas. Fica difícil distinguir quando nascem de motivos pessoais de glória, ambição ou de poder, sem qualquer mistura de orgulho ou sensatez para inibir tal ação, podendo imprimir-lhe um caráter de idealismo, mas que não deixa de ser egoísta.

Seja qual for a eficácia do positivismo de COMTE, não há como negar a teoria formada pela íntima combinação da lei estática com a lei dinâmica na proposição do movimento intelectual da humanidade, cujas explicações correlacionam as aptidões necessárias na promoção do desenvolvimento social, baseando-se, para tanto, nas correspondências das concepções elementares sobre o conjunto da economia natural.

Dessa síntese brota a idéia que reflete a preocupação da época e fornece subsídios para a interligação do conhecimento discutível.

## UTILITARISMO DO SÉCULO XIX

FIGURA 3 - CONEXÃO MATRICIAL – JOHN STUART MILL COM OUTROS PENSADORES NA INVESTIGAÇÃO DO OBJETO



Fonte: Autora.

### III - O UTILITARISMO DE JOHN STUART MILL

“Ninguém tem por idéia da conduta do indivíduo limitar-se cada uma a copiá-la uns dos outros. Ninguém sustentaria que as pessoas não devem imprimir à maneira própria de viver e a conduta que lhe diz respeito qualquer cunho do próprio caráter individual” (MILL, 1956, p.66)<sup>9</sup>.

Todas as idéias proferidas por John Stuart MILL refletem uma lógica de raciocínio, num estágio amadurecido de reflexão.

Ao discorrer sobre assuntos que envolvem a moral e a liberdade do pensar e agir dos indivíduos, percebe-se a transferência de suas idéias como se estivessem passando pelo laboratório da vida, como experiência assistida, para, depois, serem transmitidas a quem por elas se interessassem.

Ao examinarmos essa abordagem sobre o pensar e agir dos indivíduos, fica evidente o sentido filosófico de John Stuart MILL, acerca das seguintes máximas:

O indivíduo não deve ser punido ou responsabilizado perante a sociedade por suas ações enquanto estas não dizem respeito aos interesses de nenhum outro senão a ele mesmo, justificadamente a sociedade pode exprimir desagrado à conduta de outra pessoa através de conselho, instrução, persuasão e abstenção se assim julgar necessário, o indivíduo deve ser responsável pelas ações prejudiciais aos interesses de terceiros, podendo ser punido social ou legalmente, se a sociedade for de opinião para preservar a ordem (MILL, 1969, p.106).

---

<sup>9</sup> O pensamento político e social de John Stuart MILL pode ser condensado em quatro tópicos: a) o problema do método nas ciências sociais; b) sua elucidação sobre o princípio da utilidade; c) a liberdade do indivíduo; d) a teoria do governo representativo. Todos esses tópicos estão relacionados e a interdependência entre os três últimos é fundamental para dar sentido a lógica do raciocínio de MILL.

### 3.1 - A LIBERDADE DO INDIVÍDUO E A FUNÇÃO DO GOVERNO

Nas ações de cada indivíduo deve estar limitado o direito de cada um no que diz respeito especialmente à liberdade, não da vontade filosófica, mas da liberdade social ou civil, na qual o indivíduo é obrigado a manter controle vigilante sobre a maneira como exerce qualquer poder que lhe seja permitido possuir por direito e, dessa forma, a sua liberdade tem por limite a liberdade de terceiros. Sugere, assim, uma disciplina organizada.

John Stuart MILL conduz com elegância a sugestão do papel do governo no cumprimento da função como mediador do bem-estar e da ordem, e sua clara responsabilidade para com a educação, admitindo que o poder público deve assumir as despesas com a educação quando os pais não dispuserem de condições financeiras para fazê-lo.

A sustentação dessa posição milliana a respeito da responsabilidade do Estado para com a educação é reforçada, ao se considerar que, se o governo assumisse a incumbência de oferecer educação para todas as crianças, poderia evitar dificuldades em promover e manter a ordem e o bem-estar da sociedade.

Nesse sentido, a sua maneira de analisar as funções do governo projeta-o para o futuro na busca da solução que deve estar atrelada ao poder. Transparece em sua observação que o governo é o único essencialmente capaz de consolidar as necessidades individuais, com ordem e segurança.

Ao assim entender, parece correto que julguemos a ação participativa do governo a partir do conceito que MILL lhe atribui: "é um cosmo de exigências recíprocas de modo que então se fale de todos os seres como uma determinada propriedade e ação participativa coletiva".

Esse conceito só pode ser justificado em favor da segurança da sociedade. A boa vontade do governo em chamar para si o assunto estabelece uma responsabilidade de compreensão da própria liberdade humana, através do domínio interior da consciência, da liberdade de pensamento, da liberdade absoluta de opinião e de sentimento em todos os assuntos, práticos ou especulativos, científicos, irrealis ou religiosos. Assegura ainda à sociedade a liberdade de expressão e de publicação de opiniões que pode parecer enquadrada em princípio diferente daquele aceito como padrão. Outro horizonte que deve ser reconsiderado, na visão do princípio da liberdade em MILL, são de "gostos" e de "ocupação", isto é, a liberdade de formular um plano de vida que esteja de acordo com o caráter do indivíduo, porém que não cause prejuízo à sociedade.

A liberdade também deve ser pressuposta no sentido de cooperação entre indivíduos, de forma combinada, a fim de julgar o que é certo ou errado à sociedade.

MILL ressalta nesse sentido que:

O julgamento foi dado aos homens para que façam uso dele... Proibir o que julgam pernicioso não é exigir isenção do erro, mas cumprir o dever que lhes incumbe, embora falíveis, de conforme e convicção conscientes... Os homens e os governos têm de agir da melhor forma possível, de acordo com a capacidade que tiverem. Não existe de modo algum certeza absoluta, mas há certeza suficiente para os objetivos da vida humana. Podemos e devemos suprir a nossa opinião verdadeira para o fim de guiarmos a conduta, e não é ultrapassar essa hipótese proibir aos maus que pervertem a sociedade mediante a propagação de opiniões que consideramos falsas ou perniciosas... A completa liberdade de contradição e desaprovação da nossa opinião é a condição única que nos justifica supô-la verdadeira para fins de ação, e em nenhuma outra condição pode um ser com faculdades humanas ter qualquer segurança racional de estar com a razão (MILL, 1956, p.23).

Essas palavras, de tal forma articuladas, jogam com duas variáveis: a primeira, o que é permitido a cada um fazer, o que deseja, desde que não transgrida o território alheio; a

segunda trata da liberdade, na órbita da formação de opiniões que envolvem a filosofia da liberdade, isto é, faculdade de cada um de se decidir ou agir segundo a sua própria intenção.

Assim entendendo, a liberdade parte de uma determinada idéia de realidade. Ao exemplificar a idéia de realidade, recorreremos à intenção feudal de produção, ou seja, o modelo de pequenos produtores provendo cada um para si mesmo e, nesse processo, o fato de alguns serem mais habilidosos do que outros acentua o grau de liberdade na decisão de suas escolhas, e os resultados obtidos das suas intenções são aceitos tacitamente. Já no capitalismo, o poder de decisão cria a submissão, pois que a liberdade negativa de alguns leva à relação de poder e, daí, a uma limitação da liberdade positiva de outros.

A ideologia liberal-conservadora pressupõe que todos partam de condições iguais, portanto, que cada um tenha de atribuir somente a si mesmo o fato de que possua menos bens. Este pensamento, com a falsa pressuposição de liberdade, constrange, visto que, no capitalismo, os meios de produção encontram-se desde o início nas mãos de alguns e as possibilidades de desenvolvimento de cada um fica limitada ao direito de opção de poucos.

Vale considerar que as questões sobre liberdade criam novos diretórios e propiciam justificação moral ao governo. Assim entendida, a liberdade é tratada tradicionalmente, não a partir do conceito de direito, mas de justiça<sup>10</sup>.

Na verdade, a compreensão da justiça com a melhor fenomenologia ou hermenêutica é a de John Stuart MILL ao se pronunciar sobre o governo.

---

<sup>10</sup> Segundo PLATÃO, justiça é o que cabe a cada um por direito. Em Aristóteles, entende-se por justiça corretiva aquela em que uma situação moral ou jurídica foi tirada do equilíbrio e tem de ser restabelecida e por justiça distributiva que a fundamenta é o mérito. Os bens podem ser distribuídos e representam os direitos materiais ou poder.

Torna-se interessante observar como MILL tece considerações sobre a obra de outros autores e da realidade de sua época e nelas se fundamenta para a constatação de seu próprio entender sobre a justiça. Menciona dois significados: admite, em primeiro lugar, que a idéia mais originária de justiça tenha sido a de *conformity to law*, isto corresponde aproximadamente ao conceito de Aristóteles sobre a sua justiça corretiva ou distributiva, no qual é *justo* quem é *nominos*, isto é, que se comporta conforme as leis; admite, em segundo lugar, como significado de justiça, que alguém é injusto quando fere os direitos de outros, e entende tais direitos exclusivamente referidos a deveres negativos. Portanto, neste sentido, seria quem fere seus deveres negativos. Este sentido pode ser melhor explicado em SCHOPENHAUER, quando o termo mais convincente é pleonexia, isto é, querer ter mais do que lhe compete. Simplificando: injusto é, em especial, aquele que procede incorretamente na “transação involuntária”. Temos assim o exemplo do método invertido utilizado por MILL, no esforço para explicar justiça e para dar visão do que é propriamente injusto.

As idéias de MILL sobre a justiça e a influência do governo talvez sejam a expressão mais pura e acabada daquilo que hoje se entende por “democracia liberal”. A partir dessa observação, a interferência do governo tem aspectos bons e ruins; a interferência deve ocorrer de forma a maximizar os aspectos bons e a minimizar os aspectos ruins. Um critério fundamental de “bom” e “ruim” é o efeito sobre a liberdade: se esta é restringida, é ruim, se ampliada, é bom. Dessa forma a questão da liberdade individual é extensamente discutida e pormenorizada por MILL em seu livro, **Da Liberdade**, pois se trata de um debate extremamente elaborado e sofisticado, repleto de longas considerações, da qual, para melhor entender este objeto de estudo, tomamos-lhe emprestado apenas o essencial.

Pertinente é chamar a atenção à ênfase, ainda que implícita, da liberdade em seu aspecto mercantil, ou seja, a liberdade de compra e venda.

MILL reconhece que a função do governo não se restringe a fazer valer os contratos de compra e venda estabelecidos, pois deve também determinar que tipos de contrato podem ser estabelecidos. Este sentido explica-se mais claramente no teor de “um contrato pelo qual uma pessoa se vende a outra como escravo” e que nos tribunais da Inglaterra e na maioria dos países europeus, segundo MILL, seria, pela ilegalidade do ato, considerado nulo.

O que prevaleceu de fato em sua discussão foi muito mais a questão da determinação de regras normativas para uma dada situação histórica do que o entendimento sobre a forma de agir do governo.

Em síntese, o exercício de imaginação do tipo apreciado pelos ingleses, a título de pensamento avançado, tais como: idéias heréticas e utópicas, levou MILL a formatar o estado estacionário, que não deveria ser visto com pessimismo, mas como um último estágio avançado do movimento progressista. O estado estacionário seria, por definição, o da economia que se reproduz sem ampliação, isto é, "o melhor estado para a natureza humana (...) no qual, embora ninguém seja pobre, ninguém deseja ficar mais rico, nem tem razões em temer ser preterido ou ultrapassado por outros em virtude do esforço para ir em frente”.

Para melhor esclarecer essa colocação, reportamo-nos ao que MILL referenciou acerca do governo, ressaltando a sua função normativa da sociedade:

Um bom governo dará toda a sua ajuda de uma forma capaz de encorajar e fomentar no povo quaisquer rudimentos que puder encontrar de um espírito de iniciativa individual... Ajuda governamental, quando ministrada apenas por falta de iniciativa privada, deve ser dada de modo a ser, na medida do possível, um curso de educação para o povo na arte de realizar grandes objetivos por meio da ação individual e da cooperação voluntária, não considerarei necessário insistir aqui naquela função do governo que todos admitem ser indispensável, a saber, a de proibir e punir nos indivíduos aquela conduta que, no exercício de sua liberdade, for manifestamente lesiva a outras pessoas, trata-se do caso de força, fraude ou negligência. Mesmo na melhor condição que a sociedade já atingiu, é lamentável pensar quão grande é a percentagem de todos os esforços e talentos existentes no mundo que são utilizados simplesmente para neutralizarem-se uns aos outros. A meta apropriada do governo

deve consistir em reduzir esse infeliz desperdício ao mínimo possível, adotando as providências que façam com que as energias atualmente gastas pela humanidade em prejudicar os outros, ou então em se proteger contra as injustiças de outrem, sejam canalizadas para o emprego legítimo das faculdades humanas, a saber, o de compelir as forças da natureza a servirem cada vez mais o bem físico e moral (MILL, 1807, p.548).

Como pudemos apreciar, vemos em MILL a aceitação de um governo atuante mas não repressivo ou interventor, e sim capaz de manifestar a ordem que contraditoriamente pudesse influenciar o cumprimento da liberdade individual.

### 3.2 - A ECONOMIA POLÍTICA NUMA COMPOSIÇÃO MILLIANA

O pensamento de John Stuart MILL é uma referência madura da economia política e mudança social ocorrida na Europa, mais precisamente na Inglaterra no século XIX.

A originalidade da filosofia moral de MILL articula-se com a filosofia moral, com a natureza humana e, particularmente, com a relação estado e sociedade, nos quais os indivíduos e os arranjos institucionais em que vivem se influenciam mutuamente. Assim, passa pela visão otimista da revolução histórica da organização social – processo civilizatório – a qual tenderia, através do aumento da riqueza, a tornar o homem menos autocentrado e mais ligado ao bem-estar da coletividade, embora houvesse sempre o risco indesejável da perda da individualidade, para chegar por fim, nas consequências dessas concepções sobre a definição e o método da ciência da economia política.

John Stuart MILL entende que, no “estado de sociedade” então vigente, o método mais apropriado para a economia política e para a etiologia política, as quais, naquelas circunstâncias, gozariam do *status* de “ciências autônomas – seria o método dedutivo, a partir

da abstração do *homo economicus*. Em outras circunstâncias, como em sociedades tradicionais ou em uma possível sociedade do futuro, a motivação econômica daquela abstração deixaria de prevalecer, dissolvendo-se a economia política nas demais ciências “morais” (ou sociais), cujo método mais apropriado seria, seguindo COMTE, o método histórico.

Otimista de um lado, pessimista de outro, John Stuart MILL não enxergava um caminho fácil para o processo de civilização. As alterações institucionais teriam que ocorrer de forma gradual e paralela à mudança do caráter dos indivíduos, sempre sob o risco da riqueza social e do retorno a uma ordem social hobbesiana. Diante dessas dificuldades, John Stuart MILL propõe, sempre sob a égide da eficiência da justiça social, conforme assimilamos no início deste assunto e, acima de tudo, o aperfeiçoamento humano, a exploração das potencialidades individuais, a liberdade e a autodeterminação.

Ante a ausência de uma proposta melhor articulada, MILL se projeta numa “utopia social”, mas o que de fato o caracteriza é a “utopia moral”, ou seja, ele nega que a maneira adequada de construir uma ciência social positiva teria que ser da dedução a partir de leis gerais da natureza humana, utilizando os fatos da história meramente para a verificação (MILL, 1969, p.307)<sup>11</sup>.

A preocupação moral acompanhou John Stuart MILL durante toda a sua vida, provavelmente desde seu nascimento, pois que, como se sabe, o filósofo utilitarista, James MILL, pai de John Stuart MILL e colega de Jeremy BENTHAM, fez de seu filho uma experiência pedagógica rígida, marcando-o por toda a sua vida e influenciando sua obra.

---

<sup>11</sup> A autora, Laura V. de MATTOS, resgata o debate sobre esse assunto através da análise feita acerca da dimensão ética do liberalismo em MILL – (Revista de Economia Política, v.19, n.4(76), out.-dez./1999, p. 156.

Essa particularidade de John Stuart MILL ajuda-nos a compreender as tensões observadas em seus conceitos fundamentais, tais como: “natural e artificial”, “vontade e desejo”, “prazeres inferiores e prazeres superiores”, “determinismo e autodeterminação”. Alguns desses conflitos serão abordados no próximo capítulo deste estudo, sem que se proponha alterar essa codificação.

### 3.3 - O UTILITARISMO EM JOHN STUART MILL

O princípio da utilidade, na visão do Prof. Raul EKERMAN<sup>12</sup>, estabelecido por MILL em seu Utilitarismo, determina que “as ações são corretas na medida em que tendem a promover a felicidade, erradas na medida em que tendem a promover o reverso da felicidade” (MILL, Da liberdade, c.IV). Felicidade, para MILL, é prazer e ausência de dor, são as únicas coisas desejáveis como fins. Por felicidade pode entender-se a coincidência entre o que subjetivamente se pretende ter e o que objetivamente se consegue. Em síntese, ser feliz é conseguir ter ou ser aquilo que se deseja ser ou ter.

Para MILL, todas as coisas desejáveis são desejáveis “seja pelo prazer inerentes a elas, seja como meio de promoção do prazer e prevenção da dor”. Nesse pensar milliano percebe-se uma exposição de BENTHAM, porém ele explica que a qualidade do prazer não é menos importante do que a sua quantidade. Enfatiza que o prazer derivado das faculdades superiores é mais valioso que qualquer outro, possuindo “superioridade intrínseca”. A elucidação do

---

<sup>12</sup> Raul EKERMAN fez a apresentação da obra de MILL, fazendo conotação com algumas aplicações à filosofia social. Leciona a disciplina de HPE na FGV; sua principal tese: **Industrialização e Inflação no Brasil** foi publicada em 1969.

princípio da utilidade é inteligível; no caso da superioridade intrínseca, somente se referida a um ideal de desenvolvimento humano.

Neste aspecto, a concepção de MILL diverge da de BENTHAM, que apresenta uma visão limitada do homem ao não reconhecer adequadamente o papel de fatores, tais como “senso de honra” e “senso de dignidade pessoal”. A crença de MILL na importância do conhecimento explica a sua preocupação em assegurar a existência de uma elite intelectual ativa numa era de pressão de massas. Assim, sem mudar a afinção de que a felicidade é o único fim desejável, MILL imagina seus elementos constituintes de forma a refletir a sua própria escala de valores. Importante nessa escala é o ideal grego de autodesenvolvimento, espontaneidade, cultivo mental e a importância de os homens “sempre se estimularem uns aos outros no exercício crescente de suas faculdades superiores” (MILL, 1861, p.308).

Para termos melhor entendimento do utilitarismo milliano, faz-se necessário entender a *gênesis* utilitarista, isto é, como surgiu a doutrina utilitarista. Para tanto, vamos abrir espaço para entender outras formas de nos aproximarmos dessa doutrina.

### 3.4 - O ENSAIO DO UTILITARISMO

Os dois grandes utilitaristas que debateram sobre as teorias do direito, Jeremy BENTHAM (1748–1832) e John CUSTIN (1790–1855), insistiram na necessidade de distinguir o direito como ele é e como deveria ser. Nesse propósito estabeleceram a distinção entre direito e moral: “possibilitar ao homem a visão clara das questões postas pela existência de leis moralmente más, e entender o caráter específico da autoridade de uma ordem legal” (HART, 1958, p.50).

BENTHAM considerava de fundamental importância enfrentar a resistência da confusão entre direito e moral, isto porque, dessa confusão resultariam dois perigos opostos da anarquia ou nação: o anarquista considerar-se-ia livre para desobedecer qualquer lei que ele julgasse não ser lei; o reacionário insistiria que qualquer que fosse a lei, ela deveria ser a lei.

Em conformidade com os estudos de H. L. HART, “a tradição utilitarista de filosofia do direito” tem combinado a insistência na separação entre direito e moral com “outras duas... doutrinas distintas”, a saber, que um estudo analítico dos conceitos seria vital para a compreensão do direito e que a lei seria essencialmente um comando (ibidem, p.57). Contudo, HART não explora a relação entre a “tradição utilitarista da filosofia do direito” e a própria teoria utilitarista subentendida.

BENTHAM acreditava que a concepção de sociedade e do direito que ele oferecia, e da qual a distinção entre direito como é e direito como deveria ser, servia melhor aos fins para os quais o direito teria sido instituído. O positivismo jurídico seria um elemento em um vasto empreendimento normativo.

O enfoque de BENTHAM entre o utilitarismo e positivismo jurídico é esclarecedor. Contudo não seria apropriado pressupor que o envolvimento do utilitarismo com o positivismo jurídico seria resultado de um desejo de codificação e reforma política radical. BENTHAM faz constantes ataques ao direito costumeiro<sup>13</sup>, por considerar que nenhum sistema jurídico existente haveria de ser considerado sagrado, mas toda a lei estaria sujeita à crítica e à reforma.

---

<sup>13</sup> Direito costumeiro: “nenhuma lei humana é válida se for contrária à lei da natureza” (MOTESQUIEU).

A habilidade de BENTHAM em distinguir filosoficamente entre as características explicativas o fato ou fenômeno faz com que eleja algumas palavras cujos conceitos revigoram a crítica, tais como: a existência; a validade; o conteúdo do direito; a justiça; o mérito e a eficácia da leis seriam as condições a formar a essencialidade da crítica e da subsequente reforma do direito.

As perigosas implicações da teoria contratualista, com a sua fala sobre o direito natural, encorajariam o desenvolvimento do utilitarismo como uma teoria política predominantemente conservadora no final do século dezoito e início do século dezenove, no pensamento político e jurídico na Inglaterra.

A flexibilidade da doutrina utilitarista atraiu a todos os pensadores da época, visto que ela não julgava a questão sobre obediência ou não de um governo particular, mas sim a decisão deveria ser tomada pelo indivíduo, não como assunto de preferências pessoais, mas em referência a um padrão externo. Ainda que inevitavelmente houvesse desacordo sobre se a resistência seria desejável ou não, pelo menos os seres humanos estariam falando a mesma língua e seriam claros quanto às bases de seu acordo.

A percepção desse sentido remete às regras humanas positivas de que se aplicassem a toda a humanidade seriam indicadas pelo sentido moral, enquanto que aquelas que não se aplicassem universalmente seriam aplicadas com base na utilidade geral.

A adoção do positivismo jurídico não era necessariamente conseqüência da adoção do princípio de utilidade como padrão ético. O princípio de utilidade era o padrão em função do qual todas as ações, leis e instituições seriam julgadas. Na verdade se transformaria num princípio padrão em relação ao qual a própria concepção de lei seria julgada.

Assim,

Não haveria incoerência em um utilitarista sustentar que existiam certas leis fundamentais, aplicáveis em todos os tempos e lugares, os quais seria obrigado por essas leis e que qualquer lei que ele exarasse em contradição com aquelas leis seria considerada como inválida, sob a alegação de que a adesão a tais leis fundamentais haveria de promover a maior quantidade de felicidade (PELUSO, 1997, p.143).

O utilitarismo foi entendido na época como uma doutrina politicamente conservadora, ao evitar as perigosas implicações da teoria contratualista e suas manifestações sobre os direitos do homem. Dessa forma, a teoria do direito de BENTHAM pode ter apresentado implicações políticas radicais, mas sem o toque ao direito natural e, especialmente, aos direitos do homem nos anos da década de 1790. Não possuía teor radical para as circunstâncias do tempo, o perigo a ser evitado era a anarquia.

Nesse sentido a teoria utilitarista cumpre o seu papel, pois era flexível em suas implicações políticas, tanto para democráticos como republicanos, contribuindo para o entender do direito constitucional produzido por BENTHAM.

Assim, no fim do século dezoito e início do século dezenove, seriam as implicações radicais e anárquicas do direito natural e da teoria contratualista do governo, que os pensadores utilitaristas desejavam evitar por razões políticas, que os levavam a adotar o positivismo jurídico.

### 3.5 - MAXIMIZAÇÃO DA FELICIDADE

A felicidade pode ser entendida como a palavra-chave na teoria utilitarista, mas qual o sentido a ela atribuído? E quais são os limites da felicidade?

“O igual direito de cada um à felicidade implica (...) um igual direito a todos os meios de alcançar, exceto na medida em que as inevitáveis condições da vida humana e o interesse geral, que compreende o de cada indivíduo, imponha à regra e estes limites devem ser rigorosamente determinados” (MILL, p.58-59).

A exigência de imparcialidade em valorizar o conjunto dos interesses de cada ser humano como um princípio merecedor de igual consideração correspondem, na organização do pensamento de MILL, aos pressupostos da moral do interesse e da distinção de duas fórmulas extremas:

- a) **Individualizadora no máximo grau:** a imparcialidade protonormativa correspondente à valorização do conjunto dos interesses de cada um à luz do interesse de cada um. É maximizante, respeitadora da individualidade alheia e, nesse sentido, procura alcançar o ótimo como máxima autonomia de cada um na realização dos respectivos fins. A máxima imparcialidade individualizadora supõe a plena infungibilidade<sup>14</sup> de quaisquer interesses de pessoas distintas.
- b) **Agregadora no máximo grau:** a imparcialidade protonormativa correspondente a igual valorização do conjunto de interesses de cada um como único fator constitutivo do máximo interesse geral. O todo vale como único fim e todos valem como meio. O imparcial conteúdo do bem é estabelecido como máxima satisfação

---

<sup>14</sup> Infungibilidade: utilizado na transformação, no processo de produção, cujo uso é mais a médio e longo prazo. Ex.: bens de capital.

dos interesses do coletivo. A máxima imparcialidade agregadora supõe a plena fungibilidade<sup>15</sup> de quaisquer interesses de pessoas distintas, isto caracteriza o utilitarismo.

Assim, a assimetria pode ser estabelecida de forma que cada um experimente o modo de realização da sua felicidade mediante a satisfação do seu interesse, isto porque cada um tem interesse pessoal direto na sua felicidade, no acréscimo do seu saldo do prazer sobre a dor, na supressão ou redução do seu sofrimento. Inversamente, não há experimentação do modo de realização da felicidade geral nem mesmo mediante a realização do interesse geral, portanto não há interesse geral direto na felicidade geral, no acréscimo do saldo do prazer geral sobre a dor geral, na supressão ou redução do sofrimento geral.

O que representa a felicidade no seu contexto mais amplo, quando se tem em jogo o interesse individual e o interesse geral?

A lógica maximizadora, conforme a racionalidade, pode ser explicada do ponto de vista da teoria da decisão e da teoria dos jogos e, por hipótese, é aplicável tanto à valorização exclusiva do interesse geral, mesmo que, para tanto, alguns sejam afetados pelas consequências da ação ou omissão. Muito genericamente, nessa análise, se designa hoje utilitarismo e se pressupõe o requisito da maximização.

A análise dessa maximização da utilidade comporta três interpretações:

- a) Tendencionista, representa o utilitarismo que considera boa uma ação ou omissão que tenda a promover o máximo prazer geral, ou a máxima felicidade geral, ou a máxima satisfação dos interesses gerais. Como tendencionistas se destacaram HUME e BENTHAM.

---

<sup>15</sup> Fungibilidade: que se gasta, que se consome com o primeiro uso, como se classificam. São os bens que podem ser substituídas por outros da mesma espécie, matéria-prima, por exemplo.

- b) Proporcionalista é o utilitarismo que considera gradativamente boa uma ação ou omissão na medida em que tenda a promover o máximo de prazer geral, felicidade geral ou satisfações gerais, inclui-se nesta MILL.
- c) Extremista, sustenta que o bem é o que produz a máxima felicidade, o máximo saldo positivo de prazer sobre a dor. Deve-se esse sentido a Henry SIDGWICK<sup>16</sup>.

Para sentir a força desta interpretação vamos considerar a citação a seguir:

A transição das primeiras para o da extrema maximização resulta no conceito de “utilitarismo” como a teoria ética segundo a qual é objetivamente boa a conduta que, nas circunstâncias dadas, produz a máxima soma de felicidade global. Entendemos por máxima felicidade se quer significar o máximo saldo possível de prazer sobre a dor (MOORE, 1947, p.19).

O utilitarismo, como teoria ética, não deixa de ser um modelo bastante instigante, que nos leva a pensar sobre importantes questões da ética normativa ou da teoria da ação. O utilitarismo tem o mérito de chamar a atenção sobre a importância que uma consideração das conseqüências de nossos atos deve conter uma avaliação moral. De uma lado, os críticos do utilitarismo ressaltam a insuficiência deste paradigma para dar conta de algumas instituições ou convicções morais fundamentais, que nossa consciência moral tende a considerar irrecusáveis e que deveriam atuar como guia para todo o projeto de construção de uma ética mínima. Por outro lado, relegar a solução de problemas morais aos cuidados da instituição também parece insatisfatório.

A explicação há de ser encontrada em algo próximo daquilo que J. RAWLS chamou de “equilíbrio reflexivo”.

---

<sup>16</sup> A reformulação do princípio de utilidade no sentido extremo deve-se a Henry SIDGWICK, pois o que sustenta o bem é o que produz a máxima felicidade, o máximo saldo positivo de prazer sobre a dor.

Não se trata de colocar mais peso em um dos pratos da balança, privilegiando princípios em detrimento de juízos morais pré-teóricos ou vice-versa. O equilíbrio reflexivo é resultante de um movimento de vai e vem entre juízos morais intuitivos e princípios. Resulta de um processo de ajuste e reajuste contínuo em que juízos são apreciados à luz daqueles, até que se alcance o equilíbrio entre os dois pólos, um equilíbrio que, certamente, não é estável mas estará exigindo sempre um re-exame (RAWLS, p.44).

Nesse sentido, afinal, qual é o critério da “máxima felicidade”?

A máxima felicidade não é equivalente ao critério “do maior número” possível, podendo, sim, haver conflito entre ambos os critérios, como bem mostrou Marcus G. SINGER.

Consideremos duas ações “a” e “b”, “a” produz quatro unidades de felicidade para doze pessoas, enquanto que “b” produz oito unidades de felicidade desse bem para oito pessoas. O princípio da “maior felicidade para o maior número” não tem como discriminar que ação deve ser escolhida. De acordo com o critério do maior número, “a” deve ser escolhida, pois acarreta felicidade para um número maior de pessoas. De acordo com o critério da maior felicidade, a escolha deve recair sobre “b”, que produz 64 unidades de felicidade; enquanto “a”, apenas 48. A ambigüidade, contudo, vai mais além, atingindo o cerne da idéia de “maior felicidade”: ela pode significar “a maior soma total de felicidade” ou maior média de felicidade; uma ação pode, em comparação com outra, produzir uma soma total maior, porém, uma média menor de felicidade. Suponhamos uma ação “c”, que produz uma soma total de 50 unidades de felicidade para 5 pessoas, o que produz uma média de dez unidades por pessoa, e uma ação “d” que produz 56 unidades de felicidade para um grupo de 7 pessoas, com uma média de 8 unidades para cada pessoa. Que ação seria correta? Pode ainda haver conflito entre o critério da maior média de felicidade produzida. Basta que comparemos, por exemplo, a ação “a” com a ação “c”. (SINGER, 1975, p.235-236).

TABELA 1 - CRITÉRIOS ESTABELECIDOS

| Ações | Unidades de Felicidade | Nº. de Pessoas | Total | Resultado           |
|-------|------------------------|----------------|-------|---------------------|
| a     | 4                      | 12             | 48    | $F + p$             |
| b     | 8                      | 8              | 64    | $p > F$             |
| c     | 10                     | 5              | 50    | $\frac{F}{p} = M >$ |
| d     | 8                      | 7              | 56    | $\frac{F}{p} = M <$ |

Fonte: Autora.

a = maior felicidade para o maior número de pessoas;

b = maior felicidade por pessoa;

c = média maior de pessoas com maior felicidade;

d = média (subprincípio de beneficência universal – caráter coletivista do utilitarismo) menor de pessoas com maior felicidade.

O equilíbrio se estabelece em “b” e “d”, visto que as unidades de felicidade são iguais, porém o conflito ainda continua com “a” e “c”, pois não atinge o equilíbrio quanto ao número de felicidade por pessoa.

Cabe, neste espaço, indagar como MILL interpretou a maior felicidade?

John Stuart MILL, que interpretou o imperativo moral de produzir a maior felicidade do maior número em um sentido pessoal e peculiar, que não guarda relação alguma com as concepções de hedonismo<sup>17</sup> vulgar que iguala a felicidade humana à dos porcos (MILL, 1861/1984, p.47), não sustentou nunca que procuremos apenas o prazer como meta de nossas ações, pelo contrário, o prazer ou a felicidade que os seres humanos buscam, de acordo com MILL, é aquele que se difunde na contemplação de uma sociedade de seres felizes. Os

<sup>17</sup> Hedonismo é a doutrina que considera que o prazer individual e imediato é o único bem possível, princípio e fim da vida moral (na ética). Na filosofia entende-se como doutrina moral do cirenaísmo, isto é, aquele que auxilia, principalmente em trabalho penoso (cineu é o habitante natural de Cirene, antiga cidade e colônia grega).

interesses sociais, a empatia ou *sympathy* constituem uma parte tão importante de nossas motivações e de nossa personalidade que dificilmente podemos desfrutar de algum prazer sozinhos.

O egoísmo, precisamente junto com a falta de cultura é, para MILL, a causa principal da infelicidade, mas chegará o momento, ou pelo menos espera-se, em que em “todos os indivíduos o impulso direto de melhorar o bem geral se converta em um dos motivos habituais da ação” (MILL, 1984, p.57;63).

### 3.6 - O PENSAMENTO UTILITARISTA EM TRANSFORMAÇÃO

Todo processo e esforço para entender o utilitarismo é bastante subjetivo, o que pode parecer claro e simples para algumas pessoas pode se tornar difícil e sofisticado para outras, como, por exemplo, se perguntamos a alguém se gostaria da cor vermelha, ela pode dizer que sim, pois representa alegria ou vida, enquanto para outra pode representar sangue, violência e morte. Assim, o sentido pode mudar, dependendo do estado de espírito dos envolvidos.

O utilitarismo de estados mentais, do qual BENTHAM foi defensor, não considera que a conexão com a realidade seja condição necessária para tais estados, e esta característica afeta todas as possíveis maneiras de considerar os estados em questão. Por exemplo: se o bom é o estado mental de felicidade que eu tenho ao acreditar que recebi um prêmio, é igualmente correto sonhar que o ganhei, ou fazer acreditar que o ganhei, sempre que ambas as coisas apresentarem a mesma consequência, isto é, o mesmo estado mental de vibração positiva representa o mesmo grau de felicidade.

A experiência de Roberto NOVICK, com a imaginária máquina da felicidade, arquitetonicamente proposta para demonstrar como a separação da realidade constitui um defeito decisivo na teoria em questão, leva-nos a supor que exista “(...) uma máquina de experiência que proporcionaria qualquer experiência que você desejasse. Neurofisiólogos especializados em enganar poderiam estimular seu cérebro de modo que você pensaria e sentiria que estava escrevendo uma grande novela, ou fazendo amizades, ou lendo um livro interessante. Todo o tempo você estaria flutuando em um tanque, com eletrodos ligados a seu cérebro” (NOVICK, 1974, p. 42).

Essa encenação, teoricamente sob o suposto nome de “máquina da felicidade” serve, de certa forma, para mostrar que os indivíduos querem fazer certas coisas, e não somente ter a experiência de que as fazem, na verdade querem de fato um contato certo com a realidade.

Para NOVICK, o grande defeito da teoria proposta por BENTHAM ou MILL é a separação da realidade. Em sua análise procura caracterizar os seus argumentos, fazendo uso da noção de “utilidade simbólica” que é um tipo diferente de conexão com um tipo familiar de utilidade.

“Utilidade simbólica de um ato não está determinada unicamente por este ato (...). O que o ato simboliza é algo que está representado por ele quando o faz nesta situação particular, de preferência àquelas alternativas particulares” (NOVICK, 1974, p.43).

O aspecto interessante desta proposta imaginária é a utilidade simbólica que explica “por que persistimos em realizar certas ações mesmo que exista uma forte evidência de que elas não tem as conseqüências causais esperadas. Por exemplo, algumas medidas contra o tráfico de drogas simbolizam uma redução na quantidade de drogas consumidas, e as leis que impõem um salário mínimo simbolizam a ajuda aos pobres” (NOVICK, p.55).

A idéia de NOVICK é que uma grande parte da riqueza de nossas vidas consiste nos significados simbólicos e em sua expressão.

Ao passar da máquina da felicidade para a utilidade simbólica consegue, de certo modo, explicar que o salário mínimo não diminui a pobreza, apenas simboliza o desejo de diminuí-la, e a correlação com a realidade permanece tênue. A utilidade simbólica retém sempre um contato com a realidade.

De qualquer forma, este argumento elimina um dos conteúdos possíveis para a estrutura consequencialista: o utilitarismo dos estados mentais.

Toda essa construção sobre o utilitarismo pode ser utilizada como forma de linguagem, como um conjunto de ensaios e proposições fundamentadas e testadas, como pré-requisito de aferição do qualitativo para o quantitativo, expondo sua validade empírica no nível de confiança que lhe seja peculiar, derivado da amplitude da ação ou alcance da formatação teórica e, sobretudo, na importância ou sentido que lhe seja atribuído, tendo como razão o comportamento do consumidor.

A partir de então, as expectativas sobre esse conhecimento buscam na Escola Marginalista a continuação do saber científico, dando espaço para novos ensaios, originando, assim, as teorias: Ordinal e Cardinal do Comportamento do Consumidor.

#### IV - A ERA DOURADA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO DO SÉCULO XIX

A economia mundial no período de 1840 a 1881 apresentou uma espantosa expansão devido principalmente às ferrovias, cujos investimentos geraram impulsos dinâmicos de emprego e renda, e o funcionamento diminuía os custos de transporte, unificando o mercado e reorganizando especialmente a produção.

A economia já era então um campo de conhecimento definido, estando sedimentadas as obras dos clássicos, Adam SMITH, David RICARDO e John Stuart MILL. Cabe ressaltar, no entanto, que, no período em questão, a comunicação entre os pensadores econômicos não fluía tão bem quanto as mercadorias, tanto que o conceito de “utilidade marginal”, ponto central da revolução marginalista<sup>18</sup>, especialmente o conceito de utilidade marginal decrescente, fora desenvolvido independentemente por três autores distintos: W. Stanley JEVONS, Carl MENGER e León WALRAS, sem que um tivesse conhecimento da obra do outro, mas que juntos formularam a Teoria Ordinal do Consumidor.

A teoria da utilidade de JEVONS<sup>19</sup> parte dos conceitos utilitaristas desenvolvidos por BENTHAM, e seguida de John Stuart MILL, segundo os quais toda ação dos indivíduos é precedida de uma análise, prazer versus sofrimento. Se a ação implicar mais prazer que

---

<sup>18</sup> Define o valor dos bens a partir de um fator subjetivo a utilidade, isto é, capacidade de satisfazer as necessidades humanas, rompendo com a Teoria Clássica do Valor-Trabalho. É uma avaliação individual da necessidade um bem ou serviço. A Escola Marginalista considera que a satisfação de cada necessidade requer certa quantidade de um bem ou serviço e à medida que a quantidade consumida pelo indivíduo aumenta, reduz-se a satisfação obtida. O valor de cada bem é dado pela utilidade proporcionada pela última unidade disponível desse bem, ou seja, por sua “utilidade marginal”.

<sup>19</sup> William Stanley JEVONS nasceu em Liverpool, Inglaterra, em 1835, e inicialmente estudou física e matemática. Entre os anos de 1854 e 1857 morou em Sidney, na Austrália. Retornando à Inglaterra, passou a estudar filosofia e moral, posteriormente ensinou lógica e economia em Manchester (1863-76), período em que publicou a primeira edição da Teoria da Economia Política. Por fim, foi professor de economia na London University College (1876-81). Morreu em 1882, na cidade de Besehill, Inglaterra.

sofrimento, então ter-se-á boa vontade do indivíduo na consecução da ação, caso contrário, a pessoa terá má disposição para ela. Ou seja, as pessoas agem de forma tal a obter o máximo de prazer com o mínimo de sofrimento.

As dimensões do prazer seriam, para JEVONS, intensidade e duração. Mantida constante a segunda, uma elevação da intensidade aumentaria o prazer. E se a intensidade for mantida constante, uma ampliação da duração somaria mais o prazer. Como podemos perceber, esse autor aplica a matemática para explicar as sensações do efeito da aproximação do bem em atendimento ao desejo do indivíduo e assim sendo, é interessante notar a estrutura matemática dessa argumentação. O prazer seria como uma função  $P = f(i, d)$ , onde  $P =$  prazer,  $i =$  intensidade,  $d =$  duração. O resultado permite a comparação mensurável entre a quantidade necessária de um objeto ou serviço capaz de proporcionar prazer, até que a variação de quantidades adicionais de um objeto atinja o ponto de saturação a que JEVONS chamou de Lei da Variação da Utilidade, mais conhecida hoje como uma função utilidade côncava; ou seja, a utilidade é uma função crescente da quantidade consumida de um determinado bem: à medida que se aumenta a quantidade do bem, aumenta-se a utilidade. Porém, este acréscimo é cada vez menor se o motivo de aproximação diminuir. A este acréscimo declinante o autor chamou grau final de utilidade, que seria o ganho de utilidade associado ao incremento da última porção consumida do bem.

Esclarecendo melhor e adotando o mesmo exemplo do autor (carne de cavalo como alimento), propõe-se fazer a apresentação numérica e gráfica a partir da idéia.

Vejamos a situação exposta por JEVONS:

"Em Paris, um grande número de cavalos foi comido, não porque eles fossem inúteis para outros fins, mas porque eram mais necessários como alimento" (JEVONS, p.57).

TABELA 2 - CAVALOS/ALIMENTO E UTILIDADE TOTAL

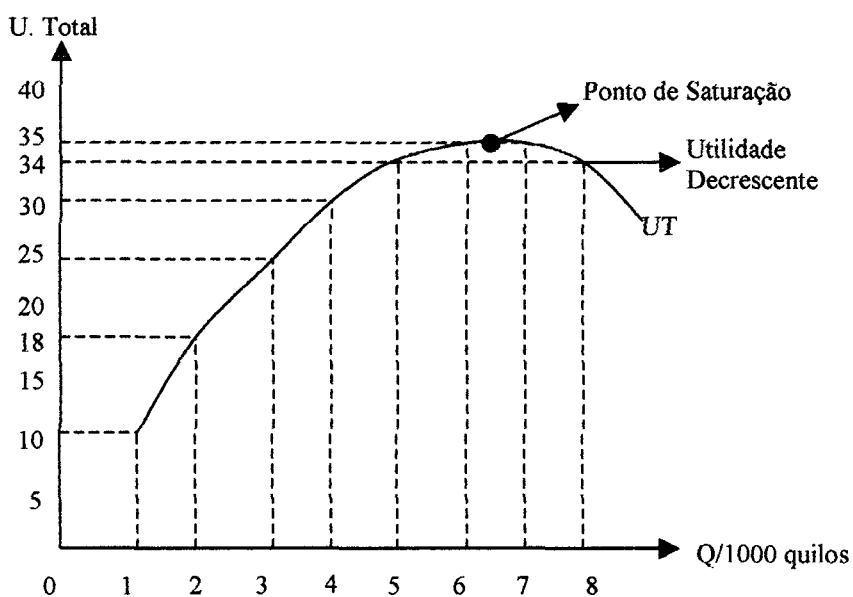
| Q/1000 cavalos/alimento | Utilidade Total |
|-------------------------|-----------------|
| 1                       | 10              |
| 2                       | 18              |
| 3                       | 25              |
| 4                       | 30              |
| 5                       | 34              |
| 6                       | 36              |
| 7                       | 36              |
| 8                       | 34              |

Fonte: (JEVONS, p.101)

Quantidade de cavalos abatidos para saciar a fome e utilidade total significa o grau de satisfação ao aproximar o bem para saciar a fome.

Podemos observar, nessa hipotética demonstração, a representação numérica que à medida que são abatidas maiores quantidades de cavalo, maior será o grau de utilidade total, até o nível grau 36, a partir daí a tendência é descrever, portanto: seis mil quilos de carne é o suficiente para saciar a fome, um maior acréscimo representa a saturação do propósito.

GRÁFICO 1 - CARNE DE CAVALO E PONTO DE SATURAÇÃO



Fonte: (JEVONS, p.102) – demonstração gráfica autora da tese

Imagine o cavalo para atender a dois usos distintos, ao da fome e como meio de locomoção. Então, se diminuirmos a quantidade do bem no emprego para saciar a fome, poderemos aumentar o emprego do mesmo bem como locomoção, para tanto, faz-se necessário observar a opção da sociedade, isto é, se a economia estiver em guerra, como o aumento é escasso, a utilidade marginal da carne se eleva a ponto de ser vantajoso abrir mão de parte dos meios de locomoção para satisfazer uma necessidade primária, a fome.

Logo, abre-se mão dos cavalos até o ponto em que a perda de utilidade associada à dimensão dos meios de transporte se iguala ao ganho adicional da utilidade do aumento de comida.

Uma vez descrito este princípio, a generalização para o caso de dois ou mais bens distintos é automática e JEVONS o fará na teoria da troca:

“A relação de troca de dois bens quaisquer será correspondente à relação dos graus finais de utilidade das quantidades dos bens disponíveis para consumo depois que a troca se completa” (JEVONS, p.102).

JEVONS, antes de se posicionar a respeito da troca, discute o emprego da palavra “valor de troca” e a substituição desta pelo sentido de “relação de troca”.

“Empregarei a expressão inteiramente inequívoca relação de troca, especificando ao mesmo tempo quais são os dois artigos trocados. Quando falamos da relação de troca do ferro-gusa e do ouro, não pode haver dúvida de que queremos nos referir à relação entre o número de unidades do outro bem pelo qual ele é trocado, sendo as unidades magnitudes concretas arbitrárias, e a relação, um número abstrato” (JEVONS, p.95).

No desencadear dessa reflexão, faz crítica a John Stuart MILL pela omissão em usar a relação de troca em lugar da palavra valor, “a expressão tinha sido tão pouco empregada, se é que o foi, pelos economistas ingleses, que ela constituía uma novidade” (JEVONS, p.95).

Sem dúvida, John Stuart MILL fala às vezes nos seus capítulos sobre o valor de coisas trocadas uma pela outra, “na relação do seu custo de produção”, mas ele sempre omite que o próprio valor de troca é questão de relação.

Na verdade, o sentido se explica quando um indivíduo estiver disposto a trocar suas mercadorias até o ponto em que as utilidades marginais do consumo de cada mercadoria se igualem. Caso contrário, ele poderá abrir mão da mercadoria que tem utilidade marginal menor e trocá-la por uma que lhe confere maior utilidade adicional, de tal forma a aumentar sua utilidade total. Ao propor a igualização da utilidade marginal do uso de todos os bens, o sistema de preços passa a ter papel fundamental na alocação dos recursos.

JEVONS, após formular essa regra geral, empenha-se na explicação de outros aspectos da realidade econômica, a saber: o trabalho, a renda e o capital.

Assim, o emprego dos conceitos marginais aplicados ao trabalho nos diz que a utilidade total do trabalho é crescente, porém tal crescimento se dá a taxas decrescentes, isto é, o homem fica predisposto à fadiga à medida que aumenta a quantidade marginal do trabalho. Embora decrescentes para as primeiras horas trabalhadas, será crescente à medida que a jornada se estender demasiadamente. O indivíduo irá trabalhar até o ponto em que a utilidade marginal do produto do trabalho (aquele ganho de utilidade associada à última unidade e tempo trabalhado) for igual em valor à desutilidade marginal do trabalho desta mesma unidade de tempo. A partir desse momento, o indivíduo passa a valorizar o ócio. Percebe-se esse sentido na afirmação:

Deve-se considerar que um homem ganha durante todas as horas de trabalho em excesso de utilidade, o que produz não deve ser considerado apenas o equivalente exato do trabalho que ele faz por isso, pois nesse caso seria uma questão de indiferença se ele trabalha ou não. Enquanto ganha, ele trabalha e, quando pára de ganhar, cessa de trabalhar (JEVONS, p.113).

Em tais casos, podemos descobrir novas provas de que o valor não depende do trabalho, mas do grau de utilidade.

A aptidão de JEVONS ao expor suas idéias parece formar um grande mosaico de conhecimentos sedimentados nas teorias da época. Podemos perceber isso quando define o capital como um conjunto de bens utilizados para facilitar a produção, possibilitando aos agentes econômicos dispenderem trabalho antecipadamente. Assim, novamente define uma condição marginal, na qual os agentes aplicarão recursos em investimentos até o ponto em que o acréscimo de produção (benefício marginal de capital) for igual ao custo desse capital adicional.

Para melhor entender essa definição, torna-se importante ressaltar que a igualdade entre o benefício marginal do capital e a taxa de juros depende do ganho de produção associado à última unidade de capital utilizada na produção, e não relativo ao retorno total do capital; isto é, o emprego da última unidade de capital na produção deve ter valor equivalente ao rendimento obtido na aplicação desse valor no mercado financeiro.

Ao explicar as vantagens do capital para a atividade econômica, JEVONS alerta que devemos tomar muito cuidado para não confundir a taxa de juros sobre o capital com o proveito global que ele traz para a atividade.

Posso acrescentar que mesmo a comida, as roupas e muitas outras posses de amplas classes de pessoas são muitas vezes capital, inquestionavelmente, elas são compradas a crédito e sem dúvida pagam-se juros pelo capital que os comerciantes empatavam nelas. Acredito que dificilmente haverá um homem elegante em Londres que vista roupas dele próprio, e os alfaiates encontram um investimento de capital muito lucrativo no costume de abrir crédito (JEVONS, p.203).

A Teoria da Economia Política, de JEVONS, constitui um divisor de águas na história do pensamento econômico. Seguiu de perto as idéias de John Stuart MILL, atribuindo-lhes grande reforço, ora criticando-as, ora concordando. Na verdade, a obra de JEVONS

representa a expressão “revolução marginalista” e foi o prenúncio da economia do século XX, nas palavras de KEYNES, citado por DOBB.

JEVONS<sup>20</sup> continua suas reflexões amparando-se nas considerações dos autores que o antecederam.

Faz alusão a John Stuart MILL quando analisa a troca, considerando-a um processo tão importante na maximização da utilidade e na economia de trabalho que, segundo ele, alguns economistas consideram sua ciência como se ela tratasse unicamente dessa operação. Entretanto, JEVONS afirma que “a utilidade provém dos bens que entram na posse de quem deles necessita em quantidades adequadas, e é pela troca, mais do que por qualquer outro meio, que isso se dá” (JEVONS, p.91).

Concordando inteiramente com as palavras de John Stuart MILL, ele considera que é impossível entender a ciência econômica sem uma perfeita compreensão da teoria de troca:

“Quase toda especulação a respeito dos interesses econômicos de uma sociedade assim constituída implica uma teoria do valor: o menor erro nesse assunto contamina com erro semelhante todas as nossas outras conclusões, e qualquer coisa vaga ou obscura na concepção que fazemos do assunto cria confusão e incerteza em todo o resto” (JEVONS, p.91).

Objetivando-se clarear o sentido do assunto cabe aqui a explicação de JEVONS:

Imaginemos que uma comunidade comercial só possua trigo, e outra só possua carne. É certo que, nessas circunstâncias, pode-se trocar uma porção de trigo por uma porção de carne com grande aumento de utilidade. Como podemos determinar em que ponto a troca deixará de ser vantajosa? Esse problema envolve tanto a relação de troca como

---

<sup>20</sup> JEVONS concluiu que, ao se empregar a palavra valor, é possível confundi-la habitualmente em três sentidos distintos, que precisam ser separados:

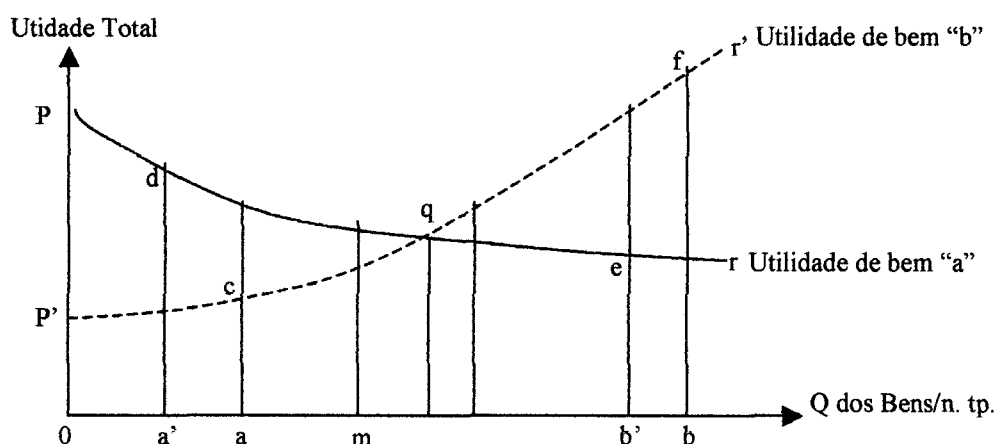
- Valor de uso = utilidade total;
- Apreço = grau final de utilidade;
- Poder de compra = relação de troca.

Assim explicado, propõe substituir o termo valor por um dos três significados.

os graus de utilidade. Suponhamos, por um momento, que a relação de troca seja aproximadamente de 10 libras de trigo por 1 libra de carne: assim, se para a comunidade comercial que possui trigo, 10 libras de trigo são menos úteis que 1 de carne, aquela comunidade desejará a troca. Dessa forma, a troca continuará até que cada parte tenha obtido todo o proveito possível, e haveria perda de utilidade se fizessem mais trocas. Ambas as partes então permanecem satisfeitas e em equilíbrio, e os graus de utilidade atingiriam seu nível, por assim dizer (JEVONS, p.103).

O próprio JEVONS admite em seus escritos que dificilmente essa teoria poderá ser representada completamente em um diagrama, mas através dele podemos esclarecê-la.

GRÁFICO 2 - PONTO DE INTERSEÇÃO



Fonte: (JEVONS, p.75)

Relação de unidade por unidade do bem, assim, recebendo o bem "a'a", a pessoa ganha a utilidade "ad" e perde a utilidade "a'c", ou seja, ela terá um ganho líquido de utilidade correspondente à figura interlinear "ed". Ela querará, portanto, prosseguir na troca. Se ela chegasse até o ponto b' e ainda prosseguisse, ela receberia, pela próxima pequena troca, a utilidade "be" e perderia "b'f", ou seja, teria perda líquida de "ef". A pessoa, portanto, teria ido longe demais, sendo evidente que o ponto de intersecção, q, define o lugar em que teria a máxima vantagem em parar de trocar.

Num estado de equilíbrio as atividades desses acréscimos devem ser iguais para cada parte interessada, de forma que nem mais nem menos troca seria desejável.

Isso explica a relação matemática apresentada na seguinte equação:

$$\frac{\Delta y}{\Delta x} = \frac{y}{x}, \text{ ou } \Delta y = \frac{y}{x} \cdot \Delta x$$

Portanto, para JEVONS, uma equação evidencia a analogia matemática apropriada, seguindo a mesma conclusão de John Stuart MILL de que as leis de oferta e de procura são resultado do que a ele parecia ser a verdadeira teoria do valor e da troca.

#### 4.1 - TEOREMA DA UTILIDADE MÁXIMA DAS MERCADORIAS – MARIE-ESPRIT LÉON WALRAS

A exemplo de John Stuart MILL, WALRAS<sup>21</sup> era filho de um economista de certa importância, que se destacou por procurar no conceito de escassez a noção de valor econômico. Três anos após o seu nascimento, o pai, Antoine Auguste WALRAS (1801–1866), publicava **De la Nature de la Richesse et de l'Origine de la Valeur** (Évreux, 1837), que se insere entre as contribuições pré-marginalistas “Auguste WALRAS propôs que o conceito de utilidade total dos utilitaristas fosse substituído pelo de escassez (por ele denominada de *rareté*). Seu trabalho cresce em importância, especialmente se for contrastado

---

<sup>21</sup> Marie-Esprit Léon WALRAS nasceu em Évreux, departamento de Eure, na Normandia, em 16 de dezembro de 1834, filho de Antoine Auguste Walras e de Louise Aline de Saint-Beauve. Escreveu entre 1850 a 1910, 129 itens, publicados no Journal des Economistes. Publicou **Études d' Économie Sociale** e nos **Études d' Économie Politique Appliquée**. A obra que consagrou WALRAS como economista encontra-se nos **Elementos d' Économie Politique Pure** (ou **La Théorie de la Richesse Sociale** – 1874).

com o pano de fundo do pensamento francês da época, do qual Jean-Baptista SAY (1767–1832) é considerado o maior expoente” (CARNEIRO NETTO, 1977, p.6).

Léon WALRAS, independentemente de seus contemporâneos, também anunciou o princípio da utilidade marginal decrescente, segundo a qual quantidades sucessivas de um bem geram acréscimos de satisfação progressivamente menores ao consumidor.

A noção de utilidade marginal permitiu dar sentido econômico, em nível de agente individual, ao conceito de escassez preconizado pelo pai, e pelo próprio WALRAS apresentado como “a intensidade da última necessidade a ser satisfeita pela quantidade possuída da mercadoria a ser oferecida” (WALRAS: Seção II, Lição IX).

Esse importante autor contribuiu de forma substantiva para dar funcionalidade à doutrina do utilitarismo nos modelos econômicos: **teoria da troca pura bilateral** que serve como expediente didático para evidenciar os principais elementos constitutivos do problema de conflitos de interesses de dois agentes de mercado, que atuam procurando fazer prevalecer seu interesse próprio; a **teoria da troca pura multilateral** expõe o mecanismo básico de formação de preços de mercado competitivos, abstraindo as questões ligadas à produção de mercadorias. Nesta fase do modelo, os diversos agentes comparecem no mercado como possuidores de estoque previamente determinados de mercadorias, e procurarão, tomando preços como parâmetros de suas decisões sobre quanto comprar e vender, atuar segundo conveniências individuais expressas na forma de derivar o máximo possível de satisfação total (“utilidade”) permitida por seus orçamentos; e, por fim a **teoria do equilíbrio geral da produção**, em que o sistema de equação de demandas e ofertas excedentes estará em situação de equilíbrio geral quando a configuração de preços for tal que o equilíbrio de cada agente for compatível com a igualdade entre as quantidades oferecidas e demandadas em todos os mercados.

Ao conferir sentido operacional ao conceito de escassez do ponto de vista individual, WALRAS afina-se de tal modo com os filósofos ingleses, John Stuart MILL e Jeremy BENTHAM. Ao considerarem o utilitarismo como fonte primária na construção científica da economia, observam em primeiro lugar que, os fundamentos da análise econômica devem estar centrados sobre o comportamento individual dos agentes econômicos, e, em segundo lugar, a base da noção do valor deveria ser a “utilidade”, espécie de “desejo abstrato” que se contraporía à noção de trabalho abstrato da tradição de Adam SMITH, David RICARDO e Karl MARX.

Ao centrar o comportamento individual busca, na matemática, auxílio para comprovar a hipótese de que uma unidade de medida da utilidade ou da necessidade revela uma relação direta e mensurável com a utilidade e quantidade de prazer e esta com a quantidade possuída do bem sob considerações: “pode-se muito bem anunciar logo de saída que quando um homem troca um objeto por outro é porque o objeto que compra lhe é mais útil que o objeto que vende e que o motivo determinante da troca decorre da consideração de nossas necessidades” (WALRAS, Lição VIII, p.89).

O óbvio é que a influência respectiva da utilidade extensiva<sup>22</sup> e da utilidade intensiva<sup>23</sup> da quantidade possuída de mercadoria dependem do preço.

$$P_a \cdot Q_a = P_b \cdot Q_b = \dots = P_N \cdot Q_N$$

a = um determinado bem

b = outro determinado bem

$P_a$  = preço de “a”

---

<sup>22</sup> Utilidade Extensiva: que as mercadorias A e B têm para o portador 1 em relação às necessidades deste pelas mesmas mercadorias.

<sup>23</sup> Utilidade Intensiva: duração de tempo que o consumidor repetiria a sua preferência pelas mesmas mercadorias.

$P_b$  = preço de “b”

$Q_a$  = quantidade “a”

$Q_b$  = quantidade “b”

Assim, multiplicando-se o preço do bem “a” pela quantidade de “a”, o resultado obtido deve ser igual à da mesma operação que leve em conta a mercadoria “b” ou outras que se proponham com o objetivo de serem trocadas ou se manter o consumidor no mesmo nível de satisfação.

Se de um lado dessa experiência teórica nasceu o conceito de utilidade efetiva, que é a soma total das necessidades satisfeitas, em extensão e intensidade, por uma quantidade consumida de mercadoria, de outro lado, o limite das quantidades das mercadorias necessárias para satisfazer as necessidades do consumidor dependem não somente da disponibilidade de encontrá-las no mercado, mas também dos preços em função da raridade.

$$r_a < p_a \cdot r_b' \text{ e}$$

$$r_b > p_b \cdot r_a'$$

$r$  = relação entre as raridades

$p$  = relação dessas raridades e o preço

$a$  e  $b$  = representam as mercadorias sob considerações

$a'$  e  $b'$  = possíveis variações das mercadorias

Com base nessa demonstração, é certo que se pode obter o limite máximo de satisfação por uma mercadoria se houver desistência de quantidades da outra mercadoria, isto é, substituindo-se pela troca de certa quantidade de “a” por certa quantidade de “b” até que se tenha atingido o limite.

Sintetizando em WALRAS:

Sendo dadas duas mercadorias em um mercado, a satisfação máxima das necessidades, ou o máximo de utilidade efetiva acontece, para cada portador, quando a relação entre as intensidades das últimas necessidades satisfeitas, ou a relação entre as raridades, é igual ao preço. Enquanto essa igualdade não é atingida, o permutador obtém vantagem vendendo a mercadoria cuja raridade é menor que o produto de seu preço pela raridade da outra, para comprar essa outra mercadoria cuja raridade é maior que o produto de seu preço pela raridade da primeira (WALRAS, p.95).

Nesse sentido, pode ser vantajoso para o indivíduo interessado na troca oferecer toda a quantidade de uma das duas mercadorias de que é portador, bem como não demandar nenhuma quantidade da outra, o que explica matematicamente a seguinte equação:

$$d_a = f_a(p_a)$$

onde:

$d_a$  = quantidade demandada de “a”

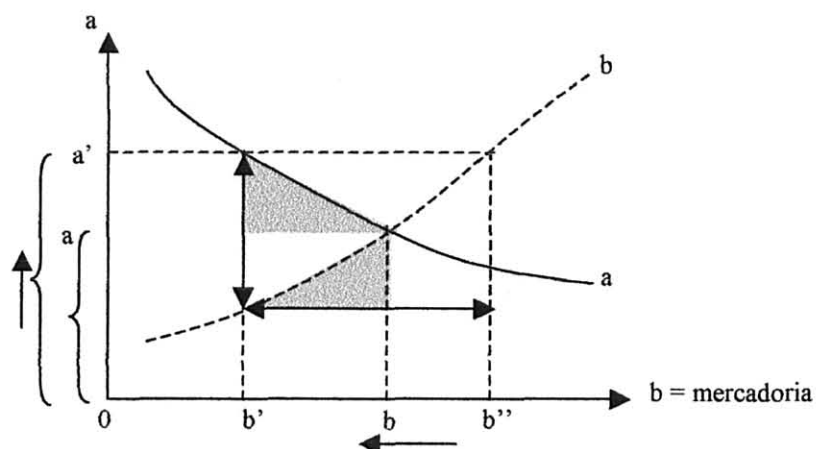
$f(p)$  = função do preço de “a”

O indivíduo sempre levará em consideração o preço em que o bem recebe no mercado, isto é, o valor do mesmo expresso em unidades monetárias.

Para que a oferta de uma das duas mercadorias possa ser igual à quantidade possuída dessa mercadoria, é necessário que se possa inscrever, na curva de necessidade da mercadoria a ser demandada, um retângulo construído na demonstração gráfica, tendo por altura a quantidade a ser oferecida e por base a intensidade da necessidade máxima dessa mercadoria.

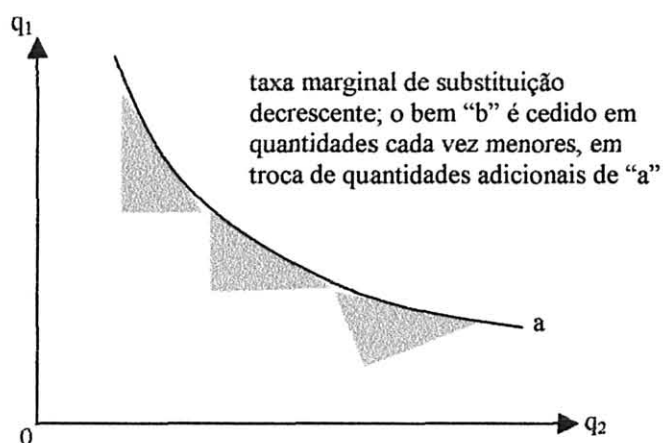
Literalmente, isso explica que, para se refletir a troca, faz-se necessário que a mercadoria esteja à disposição em quantidade suficiente e que, ao mesmo tempo, atenda à necessidade de quem a deseja.

GRÁFICO 3 - OSCILAÇÕES NA DEMANDA DE DUAS MERCADORIAS



Fonte: Autora.

GRÁFICO 4 - TAXA MARGINAL DE SUBSTITUIÇÃO



Fonte: Autora.

$$Q_a = a - b \quad \text{onde:}$$

$Q_a$  = quantidade da mercadoria "a"

$a - b$  = variação da quantidade de "a" em relação a "b"

Assim sendo, todo o aumento da quantidade da mercadoria "a", em busca de maior nível de satisfação, implica a redução da quantidade da mercadoria "b" quando para atender à satisfação do indivíduo.

Notoriamente, a principal contribuição de WALRAS foi concluir que os preços correntes, ou preços de equilíbrio, são iguais às relações entre as raridades, ou seja, os valores de troca são proporcionais às raridades.

A raridade pode ser entendida na demonstração de que, no caso da troca de uma mercadoria através da curva de necessidade descontínua, quando há satisfação máxima, a relação entre a média das intensidades da última necessidade não satisfeita da mercadoria comprada e intensidade da última necessidade satisfeita da mercadoria vendida é aproximadamente igual ao preço.

Entende-se então que a formação do excedente e da escassez, como são vistas hoje, surgiram das investigações sobre a raridade das mercadorias, estabelecendo-se a teoria do equilíbrio entre a oferta e a procura dos bens no mercado, graças ao empenho intelectual não somente de WALRAS, mas também de Carl MENGER<sup>24</sup> que será vista a seguir neste estudo. Dessa forma torna-se importante ressaltar que os esforços despendidos por esses persistentes estudiosos independentes seguiram, à margem, as idéias da Escola Clássica.

---

<sup>24</sup> Em Nova Sandec, na Galícia, nasceu em 28 de fevereiro de 1840 Carl MENGER. Seu pai era advogado e provinha de uma antiga família austriaca de antigos artesãos, músicos, funcionários públicos e militares. Passou grande parte de sua juventude na Boêmia presenciando, antes de 1848, a fase final de servidão camponesa, que nessa região da Áustria se conservou durante mais tempo do que em qualquer outra parte da Europa, exceto na Rússia. Juntamente com os seus dois irmãos escreveu o livro, **Das Recht auf den vollen Arbütserttrag (O Direito à Plena Remuneração do Trabalho)**. Estudou nas Universidades de Viena (1859 – 1860) e Praga (1860 – 1863). Depois de seu doutoramento em Cracóvia, atuou primeiro como jornalista em Lemberg e Viena por alguns anos, entrou para o funcionalismo público administrativo no Departamento de Imprensa do Conselho de Ministros na Áustria.

## 4.2 - RARIDADE – UTILIDADES MARGINAIS – CARL MENGER

O primeiro quarto do século decorrido da publicação dos **Principles** de John Stuart MILL (1848) e o aparecimento da Nova Escola abrem uma nova fase intelectual, e o mentor dessa nova geração pode bem ter sido o próprio John Stuart MILL à medida que adota uma exposição sistemática na elaboração de sua obra em função da satisfação que sentiu com o perfeito estágio da teoria sobre o valor atingido. Em todo caso, essa confiança funcionou como alavanca para que se multiplicassem as críticas ao sistema e aos esforços despendidos para o encontro de uma nova visão das coisas.

Essas críticas à doutrina clássica apareciam de todas as partes do mundo, inclusive na Alemanha, isto porque, além das considerações de ordem metodológica, a principal causa era a forte aversão às conclusões práticas da Escola Clássica Inglesa, que constituía um obstáculo para os esforços de reformulação do novo grupo que, com orgulho, se autodenominava “Escola Étnica”. Os autores alemães de economia política sempre tiveram consciência da existência de certas contradições inerentes a toda teoria sobre valor de custos ou sobre o valor do trabalho. Essa tradição recusava-se a reparar totalmente o valor da utilidade, isto porque tentaram combinar o conceito de utilidade com o de escassez para esclarecer o conceito de valor.

Ao desenvolver a doutrina geral sobre bens, Carl MENGER inicia dizendo que: “Todas as coisas são regidas pela lei da causa e do efeito (...) portanto, o reconhecimento incondicional e crescente desse princípio está ligado ao próprio progresso humano”.

A cuidadosa investigação inicial sobre a relação causal existente entre as necessidades humanas e os meios que servem para tal atendimento leva à distinção – que hoje é celebre – entre bens de primeira, segunda, terceira ordem, e de ordem superior.

As coisas capazes de serem colocadas em nexos causais com a satisfação de nossas necessidades humanas denominam-se utilidades: denominam-se bens na medida em que reconhecemos esse nexo causal e temos a possibilidade e capacidade de utilizar as referidas coisas para satisfazer efetivamente as nossas necessidades. (...) Para que uma coisa adquira a qualidade de bem, requer-se, portanto, a convergência dos quatro pressupostos seguintes: 1º A existência de uma necessidade humana; 2º Que a coisa possua qualidades tais que a tornem apta a ser colocada em nexo causal com a satisfação da referida necessidade; 3º O reconhecimento, por parte do homem, desse nexo causal entre a referida coisa e a satisfação da respectiva necessidade; 4º O homem poder dispor dessa coisa, de modo a poder utilizá-la efetivamente para satisfazer a referida necessidade (MENGER, p.244).

Essa divisão, assim como o conceito dos bens complementares, também igualmente familiar em nossos dias, revela a parte propedêutica da teoria sobre o valor. Para MENGER, desenvolver atividade econômica é, antes de tudo, planejar para o futuro, e sua concepção a respeito dos períodos que a previsão humana deve abarcar em relação às várias necessidades é de grande utilidade.

A característica que justifica esse pensar é que MENGER atribui importância à descrição cuidadosa de um fenômeno, e que isto significa designá-lo com um termo simples e adequado, para melhor entendê-lo.

Assim, MENGER, ao analisar a variação do grau de importância das diversas necessidades a serem atendidas, determina-as como fator subjetivo. E essa reflexão exige maiores esclarecimentos sobre o valor de um bem. Nesse sentido, ele não poupa esforços ao fazê-lo e, com grande propriedade, busca esclarecer que o valor de um bem econômico se evidencia pura e simplesmente, pela importância que damos ao atendimento das nossas necessidades, ou seja, à conservação de nossa vida e de nosso bem-estar. Se quisermos identificar as razões últimas da variação do valor dos bens com que nos deparamos na vida, precisaremos observar:

Primeiro: Até que ponto o atendimento de necessidades concretas diferentes têm importância diferente para as pessoas? Esta idéia constitui, para Menger, o caráter subjetivo.

Segundo: Quais as necessidades cujo atendimento, em cada caso, depende do fato de dispormos de determinado bem? Este representa, para Menger, o caráter objetivo.

Assim proposta a natureza do valor, Menger mesmo conclui: “se as pessoas em geral já erraram em relação ao conhecimento do fator subjetivo da determinação do valor, onde se trata simplesmente de considerar seus estados pessoais, a possibilidade de erro é tanto maior em se tratando (...) de conhecer a grandeza das quantidades e das diversas qualidades de bens disponíveis”, capazes de promover o bem-estar social.

Mesmo não empregando a matemática, explica os limites da troca econômica e as relações com a produção, comparando as características que os bens devem assumir, servindo de referência não somente para satisfazer as necessidades pessoais mas reunindo caracteres tais como: divisibilidade, insociabilidade, utilidade e valor, como também as relações concorrenciais de mercado através do valor expresso em unidades monetárias<sup>25</sup>.

De um modo geral, sua tese reveste-se de grandeza crescente à medida que amadurecem as suas convicções; sob hipótese alguma dissocia a idéia do valor da utilidade.

O tratamento cardinal foi a primeira maneira, historicamente falando, de abordar o comportamento do consumidor. Entretanto, coube a Alfred Marshall sistematizar todas as idéias concernentes ao enfoque cardinal.

---

<sup>25</sup> Bens de ordem superior são condicionados pela característica econômica previsível dos bens para cuja produção servem.

#### 4.3 - FUNDAMENTOS DE ECONOMIA E METODOLOGIA – ALFRED MARSHALL

Das idéias predominantes do pensamento de MARSHALL, podem-se mencionar duas correntes de idéias: uma é o utilitarismo de BENTHAM (1748–1832) doutrina que impregnou a sua concepção econômica-social, como também a de MILL que, em certa fase, auxiliou-o no desempenho de importante papel na vida política da Inglaterra, podendo mesmo ser considerada uma das bases da ideologia burguesa do século XIX. A outra grande influência foi a das idéias evolucionistas de DARWIN estendendo-se a um certo darwinismo social, adquirido através de SPENCER<sup>26</sup>, em que a competição (ou concorrência) seria a força básica do progresso econômico pela seleção dos mais aptos.

MARSHALL pretendia, como plano de trabalho inicial e básico, escrever uma série de monografias sobre problemas econômicos específicos (comércio exterior, teoria monetária, etc.), mas acabou por desenvolver a própria obra original **Princípios de Economia**.

Considerado o “papa do marginalismo”, a importância histórica doutrinária dessa obra advém das inovações conceituais e metodológicas, representam uma síntese dos postulados da economia política clássica e da doutrina marginalista num todo corrente. Era o primeiro grande tratado geral sobre os fundamentos da economia, ainda que viesse a se chamar apenas “introdutório”, depois dos princípios de economia política de MILL.

O método de trabalho marshalliano consistia, em síntese, na utilização e raciocínio ordinário para a exposição. Essa orientação ajustou-se à teoria econômica inglesa, a partir da chamada escola de “Cambridge” e foi seguida, entre outros, por KEYNES, HICKS e PEGAU.

---

<sup>26</sup> SPENCER, H. Darwinismo Social, escola do pensamento sócio-econômico surgiu na Europa no final do século XIX e que teve em SPENCER seu principal teórico. Aceita as proposições neoclássicas e condena a intervenção do Estado nos mecanismos de mercado e em outras esferas da vida social. Com base na teoria da seleção natural, segundo a qual os menos aptos tenderiam a desaparecer.

Em seus estudos preliminares sobre as necessidades, posiciona-se de imediato considerando de antemão que a classificação das necessidades não é um trabalho destituído de interesse, mas desnecessário.

Não concorda com a hipótese de que a teoria do consumidor seja a base científica primordial; a teoria das necessidades pertence, na verdade, à teoria dos esforços e atividades. Conclui em seus estudos que ambas as teorias se completam.

Contudo, a antecedente na projeção histórica do homem é a teoria das atividades.

Para melhor exemplificar descreve-se ao iniciar o terceiro capítulo de sua obra, a figura de um industrial que “compra alguma coisa para utilizar na produção. Ao ser novamente vendido esse bem,, sua procura é baseada na previsão dos lucros que ele pode auferir com isso. Esses lucros dependem, a qualquer tempo, dos riscos especulativos e de outras causas que precisarão ser consideradas mais tarde” (MARSHALL, p.159). Nessa visão, observa-se que o regulador último de toda a procura<sup>27</sup> é, portanto a procura dos consumidores e “a utilidade marginal de uma coisa para um indivíduo diminui a cada aumento da quantidade que ele possui dessa coisa”.

MARSHALL, ao analisar as idéias dos economistas que o antecederam e que, segundo ele, definiram a Economia como ciência que se preocupava com a produção, a distribuição, a troca e o consumo da riqueza, explica que:

Por mais importante que seja a questão de saber como devemos inverter os nossos recursos com o melhor proveito, não é, pelo menos no que diz respeito aos gastos dos indivíduos, uma questão que se preste aos métodos da Economia. O senso comum de uma pessoa com grande experiência da vida lhe dará melhor orientação em tal campo do que ela poderia obter de sutis análises econômicas, e, até recentemente os economistas pouco disseram a respeito, porque realmente eles nada tinham a dizer que não fosse do domínio comum de toda a gente de bom senso (MARSHALL, p.150).

---

<sup>27</sup> Procura ou demanda; os dois termos são hoje empregados indiferentemente, como sinônimos que são, porém procura está se generalizando atualmente.

A causa acima exposta deriva das convicções de RICARDO, visto que este dava excessiva importância ao custo da produção, ao analisar as razões que determinavam o valor de troca. Assim, ele e seus seguidores, mesmo sabendo que as condições da procura têm um papel importante como as da oferta na determinação do valor, não dispunham da clareza necessária e, dessa forma, foram mal compreendidos.

Hoje, porém, segundo a linha de pensamento do próprio MARSHALL, várias causas se combinaram para dar ao assunto uma importância maior nas discussões econômicas, isto porque a “adoção de métodos mais exatos no estudo da Economia está dando as pessoas a preocupação de estabelecerem nitidamente as premissas sobre as quais raciocinam. Esse recente cuidado é em parte devido à aplicação por muitos autores da linguagem matemática e de hábitos matemáticos de pensamento” (ibidem, p.150).

Ao contextualizar sobre o emprego da matemática como um método instrumental para entender a equação, admite, com grande simpatia, que a sua aplicação “tem prestado um grande serviço, pois tem induzido as pessoas a não tentarem resolver um problema antes de defini-lo exatamente e não prosseguir em seu estudo antes de haver determinado previamente aquilo que se considera admissível” (ibidem, p.150).

Isso justifica a necessidade de uma análise mais cuidadosa de todos os principais conceitos da Economia.

As questões sobre a riqueza incluem-se nessa preocupação, permitindo cuidadosa análise, visto que, ao examinar com maior atenção a tendência crescente da riqueza, tem-se a sensação de que não é suficientemente satisfatória, uma vez que não pode fazer mais do que faz na promoção do bem-estar geral, e isto nos leva a examinar a seguinte problemática: “até que ponto o valor de troca de qualquer montante de riqueza, de uso individual ou coletivo,

representa exatamente o que esta riqueza acrescenta à felicidade e ao bem-estar”? (ibidem, p.150).

Na transparência de suas justificativas, pela contextualização, vê-se a semente de uma preocupação maior, que aos poucos sai o campo da microeconomia, mas que somente após explicações conceituais fundamentadas teoricamente invade o mundo das idéias práticas e chega a semear então um novo campo: o da macroeconomia. Haja vista ter sido ele o mentor de J. M. KEYNES, que, com novas idéias, sendo a mais fértil a que pensa formação e distribuição da riqueza, não mais individual, mas agregada<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> Preferível aqui usar a palavra agregada e não coletiva, visto que o sentido é a formação da renda nacional.

#### 4.4 - VALOR E UTILIDADE: TEORIA ORDINAL EM MARSHALL

A preocupação deste estudo se revela especialmente no tratamento da linhagem das idéias que, de uma forma direta ou indireta, têm como ponto central John Stuart MILL, mais precisamente, o utilitarismo. Entretanto, é Alfred MARSHALL<sup>29</sup> que mais se identifica com MILL, não pelo utilitarismo em si, mas sim pelo tratamento conceitual e pelo emprego do método. Se de um lado percebemos as semelhanças, de outro podemos perceber as diferenças e estas se justificam no estilo de redação, isto porque MARSHALL, menos filosófico e mais histórico do que MILL, tem a força de sua mensagem no tratamento prático dos exemplos cotidianos.

---

<sup>29</sup> MARSHALL nasceu em 26 de julho de 1842 em CHAPAM, um bairro de Londres. Filho de William Marshall e Rebeca Oliver, pertencia à classe média. Seu pai, caráter resoluto e dominador mas não cruel, com grande afeição familiar, era um evangelista. Obrigava Alfred a estudar até altas horas da noite. KEYNES, ao se referir a MARSHALL, acrescentou: “A hereditariedade é poderosa e MARSHALL não escapou de todo da influência do molde paterno. Um senso enraizado de predomínio em relação ao gênero feminino lutava ele com uma profunda afeição e admiração que sentia por sua própria mulher, e com um meio que o lançou em contato estreito com a educação e a liberação das mulheres” (Memorials of Alfred MARSHALL, id. por A. C. PIGOU, 1925 e nos Essay in Biography, 1933, do próprio KEYNES). A obra de MARSHALL estabelece a rigor da densa e sistemática análise econômica, impregnada da questão social, interrogava-se constantemente sobre se realmente haveria necessidade de existirem pobres para que houvesse ricos, considerando a suprema finalidade da Economia Política elucidar essa questão que para ele era crucial.

Aos nove anos de idade, graças a uma bolsa, ingressou em Merchant Taylors School, onde estudou letras e línguas clássicas. Em seguida, ingressou na Universidade de Oxford, isto porque tinha grande capacidade para matemática.

Após, fez matemática no St. John's College da Universidade de Cambridge. Aos 27 anos tornou-se um gênio em matemática. Tem acesso à Economia transformando o material de Adam SMITH, RICARDO e MILL em “uma máquina de pesquisa”.

Em 1865, ingressou no Clifton College, como professor de matemática, logo em seguida transfere-se como preparador nos cursos regulares de matemática em Cambridge, e ao mesmo tempo estudava filosofia, especialmente KANT e HEGEL.

Certa ocasião fez um depoimento a um amigo, com quem discutia questões sociais, dizendo-lhe: “minha familiarização com a Economia começou com a leitura de MILL” (ibidem, p.412). Escreveu um texto de História Econômica.

A bibliografia completa dos trabalhos de MARSHALL a maioria dos artigos, folhetos e depoimentos perante os órgãos governamentais é que fazem a sua produção intelectual. Em 1879 publicou **The Economics of Industry**, em 1890: **Principles of Economics** e **Elements of Economics of Industry**. Em 1919, alguns trechos retirados do **Economics of Industry** dá origem a obra: **Industry Trade. A Study of Industry Technique and Business Organization, and of Their Influences on the Conditions of Various Classes and Nations**. Em 1923 escreveu **Money, Credit and Commerce**.

Faleceu em 1924.

Nessa constatação, vê-se que o diferencial se faz pelas informações herdadas por MARSHALL dos marginalistas.

Mesmo nos marginalistas há forte presença de MILL, contudo, estes se obrigaram muito mais a despenderem seus esforços no tratamento das fontes disponíveis de informações que tratavam sobre as causas do utilitarismo e, nesse aspecto, seus estudos tiveram um tratamento muito mais prolixo do que metódico, sugerindo dessa forma discussões incompletas.

Todo o arranjo estava na simplificação do assunto econômico. Assim, uma grande mudança operou-se nas formas do pensamento econômico antes de MARSHALL e depois de MILL, pela adoção geral da linguagem semimatemática para exprimir a relação entre pequenos aumentos de quantidades de uma mercadoria de um lado, e, de outro, pequenos aumentos de preço como medida de pequenos aumentos correspondentes de prazer.

MARSHALL concluiu, das abstrações feitas sobre as idéias dos pensadores que o antecederam, que a utilidade é tida como correlativa de desejo ou necessidade. Há uma variedade infinita de necessidades, mas há um limite para cada necessidade em separado.

A natureza humana tem a tendência comum e fundamental de tornar as necessidades sociáveis, podendo expressar-se na utilidade decrescente, isto porque a utilidade total ou prazer total cresce a cada aumento que se verifica na quantidade de um certo bem mas não tão depressa quanto aumenta o seu estoque. Em outras palavras, o benefício adicional que alguém extrai de um dado aumento da disponibilidade de um bem, diminui a cada aumento da quantidade que a pessoa já possua desse bem.

Para que isso se cumpra, há uma condição implícita nessa lei da utilidade decrescente, “quanto maior for a quantidade de uma coisa<sup>30</sup> que uma pessoa possui, tanto menor será, não se alterando as outras condições (isto é, o poder aquisitivo do dinheiro e a quantidade disponível do mesmo), o preço que ela pagará por um pouco mais da coisa, ou, em outras palavras, seu preço de procura marginal para a coisa decresce” (MARSHALL, p.160).

Tal lei é primordial para se entender que o rendimento do prazer que uma pessoa obtém de cada dose adicional de uma mercadoria tende a diminuir até atingir uma margem, a partir da qual não existe mais vantagem em adquiri-la.

Constata-se, assim, que se não houvesse alteração nos recursos materiais de uma pessoa, a utilidade marginal dependeria da relação do dinheiro com o preço da mercadoria sob consideração.

Dessa análise, MARSHALL empresta de MILL a seguinte interpretação: “entender pela palavra procura a quantidade procurada, e lembrar que não é esta uma quantidade fixa, mas que em geral varia de acordo com o valor” (PRINCIPLES, III, ii.4). É a partir desse primeiro ensaio que se percebe a presença da cientificidade, porém não lhe pareceu estar suficientemente clara e, por essa razão, foi preciso, levar em conta que há diferença entre a procura e a quantidade procurada.

Existe pois, segundo MARSHALL, uma lei geral da procura: “Quanto maior a quantidade a ser vendida, menor deve ser o preço pelo qual uma mercadoria é oferecida, a fim de que possa achar compradores” (MARSHALL, p.162). Em outras palavras, a quantidade procurada aumenta ou diminui com a variação do preço. Não haverá uma relação uniforme entre a baixa do preço e o aumento da procura.

---

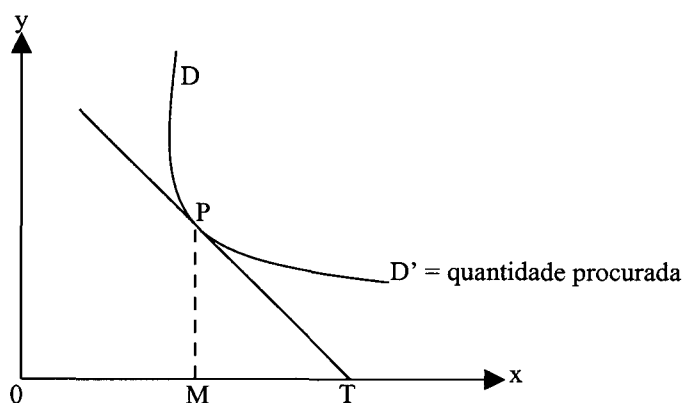
<sup>30</sup> Coisa nesse entender de MARSHALL se aplica como sinônimo de mercadoria.

De certa forma, MARSHALL também levou em consideração a análise de Carl Menger sobre o fenômeno da raridade, ao considerar a tendência da oferta em relação ao preço.

“A curva de procura de qualquer mercadoria num mercado, durante uma dada unidade de tempo, é o lugar geométrico dos pontos de procura da mesma”. É assim que MARSHALL formula a curva de procura.

Para melhor esclarecer, define procura como uma curva tal que, se de qualquer ponto “P” traçarmos uma linha “PM” perpendicularmente a “Ox”, “PM” representará o preço que os compradores apresentarão para comprar uma quantidade da mercadoria representada por “OM”.

GRÁFICO 5 - CURVA DE PROCURA DE UM BEM



Fonte: Autora.

É possível deduzir então que, se um ponto se move ao longo da curva afastando-se de  $Oy$ , ele se aproximará constantemente de  $Ox$ ; portanto, se for traçada uma reta  $PT$  tocando a curva em  $P$  e encontrando  $Ox$  em  $T$ , o ângulo  $PTx$  é um ângulo obtuso. Assim,  $PT$  se inclina

negativamente<sup>31</sup>. Neste sentido, a única lei universal à qual se subordina a curva da procura é que é inclinada negativamente em toda a sua extensão.

Uma grande mudança operou-se nas formas do pensamento econômico durante a geração precedente, pela adoção geral da linguagem semimatemática para exprimir a relação entre pequenos aumentos de quantidade de uma mercadoria de um lado, e, de outro, pequenos aumentos de preço total pago por ela, e também pela formal compreensão destes pequenos aumentos de preço como medida de pequenos aumentos correspondentes de prazer<sup>32</sup>.

Coube a MARSHALL, através da representação estatística, mais no sentido de simplificar, todo o esforço da representação das necessidades e noções dos consumidores às variações que se processam nos preços e respectivas variações suscetíveis nas quantidades das mercadorias, e a esse fenômeno deu-se o nome de elasticidade:

A única lei geral que rege o desejo de se ter determinada mercadoria é a que diz que esse desejo diminui à medida que aumenta a quantidade dessa mercadoria de que se pode dispor, desde que as demais circunstâncias não se alterem. Essa diminuição porém, pode ser rápida ou lenta. (...) Podemos dizer, de maneira geral, que a elasticidade (ou receptividade) da procura num mercado é forte ou fraca, conforme a quantidade procurada aumente muito pouco, dada uma certa baixa no preço e diminua muito ou pouco, dada uma certa elevação de preço (MARSHALL, p.126).

Se explicado de outra forma, podemos considerar que a elasticidade da procura é igual a 1, conseqüentemente entendida como unitária se uma pequena queda de preços provocar um aumento proporcionalmente igual na quantidade procurada, ou, de um modo geral, se ocorrer uma diminuição de 1% no preço, logo terá uma relação unitária entre a quantidade de mercadoria e o preço que a ela é atribuído.

---

<sup>31</sup> Hoje, deve ser naturalmente entendido que à medida que o preço aumenta, menor quantidade será adquirida pelos consumidores, portanto a procura é inversamente proporcional ao preço, ou seja,  $QD = a - b(p)$ .

<sup>32</sup> Essa variação infinitesimal, conseqüentemente relacionadas de forma estatística, define-se por elasticidade que é a variação no preço e respectivas variações na qualidade procurada do bem.

A variação percentual da quantidade procurada da mercadoria será igual à variação percentual do preço<sup>33</sup>.

Entretanto, se a variação do preço for menor do que a variação da quantidade, diz-se que ocorre uma elasticidade elástica e, caso contrário, variação inelástica.

Toda análise de MARSHALL correlaciona-se com as classes sociais, buscando nelas os meios de se avaliar, indiretamente, as variações da procura total que resultasse de variações extremas dos preços.

Para constatar, estuda a reação das pessoas de diferentes classes sociais e as reações que tais classes experimentam diante das mudanças de preço das diferentes mercadorias que contemplam a utilização.

Este estudo não deixa de ser uma tarefa importante, mas difícil, especialmente a de estabelecer a proporção em que diferentes classes sociais distribuem os seus gastos entre os artigos de primeira necessidade, os confortos e os luxos; “entre coisas que fornecem um prazer momentâneo e outras que proporcionam reservas de força física e moral, e por fim, entre as coisas que satisfazem os desejos mais baixos e as que estimulam e educam os desejos mais elevados” (MARSHALL, p.182).

Foram feitas várias tentativas nesse sentido antes que a Europa e a América reconhecessem a importância desse esforço.

Historicamente, observando-se o desenvolvimento da teoria do consumidor, nota-se que ambas as abordagens, cardinal e ordinal, procuram analisar o comportamento do consumidor, partindo da hipótese de que os bens têm utilidade mensurável quantitativamente. Assim sendo, por meio da medida quantitativa da utilidade das coisas, o consumidor escolhe

---

<sup>33</sup> Tratando-se de uma análise empírica da forma como foi concebida a elasticidade, este trabalho não havia levado em conta a exemplificação desse fenômeno e nem a apresentação gráfica.

as diferentes alternativas de consumo, visando à satisfação de suas necessidades. Portanto, a utilidade, em seu sentido mais amplo, é caracterizada como a adequação de uma necessidade sentida por um indivíduo.

Ambas as teorias apresentam hipóteses divergentes, elas, de certa forma, são complementares. Efetivamente, se reunidas, permitiriam maior compreensão do comportamento do consumidor do que o fariam isoladamente.

#### 4.5 - UTILITARISMO E O NOVO SÉCULO

O utilitarismo no início do século XX faz parte do liberalismo econômico.

Não obstante, a expansão do capitalismo no período de 1870 a 1914 atinge a maturidade, caracterizando-se pela concentração capitalista e pela sua expansão mundial em termos de imperialismo, cujo resultado mais significativo é da partilha do mundo entre as grandes potências capitalistas.

Tais fatos acabam por influenciar de maneira poderosa e decisiva a evolução das relações internacionais nesse período, no qual ainda se verifica a crescente contestação do pensamento liberal pelas novas idéias econômicas ligadas ao socialismo, com suas diversas correntes, bem como pelas tendências do pensamento capitalista.

Entre as mudanças significativas do período ressaltam-se o surgimento das grandes empresas, a tendência à monopolização, uma nova economia política de caráter protecionista, um impulso colonial de novo tipo que acaba provocando a partilha de quase todo o planeta, e ainda, o advento da democracia liberal e o aguçamento das rivalidades internacionais. Essa plêiade de fenômenos tendiam a acelerar determinadas transformações ligadas ao

funcionamento e à própria organização geral do sistema capitalista, especialmente em nível econômico.

Com isso, verificam-se progressivamente, no sistema capitalista, grandes alterações, tanto do número global quanto das dimensões médias de empresas, e um número cada vez menor de pequenas empresas tenta sobreviver às pressões das grandes empresas, modificando-se também a constituição do capital destas – as de caráter individual ou familiar cedem terreno às sociedades anônimas.

Tais fatos ocorrem numa época de agravamento das crises periódicas do sistema e de conseqüente insatisfação da concorrência entre os produtores, numa luta dia a dia mais violenta pelos mercados internos e externos.

A livre concorrência, a livre determinação dos preços pelas leis da oferta e da procura reduzem o poder decisório do consumidor. O capitalismo tornou-se, na prática, cada vez menos livre, tal a capacidade do grande capital e do Estado de intervirem sobre as condições de funcionamento do mercado e definirem o seu rumo.

Apesar de tudo isso, sobrevive a ideologia do liberalismo econômico e os pressupostos da teoria econômica a ela ligados, de modo que, quanto mais monopolístico se torna o capitalismo, mais fortalecida se torna a fé liberal.

Apesar de todas as transformações que acontecem sucessivamente na Europa e, mais especificamente, na Inglaterra no início do século XX, as primeiras explorações no sentido de dar à teoria do consumidor uma retomada à análise ordinal, seus efeitos se fazem sentir já nesse mesmo período. O economista inglês, J. R. HICKS, critica a abordagem cardinal da análise da utilidade, recomendando que a teoria do comportamento do consumidor fosse construída novamente, baseada, contudo na abordagem ordinal da utilidade.

Apoiado em uma série de estudos de outros autores, consegue transformar a abordagem ordinal em uma teoria realmente sistematizada. Assim, essa abordagem ordinal é novamente resgatada na análise do comportamento do consumidor, segundo certas hipóteses básicas de racionalidade, demonstrando que o objetivo ainda se fixa na maximização da satisfação do consumidor.

Basicamente, a análise ordinal abandona a hipótese de que a utilidade possa ser medida quantitativamente. Fundamentalmente substitui a hipótese de mensurabilidade quantitativa pela hipótese da comparabilidade. Isto quer dizer que o consumidor não mede quantitativamente as utilidades, importa-lhe conhecer a ordem de preferência, ordem essa estruturada consoante à comparação de utilidade. Portanto, não necessita conhecer as quantidades de utilidade inseridas nas coisas, os seus hábitos são descritos pelos comportamentos de preferência ou de indiferença.

Logicamente isso implica entender que, mediante um sistema comparativo, o consumidor escolhe racionalmente, dando preferência ao bem que, no processo de consumo para a satisfação de determinada necessidade, consegue gerar o maior nível possível de utilidade.

Dessa explicação se pode deduzir que o consumidor é capaz de ordenar quantidades de acordo com suas preferências, ou é indiferente a qualquer ordenação. Cumpre lembrar, entretanto, que as compras feitas por um consumidor a todo tempo se determinam por sua escala de preferências e seus recursos totais disponíveis, que são limitados. A quantia de dinheiro que gastará em qualquer excursão de compras não será fixada da mesma forma, dependerá estritamente da disponibilidade de numerosas coisas, por exemplo: mercadorias, férias, diversões, educação, e de seus preços, precisamente como, de igual modo, os gastos mercadorias dependem dos respectivos preços. Tampouco é a quantidade absoluta de dinheiro

que o consumidor gasta ao ir às compras que passa a variar conforme as particularidades da situação. Igualmente é possível que flutue o valor real, ou o poder de compra, isto é, dos meios monetários de que dispõe o consumidor. Por exemplo: pode acontecer que a dona de casa, ao fazer as suas compras do dia, observe que os preços podem se apresentar mais altos ou baixos conforme sua expectativa, o que a levaria então a adquirir bens que não esperava ou a prescindir de bens que contava comprar. Dada a escala de preferências, a dona de casa organizará suas compras à vista do poder de compra efetivo de seus meios.

Segundo HICKS<sup>34</sup>, a análise das curvas de indiferença permite superar essa dificuldade, proporcionando um sistema de equilíbrio que exige menos dados que o método da utilidade marginal. Assim, em vez do princípio da utilidade decrescente, HICKS utiliza o que chama de taxa marginal de substituição, que mede uma série de combinações de quantidade entre duas mercadorias mais ou menos preferidas ou indiferentes ao consumidor.

Com base nesta exposição, podemos então estabelecer o próprio conceito da abordagem da demanda do consumidor através da curva de indiferença; uma curva de indiferença mostra as várias combinações possíveis das mercadorias X e Y, as quais proporcionam igual utilidade ou satisfação ao consumidor. Quanto mais alta ela estiver na demonstração gráfica, maior a quantidade de satisfação, enquanto que uma curva mais baixa representa menor satisfação.

---

<sup>34</sup> John Richard HICKS – Economista inglês (1904 – 1989) da corrente marginalista contemporânea, teórico do valor subjetivo e do equilíbrio econômico geral. Professor da Universidade de Oxford (1952-65) recebeu o Prêmio Nobel de Economia de 1972 (com Kennet ARROW). Num artigo de 1934, com R. G. ALLEN, **A Reconsideration of the Theory of Value (Uma Reconsideração da Teoria do Valor)**, HICKS iniciou uma nova exposição de MARSHALL, utilizando-se de conceito de curvas de indiferença de PARETO. HICKS tenta demonstrar as diferenças da versão de MARSHALL na concepção do consumidor e mostrar que o método de PARETO permite superá-la, desenvolvendo e complementando o próprio método das curvas de indiferença. Argumenta que a teoria de MARSHALL continua baseando-se nos conceitos de utilidade decrescente, embora desde a obra de MENGER se negasse a possibilidade de medir a utilidade.

Como representação, a tabela a seguir possibilita a demonstração de três curvas de indiferença para um consumidor.

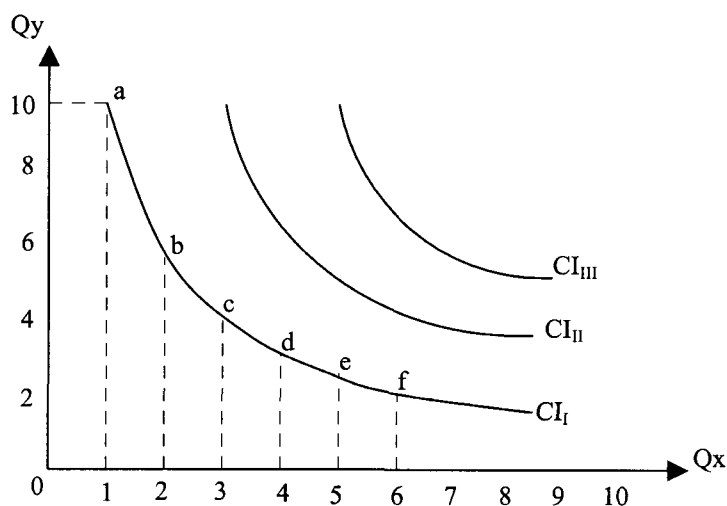
TABELA 3 - DEMANDA DO CONSUMIDOR PELOS BENS X E Y

| Curva de Indiferença I |                | Curva de Indiferença II |                | Curva de Indiferença III |                |
|------------------------|----------------|-------------------------|----------------|--------------------------|----------------|
| Q <sub>x</sub>         | Q <sub>y</sub> | Q <sub>x</sub>          | Q <sub>y</sub> | Q <sub>x</sub>           | Q <sub>y</sub> |
| 1                      | 10             | 3                       | 10             | 5                        | 12             |
| 2                      | 5              | 4                       | 7              | 6                        | 9              |
| 3                      | 3              | 5                       | 5              | 7                        | 7              |
| 4                      | 2,3            | 6                       | 4,2            | 8                        | 6,2            |
| 5                      | 1,7            | 7                       | 3,5            | 9                        | 5,5            |
| 6                      | 1,2            | 8                       | 3              | 10                       | 5              |

Fonte: Autora.

Colocando estes pontos no mesmo sistema de eixos e unindo-os por curvas suaves, obtemos as três curvas de indiferença mostradas na figura a seguir apresentada:

GRÁFICO 6 - CURVAS DE INDIFERÊNCIA PELOS BENS X E Y



Fonte: Autora.

Todos os pontos pertencentes à mesma Curva de Indiferença indicam a mesma satisfação do consumidor. Desse modo, o indivíduo é indiferente entre 10y e 1x. Em qualquer ponto ao longo da Curva experimenta igual satisfação.

As Curvas de Indiferença II e III proporcionarão maior grau de satisfação ao consumidor. Na intenção de dar maior margem de segurança a esse conceito, HICKS, com simplificação, expõe o resultado demonstrando-o através da taxa marginal de substituição de X e Y, referindo-se à quantidade de Y de que o consumidor pretende desistir para ganhar uma unidade adicional de X (e ainda permanecer sob a mesma curva de indiferença).

Empregando-se a Taxa Marginal de Substituição, pode-se mostrar um sentido de compensação e como, por hipótese, a combinação dos bens indica a possibilidade de substituição, para que o consumidor se mantenha na utilidade constante. À medida que a quantidade “q<sub>1</sub>” do bem x perde participação, deve-se, reciprocamente, aumentar a participação da quantidade “q<sub>2</sub>” do bem y. Esta é a forma lógica de se manter a utilidade final constante.

Constata-se, assim, que taxa marginal de substituição vai sempre relacionar duas variações, uma delas porém representando um decréscimo e a outra um acréscimo. No caso de se tomar a função utilidade  $U_0 = f(q_1, q_2)$ , a taxa marginal de substituição pode ser demonstrada:

$$TMS = \frac{-\Delta q_1}{+\Delta q_2}$$

Onde:

- TMS = Taxa Marginal de Substituição;
- $-\Delta q_1$  = Decréscimo da participação do bem Q<sub>1</sub> na combinação;
- $+\Delta q_2$  = Acréscimo da participação do bem Q<sub>2</sub> na combinação;

O nível de utilidade U<sub>0</sub> permaneceria constante porque o acréscimo de participação do bem Q<sub>2</sub> ( $+\Delta q_2$ ) compensaria perfeitamente, em termos de utilidade, o decréscimo da participação do bem Q<sub>1</sub> ( $-\Delta q_1$ ).

Faz-se importante perguntar qual é, afinal, a aplicabilidade significativa dessa retomada a esse estudo sobre a referência ordinal?

A abordagem ordinal da teoria do consumidor aponta em John HICKS como o sistematizador das idéias pertinentes ao comportamento do indivíduo. Este, agindo racionalmente, na ótica ordinal, procede a um ordenamento, a um enfileiramento dos bens, segundo critérios subjetivamente ditados pelas suas preferências.

Entretanto, a idéia básica ao estudar o equilíbrio do consumidor constitui, em geral, resultado aplicável, tanto no enfoque cardinal como no enfoque ordinal da teoria concernente ao comportamento.

O desenvolvimento efetuado na composição subjetiva da Teoria do Consumidor leva em conta o estudo psicológico, isto é, o lado relacionado com o nível de utilidades ou satisfação tido como ideal para o consumidor.

A consecução do estudo do equilíbrio desse consumidor requer, entretanto, que o ferramental de análise seja complementado com os instrumentos de natureza objetiva. Com efeito, para que seja possível atingir a posição de equilíbrio, há necessidade de conhecimentos acerca da renda disponível do consumidor em determinado período de tempo como também dos preços dos bens que venham a compor o seu processo de consumo.

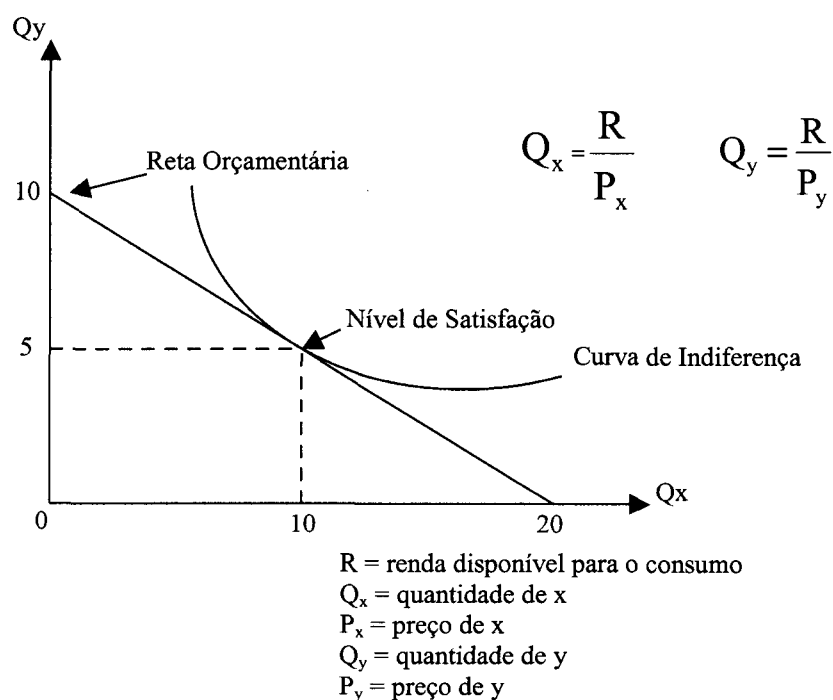
Desse modo, o instrumento teórico que possibilita sintetizar as informações sobre a renda disponível e preços dos bens é conhecido na Teoria do Consumidor como linha de preço ou linha de orçamento, ou ainda, restrição orçamentária. “Esta pode ser definida como sendo uma linha que representa as quantidades dos bens que o consumidor pode comprar, dados os preços desses bens e a sua renda” (GARÓFALO; CARVALHO, p.70). Para que assim se entenda, é preciso considerar que o consumidor não realizará nenhuma poupança, destinando a parcela de renda exclusivamente para essa proposta de gasto. Melhor

esclarecendo, significa que se o consumidor destinar R\$200,00 para a aquisição dos bens “X” e “Y”, tomando conhecimento dos preços dos bens sob consideração, poderá partir do pressuposto de que se nada gastar na compra do bem X (ao preço de R\$10,00) e destinar toda a renda para compra de Y (ao preço de R\$20,00), então poderá adquirir a quantidade máxima de Y se nada adquirir de X e, nesse modelo, implicam em 20 unidades de X se nada adquirir de Y, ou então, 10 unidades de Y se nada adquirir de X.

Chega-se à reta orçamentária a partir dessa reposição, porém consegue-se o equilíbrio se o consumidor souber dispor harmoniosamente da renda para adquirir ambos os bens.

Logo, demonstrando graficamente a decisão do consumidor, com base na parcela da renda destinada para a aquisição dos bens sob consideração, à medida que desista de cinco unidades de Y, poderá adquirir dez unidades de X, conseguindo equilibrar o seu nível de satisfação ao mesmo tempo que experimenta quantidades de ambos os bens.

GRÁFICO 7 - NÍVEL DE SATISFAÇÃO DO CONSUMIDOR



Fonte: Autora.

Com base nessa análise de certa forma elementar, HICKS apresenta outras hipóteses, permitindo, através do que chamou de efeito-substituição, demonstrar como o consumidor decide suas compras quando se modificam os preços relativos dos bens, independentemente de haver uma modificação direta na sua renda. Mostra, portanto, como os consumidores vão comprar mais bens cujos preços relativos baixaram, com o objetivo de substituir os que ficaram relativamente mais caros.

Retornando à pergunta sobre a aplicabilidade deste assunto, isto é, a abordagem ordinal da Teoria do Consumidor, entende-se que a análise do efeito-substituição é bastante importante no estudo da teoria da procura, isto porque é do interesse do produtor saber como o consumidor vai reagir diante das mudanças econômicas a que o mercado está sujeito e, conseqüentemente, poderá fazer, através da previsão do consumo, o planejamento de sua produção e a programação de seus estoques, levando em consideração as relações de mercados existentes nesse período histórico em que esta teoria se enquadra.

Na verdade, essa teoria responde às novas expectativas da economia capitalista de mercado. Uma nova era tecnológica não mais determinada pelas invenções e métodos, mas sim, pelas novas fontes de poder, tais como: eletricidade e petróleo, turbinas e motor a explosão; de nova maquinaria baseada em novos materiais tais como: ferro, ligas, metais não ferrosos; de indústrias baseadas em novas ciências, tais como: a indústria em expansão da química orgânica. Todas essas mudanças formam o clima de uma nova era que propicia as transformações na economia de mercado de consumo doméstico, iniciada nos Estados Unidos,

desenvolvida na Europa pela crescente renda das massas<sup>35</sup>, mais especialmente pelo substancial aumento demográfico<sup>36</sup> dos países desenvolvidos.

Essas mudanças conduzem a um novo desenvolvimento mais acelerado, deixando para trás a era do triunfo liberal do monopólio industrial inglês, dentro da qual os lucros eram assegurados pela competição de pequenas e médias empresas. Assim, dessa transformação surge uma competição internacional entre as economias industriais nacionais: inglesas, alemães e norte-americana, com uma especificidade marcante: a rivalidade. Nesse cenário de competição acirrada e pelas dificuldades que as economias enfrentavam em função da depressão que se instalaria no período, essas empresas, através da competição, tendiam a obter lucros cada vez maiores viabilizando a concentração econômica, manipulação e controle do mercado.

Esse momento histórico é referenciado por HOBBSAWM na citação a seguir, por ele escolhida:

O crescimento econômico era agora também luta econômica – luta que servia para separar os fortes dos fracos, desencorajar bens e estimular outros, favorecer as novas nações famintas às expensas dos velhos. O otimismo acerca de um futuro de progresso infinito dava lugar à incerteza e a um sentimento de agonia, no sentido tradicional da palavra. Tudo isto fortalecia e por seu turno era fortalecido pelas crescentes rivalidades políticas, as duas formas de competição fundindo-se naquele susto final de fome por territórios e na caça por “esferas de influência” que tem sido chamada de Novo Imperialismo (LANDES: Cambridge, p.240-1).

Combinados esses fenômenos aqui apresentados, cabe buscar explicações para as seguintes dúvidas:

---

<sup>35</sup> Renda das massas: distribuição entre os participantes da produção o resultado de sua atividade no processo produtivo, através da remuneração dos fatores de produção, trabalho, capital e recursos materiais. Essa repartição se realiza por meio do pagamento de salários, juros, lucros e vendas de terra.

<sup>36</sup> De 1870 a 1910, a população da Europa cresceu de 290 para 435 milhões, a dos Estados Unidos de 38,5 para 92 milhões.

Até que ponto, diante do novo cenário histórico mundial, nos é permitido retomar o interesse sobre a ideologia liberal, mais precisamente, na versão utilitarista do consumidor, nesse novo mercado?

Talvez HICKS deva ter feito a si próprio a pergunta, associando um esforço todo seu, no sentido de entender, sob essa nova versão, as teorias dos clássicos marginalistas acerca do utilitarismo que aqui foi apresentado.

Se cada todo social se compõe de unidades de vida, pode a eticidade estar presente e cooperar com o autodesenvolvimento e realização dos valores contidos nessa nova comunidade social, repleta de experiências e mudanças radicais?

Quanto à segunda pergunta, exigirá maior reflexão sobre a natureza dos fatos e das experiências até então alcançadas, um esforço de coerência racional, baseado em dois princípios da ética e da prática no agir.

A conotação ética do utilitarismo, presente no pensamento de DILTHEY, nos permite entender, através de suas observações, que determinadas ações pode exercer influência sobre o bem-estar da população, não através do sentimentos, mas sim, “tendo em conta o seu valor quanto à relação das funções no campo social” (DILTHEY, p.41).

“A sociedade é uma máquina cuja construção exige em milagre de compreensão” (DILTHEY, p.125).

Torna-se significativo entender que tanto a ciência como a sociedade passam por períodos revolucionários, estabelecendo uma conexão entre o progresso atingido e a nova forma de produção industrial, necessariamente resgatando antigos conhecimentos e adaptando-os às novas experiências.

Essas revoluções trazem consigo as contradições morais, que passam a ser observadas a partir do processo intelectual, e este se manifesta no valor das relações dos indivíduos e suas formas de organização. Estabelecem-se, então, modelos gerais dessas relações e padrões esperados de comportamento das pessoas, diante das transformações sociais, econômicas, notoriamente instituídos.

Na Inglaterra, as grandes cidades estavam nas mãos da oligarquia dos homens de negócios locais, mesmo depois de 1870.

Para HOBBSAWM as contradições éticas se manifestam a partir da problemática do conceito que deve ser atribuído à classe social, tendo o burguês como referência.

Economicamente, o burguês era um capitalista, pertencente à classe média.

Socialmente, as definições não eram tão claras, embora “classe média” incluísse todos os grupos acima descritos, desde que fossem abastados e bem estabelecidos: homens de negócios, proprietários, profissionais liberais e os escalões mais altos da administração, que eram, evidentemente, um grupo numericamente bem pequeno fora dos capitais (HOBBSAWM, p.338).

Desse modo, tanto as considerações de DILTHEY quanto as de HOBBSAWM devem ser entendidas como concepções sociohistóricas que partem do comportamento do homem e das funções deste na sociedade.

Está claro que, na realidade, cabe ao Estado se manifestar pelo agir através da lei e cuja influência sobre o bem-estar da população depende da função de uma regra geral para a economia da vida social; esta é reconhecível no surgimento de necessidades capitalistas – possuidor de capital, ou aquele que recebia renda derivada de tal fonte, ou empresário em busca de lucro, ou todas essas coisas juntas, quem sabe!

#### 4.6 - CRÍTICAS ÀS TEORIAS E A CONDIÇÃO *CETIRIS PARIBUS*

Em primeiro lugar, faz-se conveniente algumas observações concernentes à hipótese do comportamento racional do consumidor, dada a importância fundamental apriorística da teoria.

Do ponto de vista psicológico, a hipótese é extremamente simples, permitindo duas interpretações: a primeira liga o conceito de comportamento racional à idéia de conotação ética e objetiva, tal como: maximização da satisfação do consumidor que nem sempre o motivo que o leva a assim agir é aprovado pela sociedade. Por exemplo, um viciado em droga. Realmente, quando ele insiste em consumi-la, do ponto de vista pessoal, estaria tentando maximizar sua satisfação. Todavia, a utilidade usufruída desse consumo não é aprovada pela sociedade. Este tipo de comportamento, que seria considerado racional, visto que o consumidor estaria tentando maximizar sua satisfação, não poderia ser aceito, de acordo com a ética.

Numa segunda interpretação, o consumidor poderia agir racionalmente se, em dado momento de sua vida, se situasse na melhor posição possível em termos de escala de sua preferência. Nesse caso, daria preferência as alternativas de consumo que evidentemente lhe gerassem maior nível de satisfação, independente de o estado de satisfação máxima estar ligado a conotações éticas ou objetivas aprovadas pela sociedade em que o consumidor vive.

Entretanto, é preciso que as diversas alternativas que possibilitam a satisfação de uma necessidade sejam conhecidas do consumidor. Além do mais, como ele necessita realizar uma escolha racional entre todas as alternativas possíveis, logicamente, para agir, também necessita saber como valorizá-las; portanto, para satisfação de determinada necessidade ao ter que optar entre duas alternativas; por exemplo: ir “a ópera” ou “ao baile”, o consumidor deve

conhecer o processo de valorização e aplicá-lo corretamente. Somente ao optar pela alternativa mais racional ele poderá atingir o maior grau de satisfação naquela utilização.

Esse tipo de hipótese de racionalidade sofreu algumas restrições, descritas em diversos estudos sobre o assunto, tais como: não admite modificações nas escalas de preferências, não aceita comportamentos de arrependimento, com relação a decisões tomadas anteriormente; portanto, tais restrições prejudicam a hipótese de racionalidade, ao considerar que nada deva influir na sua decisão e dessa forma mudar as suas preferências.

#### 4.6.1 - Críticas Específicas a Abordagem Cardinal

Na análise feita anteriormente, entendeu-se que a utilidade era mensurável quantitativamente, isto é, os consumidores teriam condições de atribuir quantidades de utilidade aos bens e assim realizar a sua escolha.

Do ponto de vista geral, o comportamento racional, atrela-se as críticas com conotações éticas e objetivas e com associação de hipóteses sobre o comportamento do consumidor diante da necessidade de tomar decisões, quanto a opção que o conduzirá ao equilíbrio podendo ser demonstradas pela abordagem: cardinal e ordinal das interpretações as duas.

A base da crítica a essa abordagem cardinal prende-se ao fato de a utilidade ser mensurável, isto é, os consumidores, ao efetivarem as suas escolhas a fim de maximizar a satisfação, de alguma forma medem ou avaliam a utilidade, embora o façam de modo subjetivo, portanto, extremamente irreal.

HICKS lançou-se contra essa teoria, todavia é preciso considerar que não se aceitando a mensurabilidade quantitativa da utilidade, nega-se validade à própria abordagem cardinal e da própria procura individual. Para suprir essa lacuna, estabeleceu-se a curva de utilidade marginal decrescente.

Outra hipótese básica da abordagem cardinal, e esta também sujeita a algumas críticas, é que admite a decomposição da utilidade total em utilidades parciais, também conhecida como hipótese de aditividade da utilidade total. Trata-se de uma hipótese fundamental para que se possa aceitar a lei da utilidade marginal decrescente, que, por sua vez, é básica para se explicar, o comportamento racional do consumidor.

A hipótese da aditividade, da maneira como é colocada na abordagem cardinal, permite chegar à conclusão de que a utilidade marginal de um bem depende apenas do estoque em poder do consumidor, ou seja, a utilidade marginal de um bem independe do grau de relação de substituição ou de complementaridade que esse bem tenha com os demais bens possuídos ou desejados pelo consumidor.

Segundo SIMONSEN, alguns comentários adicionais podem ser efetuados, quando se trata da utilidade marginal da moeda. “De acordo com a lei da utilidade marginal decrescente, o grau de utilidade atribuída a cada unidade monetária deveria variar em função do estoque de moeda em mãos do consumidor. Então, dado um aumento de renda ao consumidor, a utilidade marginal por ele atribuída à moeda deveria diminuir”. Esse fato, respeitada a condição de equilíbrio do consumidor, “conduziria a uma redução da utilidade marginal de todos os bens participantes do processo de consumo desse consumidor, o que, por sua vez, exigiria o aumento do estoque de todos eles” (SIMONSEN, 1967, p.97). Contudo, os bens inferiores não se projetam nesse contexto analítico, uma vez que o consumo de tais bens tende a diminuir quando ocorre um aumento da renda do consumidor.

Uma série de observações críticas podem ser levantadas quanto à possibilidade de decomposição da utilidade total em utilidades parciais, ou seja, quanto à atividade da utilidade total e, em decorrência, à própria utilidade marginal decrescente. Especificamente, se os hábitos dos consumidores se modificarem, certamente a utilidade marginal dos bens variará.

Alguns pensadores, apoiados nessas observações de críticas básicas, negariam a validade do princípio da aditividade da utilidade total e, conseqüentemente, da própria lei da utilidade marginal.

#### 4.6.2 - Críticas à Abordagem Ordinal

A idéia básica da abordagem ordinal consiste em admitir que os consumidores ordenem as combinações dos bens que desejam consumir, em função de determinada escala de preferência, que depende apenas das disponibilidades dos bens, não sofrendo alterações com o decorrer do tempo. As constantes mudanças de preferência pelos consumidores baseadas em várias razões, inclusive psicológicas, torna difícil justificar esse comportamento.

Alguns fatores podem compor o elenco de razões. A falta de conhecimento dos bens colocados à sua disposição, ou a melhor maneira de atender às suas necessidades, ou desapontamento de uma escolha realizada anteriormente, com arrependimento de decisões tomadas, ou ainda o efeito-imitação ou demonstração; todos esse motivos são superados pelo contínuo efeito da propaganda que visa à promoção de vendas. Assim sendo, o grau de conhecimento dos bens colocados à disposição, seguido de informações direcionadas ao consumidor, podem transformar em um elemento determinante nas preferências do consumidor.

Conclui-se dessa análise que a estrutura teórica sobre o comportamento do consumidor é todo o somatório do conhecimento das tendências do indivíduo diante das decisões para atender à satisfação pessoal de seus interesses. Neste sentido, o utilitarismo representa a condição *sine qua non* das considerações que o próprio imaginário agregou, com críticas e justificativas ao comportamento do consumidor, estabelecendo-se, a partir daí, a razão das leis do mercado.

Esse raciocínio se apóia no chamado Princípio da Equimarginalidade. Este revela que, normalmente, para satisfazer a uma necessidade, um bem pode ser colocado com mais de uma unidade. O consumidor, possuindo diversas unidades de bens, distribui-as pelos diversos usos possíveis de forma que maximize o seu bem-estar.

A utilização ótima terá que igualizar à utilidade *marginal* do bem para todos os seus usos.

## V - UTILITARISMO: PREMISSA OCULTA

### 5.1 - A IMPORTÂNCIA DO UTILITARISMO NA CONSTRUÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA

Recorremos novamente a COMTE para que possamos entender melhor o assunto que envolve o utilitarismo na construção da Economia Política.

A Economia Política, segundo COMTE (p.98), “era um corpo de doutrinas alicerçada na vida da sociedade humana em todos os seus aspectos”. Era, no seu entender, o resultado natural de suas concepções acerca do método apropriado de criação de uma ciência da sociedade. Dessa forma, entendia-a como o instrumental básico para a formação da “Ciência Social”, hoje Sociologia, diretamente dependente do método positivo pelo emprego da observação, da experimentação e da comparação, dando à pesquisa de campo um caráter apropriado.

A razão de ser vista dessa maneira se justifica pela função provisória que desempenhará na avaliação do movimento geral do pensamento revolucionário, ao desacreditar a política industrial do “*ancien regime*”, depois de a Política ter-se tornado um mero obstáculo ao progresso, segundo alguns críticos da época.

A Economia Política, diante dessa consideração, havia preparado o caminho para um análise histórica correta, chamando a atenção para a importância da dimensão econômica da vida.

COMTE defendia a idéia de que a utilidade prática da Economia Política já era coisa do passado, constituindo agora um obstáculo efetivo para o progresso social. Como o restante

da filosofia revolucionária, ela tendia a prolongar e a sistematizar a anarquia social. Levava as pessoas a considerar, um dogma universal a ausência de toda intervenção reguladora nos negócios econômicos por parte da sociedade, e enfrentava todas as dificuldades provenientes das modernas mudanças industriais, como a questão econômica do efeito das máquinas.

Esse trabalho é extraído das forças dos ventos e da água por uma série de ações, que consistem, como as primeiras, em movimentar certos objetos para determinadas posições, nas quais constituem o que se chama máquina, contudo, nesse caso a ação muscular necessária não precisa ser constantemente renovada, mas é executada uma vez por todas, havendo, no global, uma grande economia de trabalho humano (MILL, Livro I, p.82).

Com exceção de Adam SMITH, Augusto COMTE considerava que todos os demais pensadores foram incoseqüentes ao tratar da economia política da época, declarando ser ela fundamentalmente metafísica, já que seus criadores não tinham compreensão real da necessidade e da natureza de observação científica. Considerava a Economia Política fútil pelo fato de não dispor de continuidade<sup>37</sup> e de fecundidade necessária à concepção verdadeiramente científica, caracterizada pela ausência literária econômica.

MILL sentiu-se atraído pela concepção de COMTE sobre ciência, demonstrando-lhe simpatia ao mencioná-lo em sua obra intitulada **Lógica**. MILL se detém nas reflexões contínuas entre a Estática Social e a Dinâmica Social. Da mesma forma que COMTE rejeitava a Filosofia Política “metafísica” da França, MILL deixou clara a sua opinião sobre a impropriedade da Filosofia do Interesse da escola de BENTHAM; que segundo ele, tal Filosofia estava “fundada em uma única premissa, isto é, que as ações do homem são sempre

---

<sup>37</sup> Pela natureza do assunto nos estudos sociais os vários aspectos gerais são, por verdadeira necessidade, interligados entre si inseparáveis, de modo que um aspecto só pode ser adequadamente explicado levando-se em consideração os demais.

determinadas por seus interesses. Assim, já que essa premissa não era verdadeira, não deveria ser apresentada como abordagem científica de uma grande questão”. (ASHLEY, 1909, p.472).

Acrescentava em consonância a COMTE que:

Esses filósofos teriam aplicado, e aplicaram realmente, seus princípios com inúmeras tolerâncias. Há pouca chance de se fazerem as correções devidas na superestrutura de uma teoria por falta de suficiente *largues de sus fundamentos*. É contrário à Filosofia construir uma ciência com base em algumas das instâncias que determinam os fenômenos deixando o resto à rotina da prática ou à sagacidade da conjectura. Deveríamos ou deixar de pretender formas científicas, ou então estudar todas as instâncias determinantes de maneira igual, e procurar, na medida do possível, incluí-las todas no âmbito da ciência: do contrário, dispensaremos uma atenção desproporcional às instâncias que a nossa teoria leva em consideração, desestimando as demais e provavelmente subestimando sua importância (ibidem, Livro II, p.473).

Mesmo MILL estando de acordo com as idéias de COMTE, não pretendia, de forma alguma, abandonar os conhecimentos que herdara de seu pai (James MILL)<sup>38</sup> e, assim, empreendeu a construção de duas outras “pontes” entre suas opiniões novas e as antigas.

Não há interesse algum em se criticar COMTE ou MILL, mas apenas deixar claro que esta empolgação nada mais é do que um esforço em traçar a trajetória histórica da Economia Política a partir das relações intelectuais existentes entre os dois.

Nesse sentido, construir uma ciência de caráter amplo e de grande aceitação implica discuti-la sob todos os argumentos possíveis a fim de edificá-la. Mas, em nossos limites, cumpre-nos questionar de que maneira o utilitarismo pode estar presente nessa formulação.

---

<sup>38</sup> James MILL, no Capítulo I do seu livro *Elements*, quem primeiro ilustrou o poder do homem sobre a natureza, dando-lhe destaque como um princípio fundamental da Economia Política “O homem exerce esse poder servindo-se de forças naturais existentes, ou arranjando os objetos naquelas misturas e combinações que geram forças naturais – assim como quando, acendendo um fósforo e movimentando-o em direção ao combustível, e colocando água em uma panela posicionada sobre o fogo, ele gera a força expansiva do vapor, força que se tem largamente utilizado para atingir as metas humanas” (MILL, J. S., p.52).

Para compreender a Economia Política é necessário, primeiro, lembrar a ênfase principal dada ao liberalismo. Este apresentou múltiplas facetas, veio a ser conhecido sobretudo pelo seu otimismo acerca do homem e da história.

Do ponto de vista dos fatos, sob o prisma histórico no período proposto nesta pesquisa, tivemos que nos reportar a discussões sobre valor de uso e de troca. A esse duplo significado atrelou-se à ambigüidade em entender que as coisas têm o máximo valor de uso e, muitas vezes, têm pouco ou nenhum valor de troca, o que é verdade, pois aquilo que pode ser obtido sem trabalho ou sacrifício não tem preço, por mais útil ou necessário que possa ser.

À guisa de recapitulação, isso equivale a empregar o termo uso não no sentido em que o aborda a Economia Política, mas em outra acepção, em que uso (utilidade) se opõe a prazer. Na Economia Política, a utilidade de uma coisa consiste na capacidade que essa coisa "objeto" tem de satisfazer um desejo ou de servir a uma finalidade. Assim, entende-se por valor de uso o limite do valor de troca. E o valor de troca, por sua vez, pode ser inferior, qualquer que seja o montante, ao seu valor de uso.

A palavra valor, em Economia Política, sempre significa valor de troca. Nesse caso, o valor precisa ser distinguido do preço. Os economistas mais antigos usavam valor e preço como sinônimos, mas foi a partir de MILL que os economistas passaram a empregar essas palavras dando-lhes um sentido moderno, isto é, empregaram **preço** para expressar o valor de um bem ou serviço em relação ao dinheiro, ou seja, a quantidade de dinheiro que um bem ou serviço pode ser trocado. Por conseguinte, a partir de então, passamos a entender por preço de bem ou serviço seu valor em dinheiro; por valor, ou valor de troca, seu poder geral de compra, isto é, o valor expresso em unidades monetárias.

Em Economia Política é, pois, estritamente correto dizer que o valor dos bens e serviços, cuja quantidade não se pode aumentar à vontade, não depende (a não ser

acidentalmente, e durante o tempo necessário para a produção ajustar-se) da procura e da oferta, que dependem do valor.

"Existe uma procura de determinada quantidade da mercadoria ou seu valor natural, ou de custo, sendo a ela que a oferta procura ajustar-se a longo-prazo" (MILL, Cap. III, p.29).

MILL sempre procurou realçar a força da lei do equilíbrio entre a oferta e a procura, mesmo que, em alguns momentos, houvesse escassez ou excedente dos bens atuando temporariamente no mercado "em todas as mercadorias cuja quantidade pode ser aumentada indefinidamente, a procura e a oferta determinam apenas as perturbações do valor, durante um período de tempo que não pode superar a duração do tempo necessário para alterar a oferta" (MILL, p.30). A procura e a oferta, nesse particular, acabam por regular as oscilações do valor, elas mesmas obedecem à dependência do valor correspondente ao custo de produção.

Em síntese, e como princípio válido da Economia Política, a procura e a oferta sempre buscam um equilíbrio, mas a condição de equilíbrio estável ocorre efetivamente quando as coisas são trocadas umas pelas outras com base em seu custo de produção ou, na expressão que na época era utilizada, quando o "valor das coisas" é o seu "valor natural".

## 5.2 - A LÓGICA DO EQUILÍBRIO ATRAVÉS DO TEMPO

As oscilações dos preços podem causar mudanças na preferência dos consumidores.

Sabe-se que os economistas, ao empreenderem este tipo de análise, concentram sua atenção na resposta da oferta através do tempo, na expectativa de uma súbita e permanente alteração das condições da procura. A razão por que a variação das condições da oferta só pode realizar-se depois de decorrido certo período de tempo reside na questão de os fatores

técnicos impedirem o ajustamento instantâneo à alteração das condições da procura. Mas, nada há do lado da procura que corresponda a esse lento processo de ajustamento da parte da oferta<sup>39</sup>. A procura independe diretamente da tecnologia. As variações do gosto dos consumidores ocorrem ao longo do tempo por opção deles mesmos.

Torna-se importante esta assimetria entre a procura e a oferta, porque explica a preocupação constante dos economistas com os ajustamentos da oferta no tempo, diante de variações definitivas da procura, e não vice-versa, conforme o entender dos pressupostos dos primeiros clássicos.

MARSHALL descobriu que os mais importantes problemas criados com a introdução do fator tempo nesse tipo de análise econômica poderiam ser tratados pela adoção de um novo método, que consiste em examinar até que ponto, e de que maneira, se processa o equilíbrio entre a oferta e a procura nos três períodos de tempo, ou seja, no do período do mercado (o período de tempo é tão curto que a oferta da mercadoria em causa se limita aos estoques existentes); no tempo do período de longo prazo (há tempo de alterar-se o equipamento fixo das firmas, de modo que o volume de produção melhor se possa adaptar à variação das condições da procura do que o faria no período curto).

A razão principal de se introduzir os períodos de tempo marshallianos é que se torna possível desfazer o mal-entendido entre os economistas dessa época que debatiam eloqüentemente sobre a questão de qual das duas, entre a procura e oferta, é a mais importante na formação do preço. MARSHALL compara a discussão à de saber qual é a lâmina da tesoura, se a superior ou inferior, que realmente corta uma folha de papel.

---

<sup>39</sup> Torna-se importante prestar atenção que essa conclusão de "lento processo de ajustamento da oferta" está vinculado ao período em que esse assunto estava gerenciando aos debates (por volta de 1865). Hoje, entretanto, essa convicção presta-se mais à abordagem teórica do que real, tendo em vista as novas teorias e também o dinamismo da nova era tecnológica, dando ao campo da produção uma nova logística produtiva e estratégias globalizadas de mercado.

Com isso conclui, com certa razão, que tanto a procura como a oferta determinam o preço.

Como o próprio MARSHALL disse:

"Provavelmente alguém seria melhor economista se confiasse no seu bom senso e instintos práticos, em vez de se atirar ao estudo da teoria do valor, e resolver achá-la fácil" (MARSHALL, p.368).

### 5.3 - UTILITARISMO: PRINCÍPIOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO E O BEM-ESTAR SOCIAL

"O Estado deve limitar-se a estabelecer normas aplicáveis a situações gerais deixando os indivíduos livres em tudo que depende das circunstâncias de tempo e lugar, porque só os indivíduos poderão conhecer plenamente as circunstâncias relativas a cada caso e a elas adaptar suas ações" (HAYEK, p.88).

No diálogo sobre Política, escrito por Leopoldo von RANKE em 1836, entende-se que o Estado só é real quando assume uma existência concreta, isto é, individual e histórica. A sua idéia sobre o Estado pode não ser devidamente compreendida sem referenciar à idéia de nação que nela se encontra subjacente. RANKE considera a idéia nacionalista, o que o torna muito mais representativo do pensamento social europeu geral, como o descreve Franklin L. BAUMER.

John Stuart MILL, por outro lado, acreditava na idéia nacionalista combinada com as instituições liberais e, assim, de um modo geral, tornando necessário "que os limites dos governos coincidisse com os das nacionalidades" (MILL, Cap. XVI).

Esse sentimento nacional tornara-se a idéia primária social estabelecida na Europa, tanto para os liberais como para os conservadores.

Como princípio organizador desse sentimento, estava a classe de pensadores que na época não exerciam grande poder, mesmo manifestando um processo de crescimento. Em qualquer país europeu, em meados do século XIX, o socialismo não estava ainda bem fortalecido como movimento, razão pela qual atrelava-se, de modo geral, o socialismo à idéia de classe ou de luta de classes. Na verdade, o que existia era uma crítica à ordem capitalista, ao individualismo burguês e ao conceito burguês de sociedade. A apelação socialista, presumindo a natureza social do homem, propunha uma segunda revolução, maior do que a primeira, que coletivizaria ou nivelaria a propriedade e, desse modo, criaria a justiça social e política para todos.

O pensamento de MARX introduziu uma versão mais realista às discussões sobre a natureza humana. Para ele a burguesia não estava, potencialmente, disposta a ceder o seu capital excedente e, assim sendo, o proletariado não tinha qualquer possibilidade de se organizar como classe, fazendo oposição à classe governante para conseguir seus propósitos, cuja essência era estabelecer os alicerces do poder político em toda a história.

Dentro dessa concepção, o Estado não estava acima da classe, como alguns pareciam pensar, na realidade, o Estado era um instrumento da classe governante, defendendo o interesse da classe que o instituíra. O trabalho era o esforço cooperativo de uma classe, e não de indivíduos isolados.

As idéias aqui expostas refletem o sentido do olhar de BAUMER sobre o pensamento europeu do século XIX, ressaltando a cultura européia e, por consequência, a crescente preocupação com a história nacional, que, translucidamente, se expõe a seguir:

A história revela, de um modo proeminente, uma luta entre classes pelo domínio da terra, e era missão histórica do proletariado vencer. MARX sentiu que era sua missão pessoal exaltar esta classe, tal como RANKE exaltara a nação, e MILL o indivíduo.

Destes três, apenas os dois últimos, e particularmente o último, reivindicariam a primazia no pensamento do Neo-Iluminismo (BAUMER, p.89).

A história nos é útil porque prolonga no presente a experiência do passado e supre as experiências que não podemos fazer. Portanto, o método histórico é por demais valioso.

Usando não só o método mas também a razão que François CHATELET<sup>40</sup> analisou em sua tese, seguramente podemos fazer a transferência desse conhecimento para o presente; além de sinalizar o nascimento da democracia, da importância da palavra, da hipótese das idéias. Todas essas reflexões, à medida que nos aproximamos da época contemporânea, tornam-se mais compreensíveis.

O estudo da evolução desses fenômenos pode ser útil no sentido de que nos facilita a descoberta das uniformidades que essa evolução pode apresentar e, assim, colocar-nos em condições de dialogar com o passado.

Os homens seguem seus sentimentos e seus interesses no momento em que precisam tomar decisões, mas agrada-lhes imaginar que seguem a razão, também procuram, e encontram sempre, uma teoria que, *a posteriori*, dá certa lógica a suas ações, deixando-os mais confiantes.

Posto isso, as teorias econômicas e sociais, das quais se servem aqueles que participam das lutas sociais, não devem ser julgadas pelo seu valor objetivo, mas principalmente por sua eficiência na ligação do sentimento ao interesse que pode dirigir as ações dos homens e fazê-los agir seguindo o caminho que desejarem.

---

<sup>40</sup> CHATELET em sua obra **Uma História da Razão**, faz uma abordagem da racionalidade ocidental, percorrendo as grandes etapas da sua constituição desde os gregos: Sócrates, Platão e Aristóteles; a viagem marcada por Galileu, Descarte, Kepler, Bacon, a unificação do universo sob as leis da mecânica, novas concepções políticas com Maquiavel, dissociando o poder divino do social. Kant e Hegel conduzindo o pensamento racionalista as suas extremas consequências. Nietzsche e Freud, apontam para uma falência da razão e do primado na cultura ocidental. O autor simula uma conversa com Émile Noël posicionando a cultura ocidental. O aspecto importante do método é o salto cronológico na história.

Simplesmente por esse motivo a sociedade humana não é homogênea, e sim, ao contrário, a "heterogeneidade da sociedade tem por consequência que as regras de conduta, as crenças, a moral devem ser, pelo menos em parte, diferentes para as diferentes partes da sociedade" (PARETO, p.117)<sup>41</sup>.

Na realidade, isso acontece mais ou menos assim em nossas sociedades. Em consequência, é preciso saber que comumente os homens não têm consciência da origem de seus sentimentos, de onde acontece com frequência acreditarem que cedem à evidência de um raciocínio teórico, quando atuam sob a influência de razões muito diferentes das firmadas pelos objetivos e das propostas de bem-estar.

Bem-estar social como parâmetro econômico.

Apelando para o método de CHATELET, deixamos o século XIX e ingressamos no início do século XX, época em que a Ciência Econômica ainda não dispunha de um conceito tão universal e simples como o proposto por Vilfredo PARETO, para orientar as discussões sobre o bem-estar social associado a diferentes distribuições de recursos, níveis de produção ou alocação de consumo.

A inovação analítica da PARETO permitiu, de forma bastante simples, comparar diferentes estados da economia, observando apenas se o bem-estar de cada indivíduo em uma situação é maior ou menor do que em outra. Assim, diferentes políticas, por exemplo, distribuições alternativas de despesas públicas poderiam ser analisadas em termos de perdas e ganhos dos agentes econômicos envolvidos. Essa capacidade de estabelecer comparações, até

---

<sup>41</sup> PARETO, V. enfatizou a aplicação matemática à economia dentro de um quadro teórico marginalista modificado e serviu o método do equilíbrio geral de Walras. Seu método parte de uma teoria subjetiva do valor, mas enfatiza o fato empírico da escolha do indivíduo. Distingue, na sociedade, "forças coercitivas" e "forças automáticas", afirmando que o progresso humano supõe um aumento dos elementos automáticos na regulação dos problemas sociais e uma diminuição dos elementos coercitivos.

o ponto em que isso é possível, tornou o critério de PARETO fundamental nas análises econômicas.

O trabalho criativo de PARETO com relação ao problema da escolha não se resumiu à introdução do enfoque ordinal de preferências na análise do comportamento do consumidor<sup>42</sup>.

PARETO tomou os princípios da Teoria da Utilidade e generalizou sua aplicação, tratando as questões de alocação de consumo e de produção com um mesmo instrumental teórico. O comportamento econômico passou a ser visto como a contraposição entre preferências e restrições, mas sempre todos buscando a satisfação de seus interesses. "Os gastos e os obstáculos (contratos) referem-se a cada um dos indivíduos que se considera. Para um indivíduo os gastos dos outros homens com os quais ele se relaciona figuram no número dos obstáculos" (PARETO, Cap. III, item 25).

Esse enfoque significou outra revolução no núcleo da Economia Neoclássica e possibilitou o avanço da Teoria do Equilíbrio Geral, proposta primeiramente por WALRAS e assim percebida por PARETO:

A principal utilidade que se tira das teorias da Economia pura é que ela nos dá uma noção sintética do equilíbrio econômico, e neste momento não temos outros meios para chegar a esse fim. Porém, o fenômeno que a Economia pura estuda difere, às vezes um pouco, às vezes muito, do fenômeno concreto, cabe-se à Economia aplicada estudar essas divergências. Seria pouco razoável pretender regular os fenômenos econômicos apenas pelas teorias da Economia pura (PARETO, cap.III, item 228).

PARETO trouxe inúmeras contribuições à teoria walrasiana. Entre outras, introduziu a análise da substituição técnica entre diversos fatores produtivos<sup>43</sup> e suas consequências para o

---

<sup>42</sup> Em verdade, consumidores, produtores, Estado e sociedade eram, para ele, entidades semelhantes em essência: todos buscavam satisfazer da melhor forma possível seu próprios interesses, dados os meios disponíveis. O que distinguia um do outro qualquer era, tão somente, o interesse - o volume de consumo para o consumidor e o lucro para o empresário - e os meios disponíveis - restrições orçamentárias e possibilidades tecnológicas de produção.

equilíbrio do produtor. Não obstante, a mais importante contribuição nessa área foi a conjugação do estudo do equilíbrio geral com as propriedades de bem-estar coletivo da economia.

Fazendo uso do método comparativo, retoma a discussão com base na Teoria da Utilidade tradicional, possibilitando observar as relações interpessoais de bem-estar, através de uma função que pressupunha a mensuração da quantidade de utilidade em alguma escala numérica. Em princípio seria também admissível a comparação do bem-estar de dois ou mais indivíduos, assim como a agregação de utilidades individuais. De fato, vários economistas que compartilharam a visão tradicional, como John Stuart MILL, depois MARSHALL e PIGOU, acreditavam ser possível e buscavam métodos de comparação dos níveis de satisfação individual e agregação destes em bem-estar coletivo.

Entretanto, o que diferenciava PARETO de seus antecessores era a sua posição sobre a existência de conflito na sociedade, (explicada pela própria crítica deste no sentido de entender que ocorria um abuso lógico), conforme ele justificada:

Suponhamos uma coletividade constituída por um lobo e um cordeiro, a felicidade do lobo consiste em comer o cordeiro, a do cordeiro em não ser comido. Como tornar feliz essa coletividade? O gênero humano se compõe de povos belicosos e de povos pacíficos: a felicidade dos primeiros consiste em conquistar os segundos; a felicidade destes, em não serem conquistados. É preciso recorrer a algum outro princípio e eliminar, por exemplo, a felicidade dos povos belicosos, julgá-la menos digna que a dos povos pacíficos, que será a única considerada. Nesse caso, o belo princípio que deveria permitir resolver os problemas morais é deixado de lado e não serve para nada. A felicidade dos romanos encontrava-se na destruição de Cartago; a dos cartagineses talvez na destruição de Roma, em todo caso, na conservação da cidade. Como realizar a felicidade dos romanos e dos cartagineses? (PARETO, cap.II, item 36.1).

---

<sup>43</sup> Entende-se por fatores produtivos, capital, trabalho, terra, etc... e a análise da substituição técnica especifica a melhor combinação desse fatores no emprego da produção, de tal sorte que possibilite ao produtor um nível ótimo de produção, evitando-se o mau uso do recurso, conseqüentemente, o desperdício.

Herdamos dessa reflexão o estabelecimento de comparações interpessoais de bem-estar o que nos leva a examinar se é admissível justificar o sofrimento de alguns com base no aumento de bem-estar de outros indivíduos da mesma sociedade, uma vez que independente de quem viesse a vencer a batalha, todos fariam parte da mesma cidade. "Como alguém pode comparar essas sensações, agradáveis ou de sofrimento e somá-las?".

Admitamos que matematicamente isso seja possível, transformando a sociedade em duas classes: senhores e escravos. Vale então perguntar se a "servidão é moral? Se os senhores são numerosos e poucos os escravos, é possível que as sensações agradáveis dos senhores formem uma soma maior que as sensações de sofrimento dos escravos; o contrário ocorreria se houvesse poucos senhores e muitos escravos" (PARETO, cap.II, item 37).

Dessa reflexão de PARETO podemos concluir que qualquer mudança nas relações de poder e de direito da sociedade poderia ser justificada pelo aumento, ou não, do bem-estar coletivo.

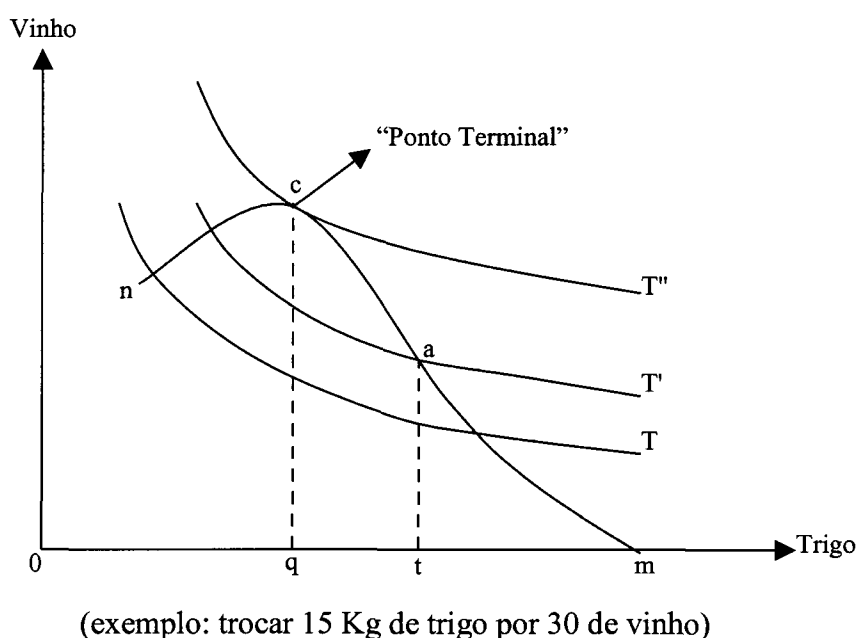
Contudo, humanisticamente, PARETO contestou a possibilidade de comparações interpessoais de utilidade e introduziu o conceito ordinal de bem-estar social. Segundo a nova abordagem, apenas seriam possíveis as comparações de bem-estar entre situações cuja mudança de uma para outra não envolvessem transferência de utilidade entre os indivíduos. Seu critério de avaliação do bem-estar social estabelecia que o bem-estar de uma sociedade seria máximo se não existisse outro estado tal que fosse possível aumentar o bem-estar dos demais, isto é, não haveria forma de melhorar a situação de um, sem prejudicar a situação dos outros. Concebeu-se assim, o "Ótimo de PARETO".

Assim apresentado, o critério proposto por PARETO revelou os limites entre os quais é possível estabelecer comparações de bem-estar social, sem o recurso de valores morais.

Aplicando esse critério, a Economia Política preservaria, enquanto ciência, sua neutralidade ética.

Nesse sentido, tem-se a constatação exposta acima, na interpretação apresentada no “Ótimo de PARETO”, que é um nível proposto quantitativa e graficamente para indicar uma situação em que se alocam os recursos de uma economia, de tal maneira que nenhuma reordenação diferente possa melhorar a situação de qualquer pessoa (ou agente econômico) sem piorar a situação de qualquer outro.

GRÁFICO 8 - ÓTIMO DE PARETO



Fonte: PARETO, 1996, figura 7, p.141

Consideremos um atalho "m n" tangente em "c" a uma curva de indiferença T", e suponhamos que os índices de ofelividade<sup>44</sup> (prazer) não crescendo de "T" em direção a T", e o atalho vá subindo de "m" até "c" para, em seguida, descer de "c" para "n".

<sup>44</sup> Ofelividade: termo criado por PARETO (1848–1923) para designar a capacidade de uma mercadoria de satisfazer necessidades humanas. A palavra tem origem grega e significa “o atributo de uma coisa capaz de satisfazer uma necessidade ou desejo, seja este legítimo ou não”.

Um ponto "a" que, partindo de "m", precede o ponto "c", além do qual existem obstáculos (quantidade fixa por contrato) que não permitem ao indivíduo chegar, será chamado Ponto Terminal.

O ponto terminal e o ponto de tangência da Curva de Indiferença T<sup>m</sup> possuem uma propriedade comum: representam o ponto mais elevado que o indivíduo pode atingir percorrendo a curva (atalho) mn. Em outras palavras, das possíveis combinações entre as quantidades dos bens ou recursos, o ponto "c" representa o maior nível possível de se atingir, representando-se a eficiência técnica ou o nível de satisfação coletiva.

#### 5.4 - O PAPEL DO ESTADO: DA LIBERDADE AO VIÉS UTILITARISTA

"A melhor oportunidade que o mundo já teve foi desperdiçada porque a observação pela igualdade frustrou as esperanças de liberdade" (Lord Acton)

A citação acima encontra-se na obra de F. A. HAYEK, um dos mais ilustres pensadores da contemporaneidade. Constrói suas idéias voltando-as para o planejamento econômico de interesse público e governamental.

Ao referir-se à posição relativa dos indivíduos e de diferentes grupos ocupacionais, cuja tendência está em considerar uniformes os rendimentos de cada profissão, fixa sua análise em John Stuart MILL, considerando desnecessário conjecturar sobre o sentido do entender de MILL acerca dos rendimentos individuais escritos há mais de um século.

Poder-se-ia admitir uma renda fixa, como a da igualdade, ou a sorte ou uma necessidade externa: mas seria intolerável que um punhado de seres humanos pesasse todos na balança, dando mais a este e menos àquele a seu bel-prazer, ou segundo o próprio critério de julgamento, a não ser que se tratasse de indivíduos considerados

super-homens e apoiados em poderes sobrenaturais (MILL, **Principles of Political Economy**, livro I, cap.11, p.94).

Não se pode contestar que todo governo exerce influência na posição relativa das diferentes pessoas em todos os sistemas, pois que um governo que assume a direção da atividade econômica, sem dúvida, tem de usar seu poder para realizar um determinado ideal de justiça distributiva.

Convém sobrepor a idéia de justiça à de liberdade?

Neste sentido, tanto HAYEK como vários outros economistas esperam encontrar o recurso definitivo no campo da política econômica, pois acreditam que o êxito real só será possível mediante a execução rigorosa de um vasto programa de obras públicas para evitar que toda a atividade econômica venha a depender cada vez mais da alocação e do volume de gastos governamentais.

Para realizar tal ação é necessário refletir sobre a razão exposta a seguir:

Em qualquer sistema no qual a distribuição dos indivíduos entre as várias ocupações e os diferentes setores da economia resulte da escolha individual em tais setores e corresponda à utilidade dos indivíduos para os outros membros da sociedade, ainda que essa utilidade não seja proporcional ao mérito subjetivo. Embora os resultados obtidos correspondam com frequência a esforços e intenções, isso não se aplica a qualquer firma da sociedade em todas as circunstâncias. Tal não sucederá, em particular, nos muitos casos em que a utilidade de algum ofício ou habilidade especial é modificada por acontecimentos imprevisíveis. Todos nós conhecemos a trágica situação do homem altamente treinado cuja especialidade, adquirida com esforço, perde de súbito todo o valor por causa de alguma invenção muito benéfica para o restante da sociedade. (HAYEK, p.125).

O aspecto econômico da participação ativa das instituições governamentais tem o poder de agir sobre a correção da distribuição, ora atuando como empreendedora de atividades, ora como distribuidora e, assim, atribuem para si a liberdade de admitir que a eficiência e a justiça não são duas coisas em separado.

Segundo KEYNES (1973, p.17), “a produção precisa ser incentivada pela atividade do Estado”. Nesse particular ele é mais aparentado dos partidários da “política da produção” do que dos economistas clássicos ingleses. Assim, os críticos sempre estiveram inclinados a ressaltar o pano de fundo institucional e as limitações das atividades nas quais se supunha que a harmonia prevalecesse. Porém, KEYNES, como tantos outros críticos, conservou-se na tradição do utilitarismo clássico, em sua convicção de que o governo pode e deve controlar a vida econômica de acordo com princípios racionais e, com isso, fazer progredir o bem-estar geral.

Oposto a essa convicção anglo-saxônica é o pensamento europeu de MARX ou SCHUMPETER, ou de MYRDAL, cada qual num campo diferente, que rejeita conceitos como “utilidade”, “bem-estar social” ou “bem-estar comum” como contra sentidos metafóricos. Seus ataques voltam-se para as diversas versões do conceito da harmonia de interesses, igualmente como um conceito significativo e como um objetivo conveniente. Eles não só indicam a existência do conflito como muitas vezes o acolhem como uma condição de vida.

Sem dúvida, as idéias em discussão são de máxima importância, e essenciais para uma economia em que as mudanças de ponto de vista sobre o futuro são capazes de influenciar a função que o Estado deve assumir diante das causas determinantes de volume de emprego.

Assim, a principal questão é saber de que maneira o viés utilitarista pode estar comprometido com a base teórica nesse contexto sobre a análise de uma teoria mais geral.

Não temos aqui a pretensão de expor a teoria geral propriamente dita, definida por KEYNES, mas vale mencionar a exposição de suas idéias na apresentação dessa teoria em sua obra como prefácio à edição francesa:

Dei à minha teoria o nome de teoria geral. Com isso quero dizer que estou preocupado principalmente com o comportamento do sistema econômico como um todo - com a

renda global, com o lucro global, com o volume global da produção, com o nível global de emprego, com o investimento global e com a poupança global, em vez de com a renda, o lucro, o volume da produção, o nível do emprego, o investimento e a poupança de ramos da indústria, firmas ou indivíduos em particular (KEYNES, p.38).

Nessa composição de idéias voltadas aos fenômenos agregados, KEYNES afirma que foram cometidos erros importantes ao se estender para o sistema como um todo as conclusões a que se tinha chegado, de forma correta, com relação a uma parte desse sistema tomado isoladamente.

Em sua explicação sobre o erro, desfaz a relação de igualdade entre a poupança e o investimento, afirmando que o que se verifica com relação ao sistema como um todo não se verifica com relação a um indivíduo em particular.

“Não há razão absolutamente por que o novo investimento pelo qual sou responsável tenha que apresentar qualquer relação com o montante de minha poupança pessoal. De forma bem legítima consideramos a renda de um indivíduo independente daquilo que ele próprio consome e investe. (...)” (KEYNES, p.38).

A bem da verdade, KEYNES encontra a saída perfeita para esse dilema associando a idéia de que um aumento na propensão<sup>45</sup> a poupar provocará *ceteris paribus* a contração da renda e do volume da produção, enquanto um aumento do estímulo a investir possibilitará que se expandam. A partir dessa conclusão afirmou que o sistema, assim se comportando, estaria em condições de analisar os fatores que determinam a renda e a produção desse sistema como um todo, dando origem à **teoria do emprego**. Desse raciocínio surgem conclusões particularmente relevantes para os problemas de finanças públicas e de políticas governamentais em geral e do ciclo econômico.

---

<sup>45</sup> Propensão a poupar significa a tendência da sociedade em evitar gastos de sua renda com o objetivo de gerar reservas, cuja razão clássica era a de precaução.

Reportando-nos ao viés utilitarista, sentimos na presença da teoria clássica do emprego, supostamente simples, a base de toda a discussão, nos postulados a seguir:

- O salário é igual ao produto marginal do trabalho.

Isso quer dizer que o salário de uma pessoa empregada é igual ao valor que se perderia se o emprego fosse reduzido de uma unidade (após a dedução de quaisquer outros custos que essa redução evitaria) com a restrição de que a igualdade pode ser afetada, de acordo com certos princípios, pela imperfeição da concorrência e dos mercados.

- A utilidade do salário, quando se emprega determinado volume de trabalho, é igual à desutilidade marginal desse mesmo volume de emprego.

Isto significa que o salário real de uma pessoa empregada é exatamente suficiente (na opinião das próprias pessoas empregadas) para ocasionar o volume de mão-de-obra efetivamente ocupado, com a restrição de que a igualdade para cada unidade individual de trabalho pode ser alterada por combinação entre as unidades disponíveis para empregar-se, análogos às imperfeições da concorrência que qualificam o primeiro postulado. O que se entende por desutilidade é qualquer motivo que induza um homem ou grupo de homens a recusar trabalho, em vez de aceitar um salário que para eles representa uma utilidade inferior a certo limite mínimo" (KEYNES, p.46).

Esse postulado, entendido como desemprego friccional<sup>46</sup>, resulta da recusa ou incapacidade de determinada especialidade de mão-de-obra em aceitar uma remuneração equivalente à sua produtividade marginal, em decorrência ou da legislação, ou dos costumes sociais, ou de até um entendimento para contrato coletivo de trabalho, enfim, dá a esses assuntos, que são por demais abrangentes e sobretudo formulados por postulados clássicos,

---

<sup>46</sup> Desemprego friccional: é o resultado de atrasos decorrentes de mudanças imprevistas, ou de transferências de um emprego para outro, ocasionando uma certa demora em se ajustar ao mercado, gerando o desemprego voluntário.

uma base segura para que KEYNES introduzisse uma terceira categoria como o "desemprego involuntário".

Assim, o desemprego involuntário firma-se como postulado à medida que faz objeção aos indicadores determinantes do desemprego voluntário.

Não há por que negar a presença da teoria clássica nesse debate, visto que isto forneceu um argumentos e fundamentação, abrindo espaços a novas convicções que deram origem a Teoria do Equilíbrio Geral.

O resultado das contestações oriundas da visão de longo-prazo, na qual se assentava a teoria clássica e que, por contingência da história, a Grande Depressão Mundial, a sociedade aclamava por decisões imediatas e capazes de colocar no menor intervalo de tempo a economia novamente nos eixos, só restava saber, quem assumiria tal papel? A partir daí ampliam-se as funções do governo em todos os setores e no âmbito das medidas política.

Vale a pena recordar que a idéia de que o mundo encontrará por fim a paz mediante a fusão dos diferentes estados em grandes grupos federados e depois, talvez, numa federação única constitui, na verdade, o ideal de quase todos os pensadores liberais do século XIX.

Portanto, faz sentido confiar que:

"(...) o princípio orientador de que uma política de liberdade para o indivíduo é a única política que de fato conduz ao progresso - permanece tão verdadeiro hoje como foi no século XIX" (HAYEK, p.214).

Constata-se, nessa incursão macroeconômica, que a própria teoria keynesiana admite que toda a reflexão sobre o bem-estar tem como ponto de partida, para formulação de seus postulados, as abordagens clássicas sobre a utilidade marginal, especialmente do valor trabalho. Sua presença é tão singular ou remota, que se apresenta na teoria de forma lógica, a

ponto de estabelecer parâmetros para que se possa idealizar um pensamento mais arrojado e complexo capaz de determinar os caminhos da política econômica de uma nação.

## CONCLUSÕES PRELIMINARES SOBRE O UTILITARISMO

O mundo de MARSHALL, onde havia empresários competitivos, consumidores conspícuos e um Estado devidamente reticente, continua a servir aos objetivos da tranqüila ortodoxia de hoje. Essa ortodoxia não descreve o mundo como ele é. As grandes organizações modernas (...) os sindicatos, as associações rurais, o Estado social e o militar têm captado a realidade, da mesma forma que um dia captarão a consciência econômica. Mas, para mim, o fato de ter conseguido dominar as teorias de MARSHALL representou algo bastante salutar. Para saber o que é certo, deve-se ter pleno conhecimento daquilo que é errado (GALBRAITH, p. 35).

Com o Utilitarismo Contemporâneo na cadeia do pensamento econômico, tem-se a seqüência das idéias como uma grande corrente, herança dinâmica, que, cumprindo o objetivo de dar força às críticas e encontrar novas temáticas, divide esforços e soma raciocínio lógico, tendo por proposta a evolução intelectual da humanidade.

Assim, MARSHALL herdou de MILL, de BENTHAM, de DARWIN, conhecimentos e estes transferidos à nova plêiade de economistas, que, empenhados, se lançam na busca inconstante para atingir uma nova ordem social, ordem esta capaz de promover o bem-estar social: o mito máximo da economia.

Toda essa linhagem econômica pertence a um contexto maior, lançada em busca da própria identidade do homem.

Assim, ao sair do século XIX e ingressar no século XX, o homem leva todo o propósito de entender melhor a visão abrangente de mundo. Entretanto, só consegue alcançar um desvio, que, por seleção, é conhecido como utilitarismo de John Stuart MILL. Este atravessa todo o século XIX, auxilia na formação básica da Economia Política, chega até os dias atuais, mas não consegue explicar o porquê de o homem continuar cheio de dúvidas e principalmente ansioso para encontrar a felicidade ou a satisfação pessoal ou o prazer de ter

os seus interesses protegidos do próprio outro homem da sociedade, que, de certa forma, lhe produz as dúvidas e incertezas.

Não é por descuido que BAUMER também procura entender o "homem problemático". Percebeu a força deste enigma e a posição que ocupara no centro do pensamento europeu, de maneira contínua desde o século XIII, toma força no século XIX e volta a permanecer no século XX como o centro das atenções.

Na defesa dessa idéia: **Homem Problemático**, BAUMER faz uma grande peregrinação filosófica e histórica, percebendo que essa questão perene está presente em todas as áreas das ciências, ao longo desse período, de forma bastante sensível.

Entre muitos, BAUMER cita da filosofia alemã, Max SCHELER, o seguinte: "o homem torna-se mais problemático para si próprio do que alguma vez o fora em toda a história" (BAUMER, p.183), reforça o sentido da questão na busca da identidade que o homem quer ter de si próprio ao citar o romancista inglês, E. M. FOSTER, quando este menciona que o homem está a começar a compreender melhor e a explorar as suas próprias contradições (BAUMER. p.183). Assim, BAUMER conclui que a diferença entre estes dois pontos de vista é talvez mais aparente do que real, visto que as razões permanecem.

De certa forma, agrada-lhe mais a opinião de SCHELER de que o homem, à medida que se torna mais problemático, representa com mais verdade a nova tendência e, sobretudo, a nova maneira de ver o homem no pensamento do século XX.

Afinal, por que o homem é tão problemático? Por que muda tão constantemente de comportamento?

Sem dúvida FREUD, através de sua ciência especializada, não mediu esforços para explicar tal fenómeno.

Como o próprio Ernest CASSIRER sugere uma razão: "já não havia uma energia central, teologia, metafísica, ciência ou qualquer outra coisa capaz de fornecer uma estrutura de referência, à qual as diferenças de pontos de vista, inevitáveis em qualquer caso, pudessem ser reportadas" (BAUMER, p.184). Todavia BAUMER acha que o **homem problemático** investiga mais o sentido da nova condição humana, no século XX, do que da anarquia do pensamento sobre a natureza humana.

Para clarear a imagem do homem assim descrita, sem uma crença no mínimo inibidora, cabe bem a citação de FREUD, visto que ele próprio não era otimista quanto ao poder da razão para manter os "instintos agressivos e destrutivos permanentemente controlados, quer na psique individual quer na sociedade" (BAUMER, p.192).

Assim descrito, o homem freudiano podia, na verdade, construir grandes civilizações, embora o fizesse apenas para se autoprotger ou alcançar a própria felicidade. A sociedade civilizada, escreveu FREUD, "está permanentemente ameaçada pela desintegração, através da hostilidade primária dos homens, uns para com os outros (...). As paixões dos interesses são mais fortes do que os interesses racionalizados" (BAUMER, p.193).

Com todas essas expectativas, o resultado foi uma nova maneira de o homem ver o mundo, refletir sobre a sua condição e sobre a própria condição humana, deixando que essa lucidez se espalhasse na ciência, na literatura, na arte, na ética e na religião, acentuando o perfil do **homem problemático**, tornando sensivelmente visível a revolta que sentia contra o destino.

Mesmo sendo visto como um fenômeno perene, o homem, em síntese, não deve ser entendido em termos de substâncias estáticas, ou redutível às leis causais aplicáveis a toda a natureza, tal qual no positivismo, ou como incluído dentro dos conceitos universais, tal qual como no idealismo. Deve-se, sim, pensar no homem como ser, como potência, capaz de

transcender as forças que operam sobre ele e não estar limitado pelo passado, mas apontar para o futuro. Nesse pensamento existencialista<sup>47</sup>, percebe-se acentuada a idéia de que o homem dispõe de liberdade para definir o seu próprio destino. Assim, na linguagem existencialista, quando se referia ao homem, dava a idéia de que tudo no mundo podia ser livre, mas havia “desespero na liberdade”, era muito comum afirmar, que “a angústia substituíra a felicidade que, outrora, fora uma idéia nova na Europa” (BAUMER, p.205).

## O UTILITARISMO ULTRAPASSANDO FRONTEIRAS

A teoria clássica moderna chamou a atenção sobre as várias condições em que pode ser necessário refrear ou guiar o livre jogo das forças econômicas. Todavia, subsiste ainda uma grande dúvida sobre as manifestações do homem diante das amplas e complexas mudanças, permitindo o exercício da iniciativa e responsabilidade privadas. Nesse domínio, as vantagens tradicionais do individualismo continuarão ainda sendo válidas.

Mas quais são essas vantagens?

Em parte, vistas na teoria sobre a utilidade marginal, se traduzem em eficiência, tanto para atender aos jogos do interesse pessoal, como às vantagens da descentralização. Sob o ponto de vista da eficiência, às vantagens da descentralização das decisões e da responsabilidade individual são talvez maiores do que as que existiram no século XIX, e a reação contra o atrativo do interesse pessoal talvez tenha ido demasiado longe. Isto porque o

---

<sup>47</sup> Existencialismo: entende-se a corrente de pensamento para a qual o objetivo próprio da reflexão filosófica é o homem na sua existência concreta, sempre definida nos termos de uma situação determinada, mas não necessária a partir da qual o homem, condenado à liberdade, por já não ser portador de uma essência abstrata universal, surge como o arquiteto da sua vida, construtor do seu próprio destino, embora submetido a limitações concretas.

individualismo, se pudermos eliminar os seus defeitos e abusos, poderá ser a melhor maneira de se preservar a liberdade pessoal, no sentido de que ampliará o campo para o exercício das escolhas pessoais. Dessa forma tornar-se-á possível preservar as tradições.

Várias gerações passaram pelas mesmas experiências, acrescentaram-lhes novas experiências, que transformaram em um poderoso instrumento para conduzir à melhoria do futuro, mas partiram da mesma base, atribuíram-lhe análise correta, defenderam suas opiniões e preservaram ao mesmo tempo a eficiência e a liberdade.

O Utilitarismo no século XX apresenta-se no comportamento humano e na universalidade de hipóteses na busca do interesse pessoal que tem sido principal objetivo da ação da vida econômica desde o século passado.

Para os economistas, o interesse pessoal motiva a atividade econômica, incluindo a maximização dos lucros das firmas, fazendo-os obter classificação, a mais alta possível, em suas próprias ordenações de preferências.

No sentido de dar ênfase à teoria do consumidor, no início do século XX, alguns economistas aproximaram-se da teoria ordinal, dando-a esta uma nova importância especial, através das explorações feitas por R. G. D. ALLEN e J. R. HICKS. Ambos criticaram severamente a abordagem cardinal da análise da utilidade, recomendando que a teoria do comportamento do consumidor fosse novamente escrita, considerando somente os pressupostos da análise ordinal da utilidade. Na mesma ordem, Vilfredo PARETO seguiu também a teoria ordinal juntamente com T. Y. EDGORTH em fins de 1938, dando ênfase a uma teoria realmente sistematizada.

Os economistas comportamentais desenvolveram muitos trabalhos interessantes sobre os modos como as limitações de conhecimento e capacidade de cálculo afetam o processo de tomada de decisões propriamente dito. Segundo eles, para começar a entender o processo de

escolha do consumidor, precisamos reduzir a desnorteante complexidade dos problemas de escolha a alguns poucos elementos básicos de um consumidor específico, conhecendo-lhe o orçamento e o preço de todos os bens que comporão a cesta do consumidor.

Esse problema de escolha é temporal porque pressupõe a decisão do consumidor em todos os aspectos, e solucionou as interações potencialmente complexas entre o consumo de hoje e o de amanhã. Essa experiência concedeu a Herbert SIMON o Prêmio Nobel.

A hipótese da “utilidade esperada” apresentada por BENOULLI (em 1944: VON NEUMANN e MORGENSTERN, e ainda em 1957 por LUCE e RAFFA), afirmava que, na avaliação de negócios de risco, as pessoas comparam, não o valor monetário esperado mas as utilidades esperadas das compensações. Há algo inerentemente atraente nessa abordagem, porque ela não se refere diretamente ao valor monetário de um prêmio, mas ao valor que esse prêmio tem para o indivíduo, ou seja, a utilidade esperada é calculada do mesmo modo que o valor monetário esperado, exceto pelo fato de que a utilidade associada a uma compensação entra no lugar de seu valor monetário. Para calcular a utilidade esperada, basta calcular uma média ponderada das utilidades associadas às compensações, usando as probabilidades apropriadas como peso.

Em algumas situações da atualidade, o campo da escolha individual pode refletir a função utilidade com características ocultas. Assim, o modelo do seguro pode ser entendido como um caso típico de aversão ao risco, ROSTHSCHILD e STIGLITZ em 1976 apresenta um estudo de caso em que se considerava a aversão ao risco a atitude usual, ou representativa, em relação ao risco. Esse ponto de vista é baseado em diversos exemplos de comportamento averso ao risco. Demonstraram que a maioria das pessoas prefere segurar-se contra vários tipos de perda. Constata-se isso nas ações em que, mesmo os grandes milionários não são os únicos proprietários de companhias de capital aberto, uma forma dominante de firmas

comerciais que dividem entre si os riscos dos negócios. Da mesma forma também, cada vez mais firmas estão se unindo a concorrentes estrangeiros em acordos de *joint-venture*<sup>48</sup>.

Uma das forças motivadoras por trás dessas *joint-ventures* é que elas conseguem reduzir o risco associado à produção de alta tecnologia. Cada vez mais esses acordos de *pool* de riscos e de dispersão de risco é uma evidência bastante convincente de que a maioria das pessoas tende a ser aversa ao risco.

De Cambridge, Wall Street e até nas megas tendências mundiais que envolvem o paradigma da globalização, o utilitarismo tem estado presente em vários aspectos da nova economia política.

Em outras situações, a escolha individual pode ser afetada pelo **efeito propaganda**, pois que esta tem o poder de influenciar a elasticidade de preço da demanda, provocando mudanças expressivas no comportamento do consumidor em relação aos diferentes bens e serviços disponíveis no mercado. De fato, o efeito propaganda é capaz de tornar um produto diferente de outro, mesmo sendo igual, (identificação da marca) uma força de atração excepcional nas tomadas de decisão dos consumidores por meio da criação de imagens e fascínios empregados pela mídia, uma espécie de hipnose extra-sensorial que FREUD explicaria melhor.

Esse moderno instrumento tem-se aprimorado, especialmente pelo emprego de novas e sofisticadas técnicas, atuando de forma direta na mudança de comportamento dos consumidores no mercado, e, assim, sob a utilidade marginal dos bens e serviços, altera significativamente a escala de preferências dos consumidores.

---

<sup>48</sup> *Joint-ventures*, ou acordos cooperativos entre empresas, são um modo relativamente barato para que os concorrentes tenham acesso a uma tecnologia necessária e para que consigam penetrar em mercados desejados.

O Utilitarismo fortificou-se em Cambridge, passou pela grande depressão em Wall Street, e tem se projetado nas mudanças que envolvem as megas tendências mundiais de globalização, enfim, tem estado sempre presente, confirmando ao longo da história, o propósito edificante da Economia Política e que nesta tese se fez o objetivo principal.

## CONCLUSÃO

O Utilitarismo de John Stuart MILL representou, neste estudo, o objetivo mestre para concluirmos que a nova visão da realidade se baseia na consciência do estado de inter-relação e interdependência essencial de todos os fenômenos – econômicos, históricos, psicológicos, sociais e culturais.

A avaliação da economia não só depende da interpretação do passado sob uma nova redefinição intelectual, mas deverá envolver profundas mudanças em nosso sistema de valores, já que a economia do bem-estar persistiu até os dias atuais, mesmo tendo sido mostrada de forma concludente que a soma de preferências sociais não equivale à escolha social.

A inevitável revisão de nossos conceitos e teorias econômicas básicas é extremamente importante para melhor compreendermos as atuais atitudes num sistema moderno que inclua a aquisição de bens materiais, a expansão, a competição e a obsessão pela tecnologia e por tudo o que é científico.

Na prática dessas metas, a sociedade dá excessiva ênfase a esses valores e adota comportamento não-ético que muitas vezes se institucionaliza depressivamente.

Em nível mais profundo e urgente, a Ciência Econômica deve reavaliar toda a sua base conceitual e recriar seus modelos e teorias, fundamentados na conformidade dessas reavaliações.

A referência explícita das atitudes, valores e estilos de vida humana, no futuro pensamento econômico, tornará essa ciência profundamente humanista quando a atual crise

econômica for superada, o que ocorrerá se os economistas atuais estiverem dispostos a participar da mudança de paradigma, tal qual está ocorrendo em todos os campos do saber.

Se John Stuart MILL estivesse vivo, por certo estaria acompanhando de perto a evolução dinâmica da economia atual.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ANTISERI, D.; REALE, G. **História da filosofia**. v.2. São Paulo: Paulus, 1990.
- ASHLEY, W. J. **Principles of political economy with some of their applications to social philosophy**. New York, Bookseller, 1965.
- BAUMER, F. L. **O pensamento europeu moderno**. v.I,II (Séculos XVII, XIII, XIX e XX). 7ª ed. Rio de Janeiro, 1977.
- BEAUD, M. **História do capitalismo de 1500 até nossos dias**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BENTHAM, J. **Introduction to the principles of morals and legislation**. London: H. Hart, 1970.
- BERNOULLI, D. Exposition of a new theory on the measurement of risk. **Econometric**, 22:23-36, 1956.
- BOBBIO, N. **Estudos sobre HEGEL**. Direito, sociedade civil, Estado. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense/UNESP, 1991.
- CARNEIRO NETTO, D. D. **Os economistas: Walras**, (apresentação). São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- CENCI, A. (org.). **Ética, racionalidade e modernidade**. Passo Fundo: Ediupf, 1996.
- CENCI, A. (org.); HANSEN, G. L. **O positivismo como expressão das insuficiências do paradigma da subjetividade**. Passo Fundo: Ediupf, 1996.
- CHARDIN, P. T. de. **O fenômeno humano**. (Trad. José Luis de Araújo). São Paulo: Cultrix, 1995.
- CHATELET, F. **Uma história da razão**. Entrevista com Émile Nões. Lisboa: Editorial Presença, 1993.
- COMTE, A. **Cours de philosophie positive**. Primeira lição. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- DENIS, H. **Historie de la pensée économique**. PUF, 1966.
- DILTHEY, W. **Sistema da ética**. São Paulo: Ícone, 1994.
- GALBRAITH, J. K. **Uma vida em nossos tempos**. Brasília: UNB, 1985.
- GARÓFALO, G. L.; CARVALHO, L. C. P. **Teoria macroeconômica**. São Paulo: Atlas, 1985.

- HART, H. L. Positivism and separation of law and morals. (Publicado inicialmente em 1958) em **Essays in Jurisprudence and Philosophy**, Oxford, 1983.
- HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. 5ª. ed. São Paulo: Instituto Liberal, 1990.
- HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- HELLER, A. **Uma teoria da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- HENRI, D. **Histoire de la pensu economique**. PUF, 1966.
- HICKS, J. R. **Uma introdução à economia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- HICKS, J. R.; ALLEW, R. G. D. A reconsideration of the theory of value. **Economica**, 1:52-75, 196-219, 1934.
- HOBBSAWM, E. J. **A era do capital**. 1848 – 1875. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- HORKHEIMER, M. **Teoria crítica I**. São Paulo: Edusp/Perspectiva, 1990.
- HUNT, L. **A história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- JEVONS, W. S. **A teoria da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- KANT, I. **On history**. Edited with na introduction by Lewis White Beck. Indianópolis/New York: Library of Liberal Arts/Bobbs-Merril Co., 1963.
- KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego de juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1973.
- LANDES, D. S. **The unbound prometheus**. Cambridge, 1969.
- LANTZ, P. **Valeur et richesse**. França: Anthropos, 1977.
- LUCE, R.; RAIFFA, H. **Games and decisions**. New York: Wiley, 1957.
- MACFARLAINE, A. **História do casamento e do amor**. São Paulo: Cia de Letras, 1990.
- MALTHUS, T. R. **Ensaio sobre el princípio de la poblacion**, México: Fundo de Cultura Econômica, 1986.
- MARX, K. **O capital**. Crítica da economia política. v.I,II. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARSHALL, A. **Princípios de economia**. Tratado introdutório. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MATTOS, L. V. **Economia política e mudança social**. São Paulo: Edusp, 1998.

MENGER, C. **Princípios de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MILL, J. S. **Autobiography**. Cap. VII. "General View of the Remainder of my Life".

\_\_\_\_\_. Nature. In: **Essential works of John Stuart Mill**. Edited by Max Lerner. New York: Bantam Books, 1961.

\_\_\_\_\_. **Princípios de economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

\_\_\_\_\_. **Da liberdade**. São Pulo: IBRASA, 1963.

MILL, J. S. **Representative government (1861)**. Cap. XVI, of Nationality.

\_\_\_\_\_. Sistema de lógica dedutiva e indutiva. In: **Os Pensadores**. v. XXXIV. São Paulo: Abril Cultural, 1974

MOORE, G. E. **Principia ethica**. Cambridge: Cambridge University Press.

NIETZSCHE, F. W. **The use and abuse of history**. Translated by Adrian Collins. Indianápolis/New York: Library of Liberal Arts/Bobbs Merrill Co., 1957. Versão alemã: Von Nutzen und Nachteil der Historie für das Leben. Basel, Verlag Birkhäuser, s.d.

NOVICK, R. **Anarchy, state and utopia**. Oxford: Basil Blada Well, 1974, p.42.

\_\_\_\_\_. **The nature of rationality**. New Jersey: Princeton University Press, 1993.

PADOVANI, P. D. **Humanismos e anti-humanismos** – introdução à antropologia filosófica. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

PARETO, V. **Manual de economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

PAZ, F. M. **Na poética da história**. Uma realização da utopia nacional oitocentista. Curitiba: Editora UFPR, 1996.

PELUSO, L. A. **Utilitarismo e ação social**. Ética & Utilitarismo. Campinas: Alínea, 1998.

PITKIN, H. F. Slippery Benthan: "some neglected oracles in the froundation of utilitarism". **Political Theory**. v.18, nº.1, february, 1999, p.p.104-131.

RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. Trad. de Carlos Pinto Correia. Lisboa: Presença, 1993.

RICARDO, D. **Principes de l'economie politique et de l'impôt**, 1817, trad. francesa, Calmam Lery, 1970, p. 13).

ROSTHSCHILD, M.; STIGLITZ, J. E. Equilibrium in competitive insurance markets: na essay on the economics of imperfect information. **Quartely Journal of Economics**, 90:630-49, 1976.

- RUSSEL, B. A. **A critical exposition of the philosophy of leibnez.** Cambridge, 1990.
- SAY, J. B. **Traité d'economise politique.** São Paulo: Abril Cultural, 1890.
- SIDGWICK, H. **The methods os ethics.** London: MacMillian, 1962, p.113.
- SIMON, H. **Bechavioral economics e boun did rationality in the new palgrade: a dictionary of economics.** Londres: The Macmillan Press, 1987.
- SIMONSEN, M. H. **Teoria microeconômica.** Rio de Janeiro: FGV, 1967.
- SINGER, M. G. **Gerenzalization in ethics.** Frankfurt: Suhrkamp, 1975.
- SMITH, A. **Theory of moral sentiments.** (ed. (D. D. Raphael and A. L. Macfie), Oxford, 1976.
- TUGENDHAT, E. **Lições sobre ética.** Traduzido. Petrópolis: Vozes, 1997.
- VAINFAS, R. **História das mentalidades e história cultural.** As fronteiras da história. Florianópolis: ANPUH, 1999.
- VALÉRY, P. Discurso sobre a história. In: **Variedades.** São Paulo: Iluminürrias, 1992, p. 155-121.
- VON NEUMANN, J.; MORGENSTERN, O. **The theory of games and economic behavior.** Princeton: Princeton University Press, 1944.
- VON RANKE, L. **Politiches Gespräch.** Traduzido como "A Dialogues on Politics", na obra Leopold Ranke de Theodore. H. Von Laue. Princeton: Princeton University Press, 1950.
- WALRAS, L. **Compêndio dos elementos de economia política pura.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.